



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE DIREITO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

AMANDA DA SILVEIRA MOTA

**AS FOLHAS SABEM PROCURAR PELO SOL: A CONSTRUÇÃO DO
HABITUS JURÍDICO E A SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO DAS ARTES
NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA**

Salvador

2017

AMANDA DA SILVEIRA MOTA

**AS FOLHAS SABEM PROCURAR PELO SOL: A CONSTRUÇÃO DO
HABITUS JURÍDICO E A SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO DAS ARTES
NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Direito, Faculdade de
Direito da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Me. Homero Chiaraba Gouveia.

Salvador

2017

AMANDA DA SILVEIRA MOTA

**MINHA CANÇÃO ILUMINADA DE SOL: A Construção do
Habitus Jurídico e a Significação do Espaço das Artes na Faculdade de
Direito da Universidade Federal da Bahia.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Direito,
Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, como
requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Me Homero Chiaraba Gouveia

Aprovada em _____ de _____ de 2017.

Homero Chiaraba Gouveia – Orientador _____

Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Universidade Federal da Bahia

Sara da Nova Quadros Cortes _____

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília.

Universidade Federal da Bahia

José Ponciano de Carvalho _____

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas a quem agradecer...

Em primeiro lugar, sempre eles, a minha família: Ademir, Márcia e Matheus. Vocês me ensinaram o caminho e seguiram comigo, eu jamais iria tão longe sozinha.

Agradeço à minha querida Árvore, que me refez aos poucos e tanto me inspirou para construir este trabalho – eu seria muito pouco sem todos vocês respirando o ar das folhas de sonho comigo.

Obrigada aos meus queridos amigos que embarcaram nessa viagem comigo e não me deixaram abandonar o barco antes da chegada. Roberta Seráfico, por estar sempre por perto e me confortar nos momentos de desespero, tua luz me ilumina. Pedro Trindade, pelo conforto de uma palavra amiga quando tudo pareceu perdido; Verônica Hassler, por todo apoio e tranquilidade que me passou durante esta jornada. Maria Clara Garibalde, pelos abraços e conselhos e todos os “vai dar tempo, sim!”. João Pedro Novaes, que me ensinou psicologia em algumas horas com seu didatismo brilhante. Patrícia Kruschewsky, por me fazer acreditar no que eu não vejo sozinha. E a todas as demais pessoas que estão lá quando chegamos, quando saímos, quando precisamos de alguém; a todos que depositaram sua fé em mim e me fizeram seguir para contar a nossa história: vocês são, de fato, meu coração batendo fora de mim.

Agradeço a Homero Chiaraba, meu orientador, por não me deixar afundar no mar do Direito e me mostrar que os paradigmas estão aí para serem quebrados; pela orientação, pelas ideias, pela força de vontade, pela empolgação a cada reunião, por ter encarado comigo esse mar revolto que é escrever sobre aquilo que nos inspira, mas nos amedronta. Isto não seria possível sem seu incentivo. Obrigada por extrair o melhor de mim e por embarcar nisto comigo porque, afinal de contas, “quem mais iria orientar uma loucura dessas? ”.

Obrigada à minha banca, professores Ponciano de Carvalho e Sara Cortes, por aceitarem ouvir o que eu tenho para contar.

Gratidão a todas as pessoas que me fizeram sentir que eu estava no caminho certo: Tici, tia Ninha, tia Thay, tia Mi, Geninho, Lucas, Léo, Florisvaldo, tia Gil... Vocês são parte da minha casa e do meu universo, nada seria tão bonito se não fosse também por vocês.

Agradeço ao professor Celso Castro pela recepção e pela entrevista realizada; este foi um dos momentos da minha vida em que eu tive absoluta certeza de que estava no caminho certo, sem dúvida.

Obrigada a Cristina Stolze, pela gentileza com a qual me recebeu sempre, pela empolgação ao me ouvir, pelas histórias e por me ceder as imagens da construção do Espaço das Artes. A senhora é um anjo!

Agradeço ao Núcleo de Monografia e Atividades Complementares por todo carinho que tiveram comigo durante esta jornada: professora Laíse Guimarães pelo incentivo; seu Osvaldo, sempre tão prestativo; Ramanita Albuquerque, por me dizer sempre que tudo vai dar certo, além dos abraços tão acolhedores. Vocês melhoram essa faculdade!

Obrigada a Solenar pelas histórias tão engraçadas e pela recepção tão calorosa no Memorial da Faculdade.

Finalmente, à Faculdade de Direito e ao Espaço das Artes, obrigada por me mostrarem novos caminhos para seguir – sempre em frente.

Minha história tem um pouco de todos vocês. Obrigada!

Não ligue para essas caras tristes

Fingindo que a gente não existe

Sentadas, são tão engraçadas

Donas das suas salas...

Bete Balanço (Barão Vermelho)

MOTA, Amanda da Silveira. **MINHA CANÇÃO ILUMINADA DE SOL: A Construção do *Habitus* Jurídico e a Significação do Espaço das Artes na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.** Monografia (Bacharel) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

As inquietações a respeito de um sistema formalista que não mais atende aos anseios de um ensino jurídico que traduza os novos tempos propiciou a elaboração desta monografia. O presente trabalho se trata de uma pesquisa realizada no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, partindo dos conceitos elaborados por Bourdieu, Foucault, Elias e Jung (*habitus*, heterotopia, estabelecidos e outsiders, *persona* e individualização, respectivamente), na tentativa de investigar as concepções simbólicas dos estudantes a respeito do próprio espaço da faculdade e da existência do Espaço das Artes. Para tanto, observando questionamentos que o Direito não seria capaz de responder por si só, foi necessária a utilização das demais áreas das ciências humanas, mais precisamente da antropologia, da sociologia e da psicologia, sempre aplicadas ao universo jurídico. Essas ferramentas auxiliaram na construção de um pensamento que não se pretende puro como o Direito e que reconhece suas limitações a respeito da pesquisa empírica e metodologias qualitativas. Assim, a partir dos métodos da observação participante, realização de entrevistas e elaboração de diário de campo, foram analisadas as informações coletadas para, então, ser construído o entendimento de como o Espaço das Artes foi pensado no contexto da FDUFBA, como ele é usufruído pelos estudantes, bem como qual a sua significação para o corpo estudantil.

Palavras-chave: FDUFBA, *habitus*, heterotopia, Espaço das Artes, estabelecidos, outsiders.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faculdade/Acesso à FDUFBA pelo bairro da Graça.....	26
Figura 2 – Escadarias/Acesso à FDUFBA pelo Vale do Canela.....	26
Figura 3 - Metade das escadarias/Acesso à FDUFBA pelo Vale do Canela.....	27
Figura 4 - Estacionamento de cima/Entrada da livraria	27
Figura 5 - Estacionamento Privativo dos Professores	28
Figura 6 - Frente da faculdade/Entrada pelo bairro da Graça	28
Figura 7 - Entrada da Faculdade pelo Vale do Canela	29
Figura 8 - Elevadores da Faculdade	30
Figura 9 - Recepção da FDUFBA	30
Figura 10 - Rampa de acesso aos andares superiores.....	31
Figura 11 - Parte interna da faculdade.....	31
Figura 12 - Hall da FDUFBA.....	32
Figura 13 - Entrada sala Arx Tourinho/Sala da Congregação.....	33
Figura 14 - Espaço interno da Sala da Congregação	33
Figura 15 - Corredor do térreo da FDUFBA	34
Figura 16 - Cantina da FDUFBA	35
Figura 17 - Jardim próximo à cantina.....	35
Figura 18 - Entrada do Espaço das Artes/Acesso pela cantina	36
Figura 19 - Primeiro Andar	36
Figura 20 - Segundo Andar	37
Figura 21 - Terceiro Andar/Entrada da Biblioteca	38
Figura 22 - Antes das Artes	83
Figura 23 - Acesso Lateral	84
Figura 24 - Peripatético	84

Figura 25 - Placa do Espaço das Artes/Acesso Lateral	85
Figura 26 - Cartaz do Coletivo Madás	92
Figura 27 - Cartaz da ABU/Publicidade.....	92

SUMÁRIO

1 NÃO SEI ONDE EU TÔ INDO... MAS SEI QUE EU TÔ NO MEU CAMINHO – UMA NOVA INTRODUÇÃO A UMA VELHA HISTÓRIA	12
2 DOS BACHARÉIS AOS DOUTORES SEM PAPÉIS: A CONSTRUÇÃO DO <i>HABITUS</i> JURÍDICO ENTRE NASCER E MORRER.....	14
2.1 ARQUEOLOGIA DO BACHARELISMO E SUAS MARCAS NA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA.....	15
2.2 O <i>HABITUS</i> JURÍDICO E SUA PERCEPÇÃO NA FDUFBA	22
2.3 <i>HABITUS</i> E HETEROTOPIA: UMA MEDIAÇÃO ENTRE ELIAS, FOUCAULT E BOURDIEU PARA O AVANÇO DA OBSERVAÇÃO - HETEROTOPIA COMO O LUGAR DOS CORPOS DESCORPORIFICADOS	41
2.4 SOLTANDO OS TIGRES E OS LEÕES	46
3 ÀS CINCO HORAS NA AVENIDA CENTRAL: A VIDA DO DOUTOZINHO APRENDENDO A TER PODER.....	47
3.1 AS PESSOAS NASCENDO E MORRENDO	48
3.2 OCUPANTES OCUPADOS	53
3.3 OS OUTROS CÔMODOS	63
3.4 A ILUSÃO DO ESTUDANTE DE DIREITO MARCADA PELO <i>HABITUS</i> JURÍDICO	73
3.4 O PUNHAL E O CORAÇÃO	77
4 AS FOLHAS SABEM PROCURAR PELO SOL: O “ESPAÇO DAS ARTES” E A DISRUPTURA <i>OUTSIDER</i> NA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA	79
4.1 PLANTANDO AS SEMENTES	79
4.2 AS FOLHAS PROCURANDO PELO SOL: DIÁRIO DE CAMPO (DO OUTRO)	87
4.3 MANDEI PLANTAR FOLHAS DE SONHO: ONDE OS <i>OUTSIDERS</i> SE ENCONTRAM E SIGNIFICAM SEU LUGAR	98

5 AS FOLHAS DE SONHO NO JARDIM: UMA VELHA CONCLUSÃO PARA UMA NOVA HISTÓRIA.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE A – Entrevista com G.L.....	112
APÊNDICE B – Entrevista com I.A.	116
APÊNDICE C – Entrevista com M.S.	119
APÊNDICE D – Entrevista com R.S.	123
APÊNDICE E – Entrevista com Celso Castro.....	134
APÊNDICE F – Entrevista com Cristina Stolze.....	143
APÊNDICE G – Entrevista com L.L.....	151
APÊNDICE H – Entrevista com M.L.....	153
APÊNDICE I – Instrumento de pesquisa para estudantes.....	156
ANEXO A – ATA DE INSTAÇÃO DA FACULDADE LIVRE DE DIREITO DA BAHIA.....	158
ANEXO B – ATA DA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO QUE APROVOU O NOME DE LUIZ GAMA PARA BATIZAR OFICIALMENTE O ESPAÇO DAS ARTES.....	160

1 NÃO SEI ONDE EU TÔ INDO... MAS SEI QUE EU TÔ NO MEU CAMINHO – UMA NOVA INTRODUÇÃO A UMA VELHA HISTÓRIA

O ensino jurídico implementado no Brasil, a partir da época imperial, serviu para manter arcabouços de poder no país. Isto levou ao fenômeno do “bacharelismo”, cujas marcas continuam impressas nos corpos dos indivíduos até hoje. A Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDUFBA), por se inserir neste contexto, não deixa de demonstrar marcas deste bacharelismo. Em contraponto ao formalismo do ambiente jurídico, surge o Espaço das Artes, espaço tido como local de ruptura e quebra da lógica tradicionalista tão presente no direito.

A ideia de estudar as relações entre o espaço da FDUFBA e o Espaço das Artes surgiu a partir de uma aula ministrada no local, utilizado como exemplo na tentativa de explicar a metodologia qualitativa da pesquisa, assim como pela importância pessoal que tem o lugar para mim. Pela vivência neste local, passei a notar que o Espaço das Artes é encarado não apenas como divergente em relação ao espaço interno da faculdade, como também abriga pessoas que são entendidas (e se entendem) como diferentes – são os “outros”.

O método utilizado no presente trabalho é uma mistura entre relato e observação participante, culminado com a elaboração de um diário de campo (relato etnográfico) e etnofotografia. A partir destas metodologias qualitativas da pesquisa, busquei investigar as marcas do *habitus* jurídico na FDUFBA e a significação do Espaço das Artes neste âmbito.

No primeiro capítulo, será condensada toda a construção do bacharelismo, e as marcas que podem ser percebidas desta construção na faculdade. Será feita a reconstituição do processo histórico de formação dos juristas brasileiros, na tentativa de montar a arqueologia do bacharelismo (da origem aos dias atuais) e associando-a ao conceito de *habitus* retomado por Bourdieu no século XX. A partir deste *habitus* (aqui jurídico), serão apresentados os conceitos de “estabelecidos” e “outsiders” cunhado por Elias na tentativa de incorporar cada conceito ao espaço e aos indivíduos respectivos. Ao final, será explicado como se aplica o conceito de “heterotopia” criado por Foucault para situar o Espaço das Artes, mediando, quando possível, os conceitos e os autores.

O segundo capítulo será reservado para relatar o cotidiano dos estabelecidos na Faculdade de Direito, trazendo as noções necessárias para a compreensão do capítulo e a inserção destes no contexto do trabalho. Aqui, serão selecionados alguns indicadores do *habitus* jurídico para atestá-los na prática, utilizando-se de entrevistas para dar voz a estes indivíduos e discutir a formação destes juristas na FDUFBA.

O último capítulo será destinado a construir o histórico do Espaço das Artes e a tentar extrair a significação dada ao lugar tanto pelos indivíduos estabelecidos quanto pelos próprios indivíduos outsiders. A partir da observação participante, será elaborado um diário de campo que oferecerá a descrição do cotidiano observado, bem como a documentação através de fotografias do espaço e entrevistas com pessoas que se utilizam deste local para realizar os mais diversos tipos de atividades. Também será discutido como o Espaço das Artes oferece um palco para que o processo de individuação comentado por Jung possa ocorrer nos sujeitos que ocupam este espaço.

Deixo, então, que os capítulos seguintes sirvam como lentes aos meus leitores, lentes pelas quais eles possam ver além dos muros, vidros e grades que cercam a Egrégia e percebam o mundo que existe em torno – e por causa – d'Árvore.

2 DOS BACHARÉIS AOS DOUTORES SEM PAPÉIS: A CONSTRUÇÃO DO HABITUS JURÍDICO ENTRE NASCER E MORRER

*Eu quis cantar
Minha canção iluminada de sol
Soltei os panos
Sobre os mastros no ar
Soltei os tigres
E leões nos quintais
Mas as pessoas da sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer...*

Cursar direito nunca foi exatamente um sonho para mim, mas estar em uma universidade sim. Durante todo o meu terceiro ano, eu ouvia as pessoas falarem, sempre com tranquilidade, o quanto seria muito fácil para mim ser aprovada em medicina. Sim, medicina! Direito não havia sido cogitado até então; a fé de todos os meus professores e familiares era depositada em “Dra. Amanda, cardiologista”. Daí veio o primeiro tapa da realidade do mundo: não só sequer fui aprovada para a segunda fase naquele ano, como, depois de entrar em um cursinho para tentar novamente o vestibular no ano seguinte, me dei conta de quantas pessoas estavam ali com o mesmo sonho e há anos. Depois também concluí: eu jamais iria querer seguir uma carreira de médica. Sangue e agulhas não me apeteçam de forma alguma. E, então, surgiu o desespero: já que não era medicina, para qual curso eu estava estudando naquele cursinho?

Eu sabia que seria algo na área III (ciências humanas). Eu sempre gostei disto e era o que eu tinha vontade. A dúvida ficou entre os cursos de letras, jornalismo e direito. E, até hoje não sei responder o porquê, minha opção foi pelo direito.

Naquele ano, eu reconheço que estudei pouco – até então, eu não tinha me dado conta (e assim eu achava naquela época) da dificuldade que era ser aprovada “na federal”. Resultado: perdi no vestibular naquele ano também. Sofri um pouco, confesso. Comecei a refletir se seria possível concretizar o sonho de estudar na Universidade Federal da Bahia, até que meu pai me incentivou e me deu todos os subsídios necessários para que eu tentasse o vestibular novamente, desta vez já com a total consciência da dificuldade e da minha escolha: eu iria ser estudante de curso de Direito da UFBA (Universidade

Federal da Bahia). Mudei de casa. 2011 foi um ano relativamente tranquilo, mas de extrema dedicação. A aprovação para ingresso no segundo semestre veio no início de 2012 e, alguns meses depois, também veio a minha primeira greve da federal, o que atrasou minha entrada na universidade em três meses e desregulou meu calendário pessoal até março de 2015.

Eu tinha realizado o sonho de estudar na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, eu só não sabia para que. E ainda sem saber para que, todos os meus parentes já entoavam: Amanda agora é doutora.

2.1 ARQUEOLOGIA DO BACHARELISMO E SUAS MARCAS NA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA

O bacharelismo está sedimentado na cultura jurídica do Brasil desde sempre. Este bacharelismo se constrói a partir da implementação de cursos de Direito no Brasil, ainda na época Imperial, formando a elite política e erudita do país. Essa tradição permaneceu ao longo do tempo, fazendo com que os cursos de direito fossem fossilizados pelas marcas do bacharelismo tradicional. Estando a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia inserida neste contexto, também nela se notam esses vestígios.

A tradição do ensino jurídico brasileiro é paralela às mudanças políticas que ocorriam no país no final do século XIX. Com a República Velha e já nos primórdios do século XX, uma série de decretos foram editados na tentativa de organizar e regularizar o ensino jurídico no país.

Dentre esses decretos, um dos mais lembrados é o de número 1.232H de 2 de janeiro de 1891, que ficou amplamente conhecido como a “Reforma Benjamin Constant”. Este decreto, segundo Busiquia e Munekata (2015), foi o responsável por desconcentrar o ensino jurídico de Recife e São Paulo, autorizando a criação de cursos livres nas faculdades federais, desde que essas fossem devidamente inspecionadas pelo Diretor, uma autoridade competente. É aqui que tem surgimento a Faculdade Livre de Direito da Bahia. À época, minorias eram marginalizadas em razão de uma educação elitista e conservadora: as mulheres só puderam ingressar nos cursos das faculdades livres em 1901, com a edição do Código Epiácio Pessoa, Ministro da Justiça à época (Lei nº 746, de 19 de dezembro de 1901). O Decreto nº 8.662, de 5 de abril de 1911, ficou conhecido

como Reforma Rivadávia Corrêa; ele passou a determinar que as Faculdades de Direito fossem regidas pela Lei Orgânica do Ensino e, por isso, deveriam ser designadas pelo nome da cidade na qual localizavam suas sedes (BUSIQUIA E MUNEKATA, 2015). O Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, foi a Reforma Carlos Maximiliano. Uma das principais preocupações desta reforma “[...] era incentivar um curso prático, que ensinasse a redigir atos jurídicos e a organizar a defesa de direitos, tal como explicitado no art. 175 do referido decreto”¹ (BUSIQUIA E MUNEKATA, 2015, p. 21). Logo, o ensino jurídico durante a República Velha foi marcado pela manutenção do legado do direito romano, bem como pela existência de certo rechaço em relação àquelas disciplinas que traziam mais a proposta de ciência e criticidade, sempre mantendo uma tradição de atecnia e ausência de senso crítico. A situação perdurou até praticamente o fim da República Velha, a partir de quando se procederam mudanças significativas no currículo dos cursos de direito (BUSIQUIA E MUNEKATA, 2015).

A Faculdade Livre de Direito da Bahia inicia sua história em 15 de abril de 1891, em sessão solene, inaugurada pelo então diretor Eduardo Pires Ramos, na Ladeira da Praça, nº 19². A Faculdade Livre possuía três cursos: Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Notariado (sendo os dois primeiros depois unificados, passando a se chamar Ciências Jurídicas e Sociais). Pelo art. 352 do seu estatuto, era conferido o grau de bacharel a quem concluísse qualquer dos cursos mencionados e o grau de “doutor” a quem defendesse tese, independentemente do curso que havia concluído. Entretanto, em relação aos docentes, todos eram “doutores” devido ao Decreto Legislativo nº 34, de 16 de setembro de 1834, que autorizava as Escolas de Medicina e os Cursos Jurídicos a conferir o grau de doutor àqueles lentes e substitutos que ainda não o tinham. Os cursos jurídicos, no entanto, só passaram a ser chamados por “Faculdades de Direito” pelo Decreto Administrativo nº 1.386, de 28 de abril de 1854. (MODESTO, 1997).

A história da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, segundo Rocha (2015), pode ser dividida em três momentos de destaque: a primeira fase é compreendida entre a sua fundação, em 1891, e 1946, ano em que foi incorporada à recém-criada Universidade da Bahia; a segunda fase se deu com a federalização da

¹ “Art. 175. O ensino de theoria e pratica do processo civil comprehenderá, além da parte theorica, um curso essencialmente pratico, em que os alumnos aprendam a redigir actos juridicos e a organizar a defesa dos direitos. ”.

² Conforme Anexo A do presente trabalho.

Universidade da Bahia³; a terceira fase é a que está perdurando desde então. A respeito do processo histórico de formação da FDUFBA, entende-se que “a Faculdade da Bahia é resultante da transição política do Império para a República e extremamente influenciada pelos agentes políticos que carregam a relevância do bacharelismo e sua ocupação da estrutura política do Estado [...]”. (Ibid., p. 70).

A tradução da palavra “bacharel” corresponde à “coroadado com bagas de louro” em sua literalidade, derivada das latinas *baccas* e *laurus*. Já o vocábulo “doutor”⁴ tem a significação de “ensinar”. Existem, no entanto, outras acepções da palavra que se firmaram ao longo do tempo: “doutor” pode ser a significação de título de dignidade (surgido na religião israelita para designar os mestres e sacerdotes); pode estar relacionado ao Império Romano, no qual a palavra era empregada à ordem militar e correspondia ao mestre que lecionava o uso das armas; “doutor” era também título eclesiástico que se dá aos teóricos da Igreja; é, também, entendido em grau universitário, porque, posteriormente, o título de doutor passou a corresponder certo grau na academia, substituindo o título de “mestre”. Na Faculdade de Direito da Bahia (como assim passou a ser chamada a Faculdade Livre, já no ano de 1914), o regimento da época autorizava a concessão do grau de “doutor” aos bacharéis que defendessem tese ou que fossem aprovados em concurso para professor catedrático ou livre-docente. O doutorado, enquanto curso, só foi instituído na Faculdade de Direito (agora já pertencente à Universidade Federal da Bahia) no ano de 1953. Para se consagrar doutor, o aluno deveria, além de obter aprovação em todas as disciplinas do curso, desenvolver e defender sua tese, de forma escrita, sobre um tema de sua predileção relativo ao curso (MODESTO, 1997).⁵

Desde então, já se podia verificar a construção do “bacharelismo”, que, como dizem Sousa e Rocha (2016), é um fato que repercutiu na maneira com a qual se operou não só a implementação dos cursos jurídicos no Brasil, mas também impactou diretamente na visão a respeito dos órgãos de justiça aqui construídos desde o final da época colonial. Este fenômeno – ou praga, como chamou Holanda (1997) – ocorre em outros países do

⁴ “Doutor”, do latim *docere* (ensinar). Na Bíblia, corresponde às pessoas que lecionavam a lei. (DOUTOR, 2017).

⁵ Junqueira (1999, p. 102) assevera que, atualmente, “[...] o título de doutor não é suficiente (talvez até porque o processo de desprestígio do curso já tenha se iniciado). Quase todos repetem: ‘quero ser juiz, quero ser juiz’.”.

mundo, ou seja, não se tratou de um acontecimento exclusivamente brasileiro, correspondendo a um engrandecimento ao diploma de bacharel em Direito porque esta qualificação rendia a quem a possuía o acesso aos espaços de poder e aos empregos em que melhor eram pagos (HOLANDA, 1997; SOUZA e ROCHA, 2016). Neste sentido, é perceptível que obter o grau de bacharel em Direito, ou até mesmo de doutor, levava o indivíduo a um patamar de diferenciação na sociedade, patamar este que lhes confere uma espécie de local de fala em relação aos espaços de poder. Este local de fala, por sua vez, os confere legitimidade para operar nas mais diversas questões da sociedade, porque também os fazem ser encarados como detentores de todo o saber.

Embora não se possa extrair um conceito único, o bacharelismo é caracterizado por alguns autores. Aqui, será tratado como sendo a preponderância na existência de pessoas com grau de bacharel em direito na sociedade e na política (KOZIMA, 2006). Logo, o bacharelismo pode ser entendido como a excessiva e por vezes desnecessária carga dada à obtenção do diploma de bacharel em Direito, provavelmente pela proximidade da matéria objeto de estudo do curso às profissões valorizadas pela sociedade (advogado e juiz, por exemplo) e pela ideia de prestígio e estabilidade.

O ensino jurídico da época Imperial era caracterizado pela má-qualidade e, por isso, a formação profissional do bacharel em direito ficava a cargo das atividades que eram exercidas pelos estudantes fora da sala de aula. Além disso, a baixa remuneração ofertada aos professores os levavam a ocupar outras atividades que, em sua maioria, constituíam-se como sua atividade principal. Sobre o perfil do bacharel em Direito do Império, fala-se que era o estereótipo próprio de uma pessoa culta, com ideais liberais que serviriam para modificar a situação do país, mas seu conteúdo era diferente da aparência que transmitia (SOUZA E ROCHA, 2016). Não apenas isso: pode-se reafirmar que os cursos jurídicos foram especialmente responsáveis pela formação da elite política que guiou o país durante o período imperial. (VENÂNCIO FILHO, 1982). Aliás, sempre foi possível perceber a nítida relação entre o direito e a política. Neiva e Izumi (2012) elucidam que a graduação em Direito é uma das mais frequentes entre os ocupantes dos cargos políticos ao redor do mundo, mas que este fato começou a mudar principalmente no período de redemocratização do país, a partir de 1946, aumentando a participação de profissionais formados em outras áreas, como engenheiros e economistas, por exemplo.

Ao analisar o bacharelismo e as relações de poder, verifica-se que a educação jurídica brasileira instituída na época imperial, reproduzida ao modelo fiel da metrópole

portuguesa, constituiu-se como fator de manutenção da classe dominante em seus respectivos e tradicionais espaços de poder. Sendo estes os responsáveis por propiciar a edição das leis, faziam com que estas lhes favorecessem. Este fato desagradava a classe menos abastada que, no entanto, na esperança de assumir um dia os lugares daqueles que dominavam, preferiam se adequar ao modelo imposto a reivindicar mudanças legítimas. Isto perdura, de certa maneira, na política do Brasil até os dias atuais, uma vez que os atos de manutenção do poder são extremamente prejudiciais às instituições que se pretendem democráticas e fragilizam a justiça (FRAGA E SANTIN, 2016).

A busca de um poder simbólico⁶ que agregasse ao diploma do curso de direito também auxiliou na construção deste bacharelismo, desta supervalorização do documento que confere ao estudante o referido grau. E assim é, por exemplo, no que tange ao discurso do bacharel em direito: mais do que argumentos e convencimento, o bacharel se preocupa em exacerbar o discurso, muitas vezes porque o conteúdo é pouco ou até mesmo inexistente. Além do discurso, outra forma de expressar o poder está relacionada às vestimentas utilizadas. Todas estas características firmavam na população a crença de que os bacharéis tinham verdadeiro dom para atuar em qualquer esfera de poder, às vezes até mesmo inquestionavelmente (SOUZA E ROCHA, 2016).

Foi ainda na República Velha que o termo “bacharelismo” começou a ser utilizado de modo pejorativo, sinalizando a formação inadequada dos juristas – que mais preocupavam-se mais em carregar o discurso de frivolidades do que em desenvolver uma técnica para operar o Direito. Também trazia a informação sobre o inchaço na quantidade de bacharéis e o quão este fato poderia ser desfavorável ao Brasil pois, com o advento da forma republicana, militares e bacharéis começaram a disputar os espaços de poder e, tendo aqueles ingressado na vida política do país, contribuíram para a crise do bacharelismo, já que o diploma em direito passou a ser pouco atrativo – com a ascensão os militares ao poder, percebeu-se que o diploma em direito não era a única forma possível pela qual se poderia ingressar dos espaços de poder. Esta situação foi mudar apenas no final do século XIX, depois de tempos de escassez de matrículas no curso de direito (VENÂNCIO FILHO, 1982; SOUZA E ROCHA, 2016).

⁶Pierre Bourdieu (2004, p. 7-8) trata do “poder simbólico” como “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. ”. O conceito será trabalhado mais adiante, a partir da introdução do conceito de *habitus*, retomado pelo sociólogo no século XX.

Com o passar do tempo, o bacharelismo do século XIX deu lugar à versão repaginada do bacharelismo do século XXI. A explosão no número de faculdades de direito ao redor do país no final do século passado, a maior oferta de vagas, sobretudo pela iniciativa privada, tem proporcionado cada vez mais maior quantidade de pessoas formadas em direito. Além desta grande oferta de vagas, outros fatores, como melhora na renda dos estudantes e incentivos governamentais, também incrementaram o processo de aumento na quantidade de bacharéis em direito a partir do final do século passado (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2014). Ainda assim, mesmo havendo uma modificação nas estruturas de ensino e no condicionamento social, o novo tipo de bacharel (ou seja, o contemporâneo) continua não sendo devidamente preparado pela graduação para exercer suas funções (e esta conclusão se dá pela análise da aprovação dos estudantes de Direito no Exame de Ordem⁷). Isso quando a exercem, pois também é elevado o percentual de graduados em Direito que não exercem carreiras jurídicas⁸ (SOUZA E ROCHA, 2014).

De certa forma, pode-se pensar no bacharelismo como *arché*⁹ – em grego, é aquilo que origina e persiste na coisa, uma causa originária que jamais a abandona. E porque jamais se desvincula do profissional do direito, há a “arqueologia do bacharelismo”: ele está no princípio e, apesar de não ser mais o mesmo, persiste em sua essência em todas essas marcas do dia a dia dos estudantes que ingressam nas faculdades de direito ano após ano.

São perceptíveis as marcas deste bacharelismo no ambiente da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e dentre as práticas cotidianas dos seus alunos. A faculdade é constituída sob um prédio de três andares, com uma das paredes formada por madeiras e vidros – o que causa bastante calor na época do verão, época comum de se estudar em universidades federais em decorrência das greves -, com poucos espaços de convivência entre os estudantes (salvo aqueles já conhecidos por quem frequenta a faculdade, como a cantina ou o “Espaço de Convivência”, ainda que “convivido”

⁷ Souza e Rocha (2016, p. 96-97) apontam pesquisa realizada neste sentido, na qual se verificou que, entre 2010 a 2014 (ano a partir do qual a FGV Projetos assumiu a elaboração do certame), a média nacional de aprovação era de 17,5% dos inscritos.

⁸ “Com efeito, [...] (no) estudo realizado por Edson Nunes e Márcia Carvalho (2005), consta que, naquele ano, apenas 51,3% dos bacharéis em Direito exerciam profissões na área jurídica, enquanto que 48,7% atuavam em outras áreas.” (SOUZA E ROCHA, 2016, p. 97).

⁹ “*Arché*” corresponde ao elemento que constitui todos os seres, a essência destes. (ARCHÉ, 2017)

majoritariamente por homens, brancos, heterossexuais e cisgêneros advindos de escolas particulares de renome da cidade de Salvador, ou o Espaço das Artes). As salas são dispostas umas ao lado das outras, entre o primeiro e o segundo andar da faculdade, sendo permitido ao aluno escolher o acesso através de dois elevadores que se posicionam na entrada direcionada ao bairro da Graça e a um dos estacionamentos; pelas rampas, localizadas em frente aos elevadores ou pelas escadas, construídas entre a cantina e a parede da sala destinada ao Centro Acadêmico Rui Barbosa.

Outra marca visível da impregnação desse bacharelismo é a dos estudantes de variados semestres utilizando roupas sociais – inclusive terno e gravata. Pode-se reconhecer que este uso, muitas vezes, dá-se unicamente por código de vestimenta dos respectivos locais em que exercem suas funções de estagiário, mas não são raros os casos de estudantes que se afeiçoam às tradições inclusive nas vestimentas.

Também se nota pela erudição nas falas (ou melhor dizendo, pronunciamentos) feitas no grupo da faculdade na rede social Facebook. O “DIREITO UFBA” conta atualmente com cerca de 12.000 (doze mil) membros, entre alunos, ex-alunos, professores, servidores e curiosos. Alguns estudantes, por exemplo, utilizam-se de falas rebuscadas para transmitir suas relevantíssimas opiniões e pensamentos a respeito da vida acadêmica da FDUFBA, a maioria delas sequer solicitada. Muitos destes pronunciamentos, digo, destas opiniões emitidas trazem uma roupagem jurídica, são revestidas de formalidade, mas se mostram ocas em conteúdo – assim como já denunciavam a respeito dos bacharéis (desin)formados no império brasileiro.

É comum, ainda, o uso do verbete “doutor” para referir-se a colegas, alunos e professores e, ainda que no ambiente acadêmico, são poucos os efetivos doutores que existem atualmente no local. A maioria dos alunos utilizam a palavra com um sentido inclusive jocoso para tratar-se com colegas; já os professores incutem nas mentes dos alunos, já desde os semestres iniciais, que ali eles já são doutores - enquanto indicam a Teoria Pura do Direito como cabeça na lista das primeiras bibliografias que o estudante deverá ter contato.

Os vestígios do bacharelismo arqueológico no contexto da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia permitem a constatação de um *habitus* jurídico. Este *habitus* perpassa pelo uso da linguagem rebuscada, das vestimentas extremamente formais em um ambiente não tão solene, da vontade de ser doutor sem ter doutorado

porque Dom Pedro I lhes permitiu. O que é esse *habitus* e como ele se manifesta nos espaços e nas pessoas da Faculdade de Direito da UFBA?

2.2 O *HABITUS* JURÍDICO E SUA PERCEPÇÃO NA FDUFBA

A centenária Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia carrega consigo anos de tradição, sendo responsável por formar muitos dos mais diversos juristas nacionalmente reconhecidos atualmente. Essa tradição, no entanto, pode ser lida apenas como um apego desnecessário a diversos formalismos que não fazem mais sentido em serem mantidos e que precisam, senão ser excluídos, ao menos reorganizados ou repensados. Reproduz-se um *habitus* jurídico a partir das tradições fincadas nas arqueologias do bacharelismo.

Deve-se recordar que o conceito de *habitus* foi sendo retomado por diversos autores conforme o avançar da sociologia; para desenvolver este trabalho, a ideia é a de resumir o conceito resgatado por Bourdieu na obra “Sociologia”:

[...] um sistema de disposições transitórias duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados Bourdieu (1983, p. 65).

O conceito de *habitus* advém de *hexis*¹⁰, palavra grega utilizada por Aristóteles que corresponde aos atributos do corpo e da alma que são atraídos durante o aprendizado. Bourdieu revisita o conceito de *habitus*, já trabalhado por sociólogos como Panofsky e Durkheim, devido a imposição prática de compreender as relações de afeto entre o agir dos indivíduos e as estruturas da sociedade (BOURDIEU, 1989). Assim, a partir desta

¹⁰ “No século XIII, o termo foi traduzido para o latim como *habitus* (particípio passado do verbo *habere*, ter ou possuir) por Tomás de Aquino em sua *Summa Theologiae*, em que adquiriu o sentido acrescentado de capacidade para crescer por meio da atividade, ou disposição durável suspensa a meio caminho entre potência e ação propositada”. (WAQUANT, 2007, p. 65).

análise, entende-se que o *habitus* é um instrumento de mediação entre a atuação dos indivíduos e a sociedade na qual estes indivíduos se inserem. As condições de sociedade são marcadas nos indivíduos que a integram e estas, ao passo em que estruturam o indivíduo, também são estruturadas por ele, na medida em que o *habitus* praticado torna-se um elemento de correspondência entre esses dois fatores. Logo, *habitus* é entendido “[...] como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas [...]” (SETTON, 2002, p. 63), sendo que essas práticas estão “[...] constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (Ibid., p. 63). Ademais, pensar o *habitus* enquanto elemento de correspondência das relações entre indivíduo e sociedade é confirmar que individual e social são reciprocamente influenciados e estimulados (SETTON, 2002).

Associado ao *habitus*, tem-se o “campo”. O campo seria correspondente à uma conjuntura socialmente determinada, em que são dadas as condições (ou seriam regras?) para que o indivíduo aja a partir da informação do seu *habitus*, ou seja, da sua percepção sobre o mesmo. Para Setton (2002), portanto, a concepção praxiológica entende uma relação de dialeticidade entre o indivíduo (*habitus*) e a sociedade estruturada (campo); logo, as atitudes não são milimetricamente pensadas, porque, anterior a isto, há uma óbvia conexão entre o *habitus* e as circunstâncias postas. Este *habitus* é capaz de revelar posições similares a respeito das preferências daqueles indivíduos que vem de uma trajetória social comum, considerando, no entanto, sua possibilidade de ser construído de forma contínua, porque o *habitus* “pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo” (SETTON, 2002, 64).

Wacquant, por sua vez, reitera que *habitus* inter-relaciona indivíduo e sociedade, operando na forma pela qual o social interfere nos indivíduos, assumindo a condição de disposições estáveis ou inclinações elaboradas para orientar diversos campos da vida do ser humano. O princípio do *habitus*, a um só tempo, indica sociação e individualização: constitui-se como o primeiro na medida em que as ações dos indivíduos sujeitos àquelas circunstâncias semelhantes serão orientadas de forma também semelhante, mas também é princípio de individualização pois o indivíduo, através destas disposições duradouras, imprime em si seu esquema próprio e único (WACQUANT, 2007).

A interpretação de *habitus* dada por Bourdieu é de propensões dos indivíduos a agirem de determinadas maneiras, conforme ditam as convenções sociais, ou seja, é um conjunto de disposições corporificado nos indivíduos que depende também de sua socialização. Este *habitus* se verifica, ainda, também nas representações sociais, constituindo-se como paradigmas que direcionam as práticas individuais e sociais (CASANOVA, 1995).

Assim, o *habitus* se traduz como marcas que são imprimidas nos corpos dos indivíduos, a depender de sua vivência em sociedade, ou seja, do seu campo, que direcionam este indivíduo à conformação de seu estado, de sua vivência, porque lhe compõem e também são por ele compostas. Nesta relação de dialeticidade, o campo dá as coordenadas para o indivíduo agir e este, conforme as regras do campo, age e confere ao campo também suas ações.

O corpo social, por sua vez, é o corpo marcado pelo *habitus* (MEDEIROS, 2011). Para o autor, ainda,

O corpo passa a ser portador do *habitus* uma vez que as disposições incorporadas moldam o corpo a partir das condições materiais e culturais até torná-lo um corpo social. Este é o processo de socialização, produzindo um ser individual forjado nas e pelas relações sociais, fazendo da própria individualização um produto da socialização. Por isso a noção de *habitus* articula o individual e o coletivo. (MEDEIROS, 2011, p. 285).

E continua:

O corpo, nas reflexões de Pierre Bourdieu [...], é um produto social desde as dimensões de sua conformação visível, que tem a ver com os hábitos de consumo, gostos, ou seja, *habitus*, derivados de condições sociais, até nas formas de se portar e de se comportar, em que se expressa toda a relação com o mundo social. (MEDEIROS, 2011, p. 293).

Pode-se verificar diversos *habitus* na sociedade. Alguns exemplos pontuais são o *habitus* do médico (uso do jaleco, a necessidade de uso do não-pronome de tratamento “doutor” antes do prenome, o fascínio pelo curso e profissão); o *habitus* dos operadores

das profissões jurídicas (uso de roupas sociais, fala rebuscada, escrita erudita, frequência em restaurantes refinados, uso de automóveis sofisticados etc.).

Apesar das práticas dos indivíduos estarem sob a roupagem do consciente e racional, a percepção das marcas nos corpos dos indivíduos, ou seja, dos seus respectivos *habitus*, revela que estas se dão mais de forma inconsciente e automática. A atividade de assistir audiências, que alguns professores utilizam como critério de aprovação nas disciplinas (sobretudo naquelas de prática jurídica), é onde este *habitus* se revela mais obviamente: sabendo o indivíduo que ele irá estar presente em uma audiência em um ambiente como um fórum ou um tribunal, sua escolha de vestimenta para a ocasião será, muito provavelmente, pela roupa social (ou até mesmo por um terno e gravata). Este indivíduo pode, inclusive, nunca fazer uso dessas vestes ou usá-las diariamente, mas a sua marca presumível será a de estar melhor composto para a visita a este ambiente. Já tendo em seus corpos as marcas do direito, aqui mais precisamente das roupas que são tidas como as mais adequadas, ainda que o indivíduo escolha aquela determinada camisa social ou opte pelo uso daquela gravata que lhe cai melhor naquele terno, não se pode afirmar que estas escolhas se dão puramente pelo consciente do indivíduo, quiçá pelo seu próprio gosto em particular. A ideia do uso de roupa social em determinados ambientes de eventos jurídicos vem antes da escolha do indivíduo por aquela roupa, ou seja, as marcas imprimidas no corpo do indivíduo que se opera no contexto de um curso de direito pressupõe a sua prática. Logo, a estrutura do sistema de disposições que lhe ensina “as regras do jogo” dita a sua prática, assim como a sua prática confere ao externo (à sociedade) a socialização da sua subjetividade.

O *habitus*, desta forma, “exprime a posição social, enquanto pré-disposição incorporada de se comportar de certa maneira” (PEREIRA, 2017, p. 12) e, neste sentido, o campo se traduz também como um espaço de poder. E é assim que se pode perceber também a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDUFBA).

Esses signos marcados nos corpos dos indivíduos, os quais estruturam e são estruturados pelo grupo social ao qual pertencem, podem ser notados na FDUFBA, assim como serão observados em qualquer outra faculdade que ofereça um curso de graduação em direito.

A Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia está na Rua da Paz, sem número, de braços abertos para o bairro da Graça e de costas para o restante da Universidade. Suas longas escadarias a isolam das Faculdades de Administração,

Educação e de todo o PAC (Pavilhão de Aulas do Canela), todos situados nos degraus inferiores das escadarias, que dão para o Vale do Canela. Para se ter acesso à Faculdade de Direito, os alunos precisam subir as escadarias para chegar ao “Monte Olimpo” (assim chamado pela associação à mitologia grega, uma antiga anedota conhecida por toda universidade, e porque lá habitam pessoas que são - ou acreditam ser – deuses).

Figura 1 - Faculdade/Acesso à FDUFBA pelo bairro da Graça



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 2 – Escadarias/Acesso à FDUFBA pelo Vale do Canela



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 3 - Metade das escadarias/Acesso à FDUFBA pelo Vale do Canela



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Pela Graça, a faculdade tem um estacionamento que não acompanhou o crescimento da faculdade em relação à quantidade de estudantes e professores – ainda que estes contem com a regalia de um estacionamento privativo para proteger os seus requintados automóveis. No estacionamento também está a Livraria do Advogado (que, até 2016, era situada no segundo andar da faculdade), onde os alunos vão à procura das bibliografias indicadas pelos mestres, entre pedidos de descontos e encomendas atrasadas pela editora.

Figura 4 - Estacionamento de cima/Entrada da livraria



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 5 - Estacionamento Privativo dos Professores



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Por este caminho, as desgastadas palavras “Faculdade de Direito da UFBA” indicam acima da também desgastada porta de madeira branca e vidro a entrada do local. Esta entrada leva quem está adentra o espaço a se deparar com dois elevadores – muito utilizados pelos alunos e quase sempre pelos professores - para chegar ao primeiro, segundo e terceiro andar, e à rampa, que é colada ao apertado espaço que se destinou a abrigar os recepcionistas da instituição (onde antes estava localizado um caixa eletrônico de um banco). Também neste local, ao lado dos elevadores, existe uma máquina de devolução de livros, com ar-condicionado próprio e que eu, pessoalmente, nunca presenciei ser utilizada uma vez sequer. À direita, existe o Salvador Shopping, ou, melhor dizendo, o Núcleo de Atendimento ao Aluno – com portas de vidro, aparelhos televisores conectados à internet mostrando em tempo real as notícias mais importantes do dia

Figura 6 - Frente da faculdade/Entrada pelo bairro da Graça



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 7- Entrada da Faculdade pelo Vale do Canela



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 8 - Elevadores da Faculdade



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 9 - Recepção da FDUFBA



Fotógrafa: Amanda Silveira.

Figura 10 - Rampa de acesso aos andares superiores



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 11 - Parte interna da faculdade



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Continuando o caminho pela faculdade está localizada a entrada da Sala da Congregação – Espaço Arx Tourinho. Esta sala é um dos espaços mais bem quistos da faculdade; conta com uma espécie de antessala/recepção, administrada por uma das funcionárias da faculdade, e esta recepção também funciona para filtrar o acesso à escondida sala dos professores. As portas de vidro jateado, quando abertas, permitem o ingresso das pessoas na Congregação, é disposta espacialmente da mesma forma que os tribunais são – uma mesa de madeira estruturada em forma de “U”, com uma pequena mesa para as apresentações orais e cadeiras para que a plateia se emocione com os discursos cansativos e repetitivos. Conta ainda com acesso à internet de boa qualidade, ar-condicionado, aparelho de *Datashow* e um computador. Esta é a sala que abriga os mais importantes eventos acadêmicos promovidos pelas diversas organizações da FDUFBA, reuniões de departamento e de colegiado, apresentações, júris simulados propostos pelos professores de prática penal, simulações de sessões de julgamento das câmaras cíveis, etc. A Sala da Congregação é justamente o espaço de aprendizado das estruturas de poder e saber do universo jurídico, talvez o de maior reprodução do *habitus* jurídico.

Figura 12 - Hall da FDUFBA



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 13 - Entrada sala Arx Tourinho/Sala da Congregação



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 14 - Espaço interno da Sala da Congregação



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Mais adiante, ainda pela esquerda, após percorrer um corredor habitado somente pelos murais com informativos dos projetos de extensão e coletivos da FDUFBA, é possível ver a cantina da faculdade. Dividem este mesmo espaço a escada que dá acesso ao Observatório da Pacificação Social (subterrâneo), à sala do Serviço de Apoio Jurídico – SAJU (Serviço de Apoio Jurídico), a sala de convivência e a sala do Centro Acadêmico Ruy Barbosa (são vizinhas e por vezes confundidas entre os estudantes), o banheiro do térreo, um jardim – que, apesar de bonito, foi construído com as sobras dos demais espaços e, por isso, não conta com espaços de convivência e, mesmo sendo ao ar livre, parece propagar ainda mais o calor -, as escadas que dão acesso ao primeiro e segundo andares (onde se localizam as salas de aula) e, finalmente, o Espaço das Artes (agora, “Espaço Luiz Gama” e conhecido informalmente entre as pessoas como “a Árvore”).

Figura 15 - Corredor do térreo da FDUFBA



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 16 - Cantina da FDUFBA



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 17 - Jardim próximo à cantina



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 18 - Entrada do Espaço das Artes/Acesso pela cantina



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

No primeiro andar, existem as salas onde ocorrem as aulas da graduação, dispostas uma ao lado das outras; a maior parte das portas tem um pequeno quadrado de vidro, de forma que as pessoas que não estão na parte interna da sala possam ver que aula está sendo ministrada e de que forma. O resto são espaços vazios que servem para a circulação dos estudantes entre os intervalos, bem como banheiros e bebedouros, e poucos lugares para que os alunos possam se sentar, conversar, aguardar o início de uma aula fora da sala...

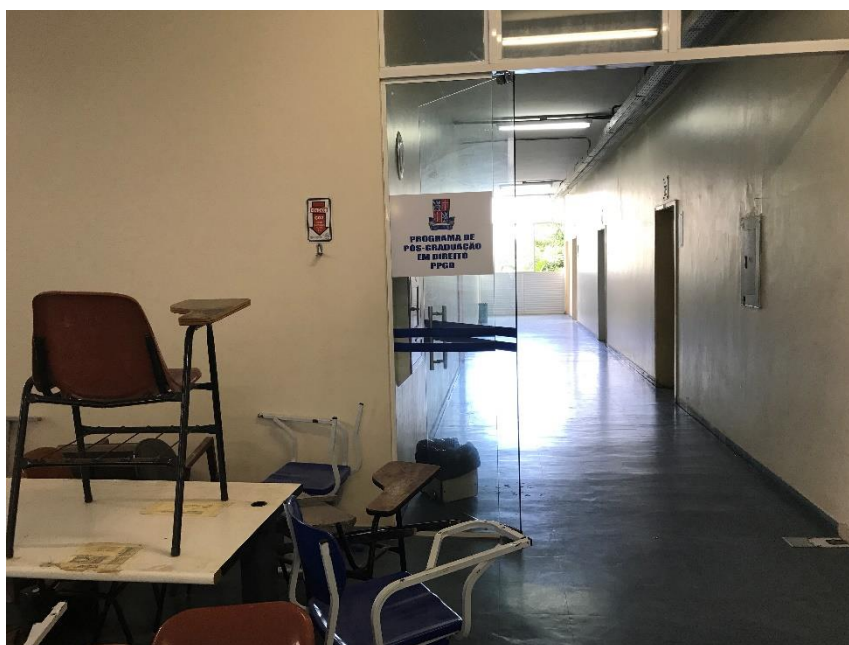
Figura 19 - Primeiro Andar



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

O segundo andar é organizado da mesma forma, com a particularidade de haver um espaço próprio para o Programa de Pós-Graduação em Direito, separado por uma porta de vidro com uma inscrição que indica este local, porém que nunca foi ocupada de fato por esta. Do outro lado deste segundo andar, está a *xerox* da faculdade, onde os alunos fazem cópias de livros, textos e imprimem trabalhos, sempre muito utilizada e com maior concentração quando se aproxima a época das provas. Entre esses dois campos, existem outras salas de aula que abrigam os cursos de mestrado e doutorado – sempre no segundo andar, sugerindo uma hierarquização acadêmica.

Figura 20 - Segundo Andar



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Ao terceiro andar, o qual só se pode ter acesso subindo as três rampas ou utilizando qualquer dos dois elevadores localizados no térreo, se reserva apenas à Biblioteca Teixeira de Freitas. Localiza-se à direita o acervo de livros da faculdade, que podem ser tomados de empréstimo ou apenas consultados após pedido para os recepcionistas (também responsáveis pelo acesso à parte interna da biblioteca, onde estão os livros); e à esquerda, uma sala relativamente grande para estudo individual ou em grupo, composta de mesas, cadeiras, tomadas e, ao fundo desta sala, laboratório contendo computadores

com internet para quem desejar utilizá-los. A biblioteca tem períodos de ocupação maior – a época de prova e o final do semestre -, mas não são todos os alunos que a utilizam para estudar. Na realidade, não são muitos os alunos que habitam os espaços da faculdade por mais tempo do que o necessário.

Figura 21 - Terceiro Andar/Entrada da Biblioteca



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

As marcas do *habitus*, do inconsciente jurídico manifestado coletivamente, são óbvias tanto nos espaços da Faculdade de Direito da UFBA quanto nos comportamentos dos alunos e alunas que ali estão.

Os estudantes, em sua maioria, dão preferência aos locais mais à frente das salas, sempre muito próximos aos mestres, como se o quase contato fosse capaz de lhes passar a inteligência tão admirada; levantando suas ousadas mãos para tirar dúvidas ansiosas com os professores, os doutores por antecipação misturam desconhecimento com arrogância. As pessoas ocupam muito pouco os escassos espaços de convivência que existem no ambiente acadêmico. Se já forem estagiários/as, certamente serão vistos utilizando terno e gravata ou um salto alto, almoçando com pressa na cantina para que haja tempo de chegar aos locais de trabalho no horário sem que os chefes lhes repreendam pela demora e para também poder chegar em suas residências mais rápido ao final do dia

e cumprir ao menos uma das infinitas tarefas que lhes cabem na faculdade (ou na vida). É mais comum ver estudantes chegando à faculdade em horários fechados para as aulas e partindo assim que elas acabam, utilizando-se apenas da rampa de acesso para subir aos andares onde se localizam as salas ou, se mais preguiçosos, do demorado elevador. Seriam estes os rampeiros, designação dada pelos próprios estudantes da faculdade de direito para designar as pessoas que estão na faculdade apenas preocupadas em digitar cada palavra do conteúdo da aula e sair cedo para cumprir seus horários no estágio, sem usufruir das benesses que a universidade pode lhes proporcionar. Em períodos de prova, no entanto, é maciça a presença dos estudantes na biblioteca, por longas e inúteis horas. Por cerca de três semanas durante essa época e também no fim do semestre, é praticamente impossível encontrar uma mesa vazia para estar nesse local. O período de provas talvez seja o período em que toda a faculdade mais vê a cara dos seus alunos em todos os espaços.

Entre os intervalos das aulas, a cantina fica com filas imensas e muitos alunos fazem suas refeições ali – isso quando a ida ao local não é apenas para comprar um café que consiga resgatar a sua mente para o que está acontecendo durante a aula. Alguns se dirigem ao Espaço das Artes para comer, conversar um pouco com os colegas ou fumar antes de subir para a aula do próximo horário – ou até mesmo nem subir. A cantina também fica cheia durante o horário de almoço, entre 12:00 horas e 13:00 horas, horário em que quem precisa se deslocar para os seus respectivos estágios almoça com rapidez para não se atrasar, sempre com cuidado para não manchar a camisa social.

A maioria dos estudantes, quando estes precisam estar na faculdade por várias horas ou não têm tempo de trocar de roupa até o próximo compromisso, se veste com roupas formais: o conhecido combo jurídico da calça e camisa social ou até mesmo o terno e gravata, já firmado no imaginário popular como uniforme das profissões jurídicas. Esta prática é mais comum entre os estudantes que exercem estágios, sobretudo quando esses estágios se tratam de grandes escritórios de advocacia ou gabinetes de famosos juízes, desembargadores, promotores...

Os alunos ainda têm uma linguagem própria do mundo jurídico, o chamado “juridiquês”. Entre petições iniciais e sentenças elaboradas para as disciplinas da faculdade e nos estágios e a mania de só ler manuais jurídicos durante os cinco anos de graduação (muitas vezes porque contato com outros tipos de literatura não lhes são permitidas pelo tempo), o estudante de direito se vê enclausurados por uma forma própria

que contamina toda a sua oralidade e linguagem. Em relação ao uso das redes sociais, principalmente nos próprios perfis do site Facebook e no grupo “DIREITO UFBA”, pode-se perceber grandes pronunciamentos emitindo opiniões sobre absolutamente todos os fatos da vida, muitas vezes estruturados em forma de sentenças judiciais, com linguagem pernóstica, utilizando-se o juridiquês até para pedir informações a respeito de determinada aula ou de determinado professor. Alguns estudantes, por outro lado, se apropriam desta linguagem para tratar, de forma leve e respeitosa, sobre fatos corriqueiros da vida, como uma espécie de aplicação do aprendizado às mínimas coisas para que este aprendizado seja cada vez mais fixado e presente. Esta forma de linguagem influencia também na própria relação dos alunos para com eles mesmos: há uma espécie de competição no que diz respeito às notas mais altas nas provas e ao *score* mais elevado, bem como há disputa pelas vagas entre os horários e professores tidos como melhores para determinadas disciplinas, além de toda uma cultura de uso de cadernos digitados que movimenta a faculdade – alunos que os fazem, alunos que os compartilham, alunos que os pedem, alunos que os contrabandeiam... Essas relações intrínsecas são vivenciadas pelos alunos de forma que eles mesmos se adaptem ao modelo de ensino e de vivência ali imposta. Tudo isto está relacionado ao *habitus*, a essas marcas traçadas nos corpos dos indivíduos socialmente entendidos como juristas. Esses alunos, então, são ali estabelecidos: já com os signos presentes, seus corpos se conformam na lógica do campo e, desta forma, há a reprodução do comportamento.

A linguagem do juridiquês, tão arraigada nas faculdades de direito, nos gabinetes e escritórios, é mais uma das formas de viabilizar a manutenção de um poder concedido a algumas pessoas pela convicção de que determinados segmentos são autorizados para agir ou criar. O advogado, quando traja um terno e gravata e “fala bonito” numa entrevista para as massas, para a camada menos abastada da sociedade, incute nas pessoas a ideia de que o que está sendo dito é verdadeiro. O juiz, ao utilizar uma toga, implicitamente passa a mensagem de que sua sentença está dotada de verdade – ele é o competente para tratar daquilo e suas roupas, sua linguagem e sua forma de se postar atestam isso.

O direito se opera com a hegemonia pela autoridade de dizê-lo, ou seja, quem é competente para afirmar o direito e, assim, dizer o que é verdadeiro. A linguagem jurídica, neste sentido, tem os efeitos de neutralização e de universalização, porquanto trata do distanciamento do sujeito na tentativa de mostra-lo impessoal, imparcial e objetivo, transmitindo ideia de generalidade da norma. A partir dessa concepção, consegue-se notar

que o direito é o que melhor traduz o poder simbólico, uma vez que o ordenamento jurídico; ao se firmar como competente, confere uma espécie de crença no legítimo sobre a regra e sobre quem a cria. Ademais, o conjunto de regras que constitui o direito, aos poucos, vai se assentando como natural, como trivial, entendida como estando ali desde sempre e assim realizada porque assim está posta (BOURDIEU, 1989).

É justamente esta a crítica feita por Bourdieu, segundo Siqueira (2011): a ideia de que a realidade é explicada pelo direito – quando, em verdade, é o contrário que acontece. Isto influencia a forma que o direito é ensinado até os dias atuais. Siqueira afirma ainda que este poder simbólico se apropria de uma violência que também é simbólica para agir; isto incute na comunidade o *habitus* de acreditar no posicionamento predominante. Tais marcas, em que pese estejam estabelecidas desde sempre e ainda hoje permaneçam, podem ser reinventadas e/ou transformadas. Com a expansão do ensino superior no Brasil, notadamente durante as últimas décadas, mais pessoas tem tido acesso ao ensino jurídico, tornando o curso mais heterogêneo e, por óbvio, sem condições de comportar as marcas destes novos indivíduos e nem podendo esperar que estes indivíduos, vindo de outros contextos sociais, reproduzam *habitus* que não lhe são próprios.

Pode-se, assim, observar a construção de um *habitus* jurídico a partir da perspectiva de algumas práticas e comportamentos que partem do indivíduo porque lhes foram ensinadas pela sociedade, mas que também a estrutura (neste caso, a faculdade) porque ela também é construída a partir destes indivíduos.

Assim é que o Espaço das Artes costuma concentrar os estudantes que fogem da lógica perpetrada pela egrégia Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, sendo um espaço de convivência no qual se planejam eventos e reuniões diversas. Ali se associam estudantes que não reproduzem exatamente o mesmo *habitus* observado no espaço interno, a partir de outras realidades; é o espaço do outro, a heterotopia da FDUFBA e os seus ocupantes, não estabelecidos na faculdade, mas ali firmados, estão do lado de fora, os *outsiders*.

2.3 *HABITUS* E HETEROTOPIA: UMA MEDIAÇÃO ENTRE ELIAS, FOUCAULT E BOURDIEU PARA O AVANÇO DA OBSERVAÇÃO - HETEROTOPIA COMO O LUGAR DOS CORPOS DESCORPORIFICADOS

Norbert Elias (2000) elaborou um estudo que pretendia investigar os altos índices de criminalidade onde ele estava desenvolvendo sua pesquisa, na localidade de Wiston Parva. No decorrer da pesquisa, outras questões surgiram e ele, então, passou a tentar entender o porquê de determinado segmento de uma localidade detinha mais poder do que os demais. Desta forma, a partir de suas observações, Elias estabeleceu dois conceitos para explicar este fenômeno.

A comunidade de Wiston Parva era composta basicamente por trabalhadores. Dentre eles, determinado grupo se assentava como mais valoroso e importante, em detrimento de um grupo recém-chegado. Os indivíduos pertencentes a este grupo mais antigo nutriam a convicção de que eles eram os superiores, inclusive em poder. Estes, que se auto determinavam superiores, recusavam-se a manter qualquer relação com o grupo mais novo, salvo aquelas obrigatórias em razão do trabalho. Esta ideia se manteve tão forte que, em determinado momento, os indivíduos apenas se conformavam com a designação e tratamento que lhes inferiorizavam. Assim, se constrói a ligação entre as ideias de “estabelecidos” e “outsiders”. Os estabelecidos imputavam qualidades aos seus componentes e se utilizavam da fofoca para exercer uma espécie de controle sobre os outsiders, ou seja, o grupo marginalizado e tido como inferior àquele primeiro (ELIAS, 2000).

Frederico Neiburg, apresentando a edição brasileira da obra “Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, de Norbert Elias e John L. Scotson, traz as concepções de **estabelecidos** e *outsiders*.

Segundo Neiburg (2000, p. 07), os *establishment* (ou *established*)¹¹ são

“[...] grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência [...]”.

Os outsiders, por outro lado, são “[...] os não membros da ‘boa sociedade’, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços

¹¹ “Estabelecimento” e “estabelecidos”, respectivamente. Tradução livre.

sociais mais intensos do que aqueles que unem os *established*. [...]”. (NEIBURG, 2000, p. 07).

Os estabelecidos são, na visão de Souza, E. F. (2005), os grupos que detém prerrogativas em relação à hierarquia da sociedade e à estabilidade; os outsiders seriam os excluídos, que estão em condição de desvantagem. Essa relação entre os estabelecidos e os outsiders se constrói na medida em que os outsiders se identificam conforme sua própria imagem, a partir da ligação mútua com os estabelecidos e também pela significação dada por estes àquele grupo; a recíproca é verdadeira, porque os estabelecidos também firmam sua imagem a partir do que os outsiders, os outros, representam. O *habitus* tem importância neste contexto, já que as práticas incorporadas através de determinado segmento da sociedade podem relevar duas categorias estruturantes de *habitus*, uma estruturante dos estabelecidos e outra estruturante dos outsiders. Por isso, “[...] o *habitus* e os contornos identitários [...] dão conta de explicar a existência de sentimentos de estabelecidos e outsiders na relação de um para com o outro [...]” (Ibid., p. 05).

Os outsiders acabam recebendo e internalizando os estereótipos de subalterno e essa internalização auxilia na manutenção das estruturas de poder exercidas por estes estabelecidos. Esse processo de estigmatização se dá através do *habitus*, da estrutura que leva os outsiders a acreditarem que são de um grupo inferior e distinto. Os outsiders, no entanto, podem ressignificar esta marca, positivando-as; já os estabelecidos sentem o pertencimento ao grupo dito superior em razão de sua submissão aos padrões que são impostos pelo *habitus* e reproduzidos por esses indivíduos (PEREIRA, 2017).

Pode-se delimitar uma relação de poder entre estabelecidos e outsiders: os primeiros estão sempre em posição de privilégio, ocupando espaços de poder na coletividade; os segundos, em contrapartida, têm o oposto dessa vivência (SILVA, CAPRARO, SOUZA, MARCHI JÚNIOR, 2014).

Assim, pode-se traçar o paralelo entre os conceitos para determinar os estabelecidos e os outsiders na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Os estabelecidos seriam, neste caso, as pessoas que reproduzem a conformação do *habitus* jurídico na FDUFBA, os estudantes que mantêm seus corpos marcados por essas orientações não estritamente racionais. São os alunos-padrão, estagiários de grandes e renomados escritórios de advocacia, donos dos *scores* de número mais alto e preocupados em subir a rampa para assistir a sua aula e descer a rampa para ir para seus estágios sem

se atrasar, sempre em modo acelerado. Esses estabelecidos são os alunos que, além de ter suas marcas expressas nos corpos, conformam seus corpos a partir do que é esperado deles neste ambiente e, em contrapartida, também moldam este ambiente de acordo com suas vivências, preferências, desejos, aspirações... São as pessoas que ingressam no curso de direito com o sonho de se tornarem juízes, ou advogados reconhecidos, e trabalham por isso desde o início do curso e já agem, desde os primeiros semestres, como aprendizes destas carreiras.

Os outsiders, por outro lado, são os inconformados (no sentido de não necessariamente expressar a conformidade das marcas em seus corpos). Os outsiders, aqui, são os indivíduos relacionados entre si e ao Espaço por outras lógicas que não necessariamente a lógica do *habitus* jurídico perpetrado no contexto e pelas pessoas que ocupam a Faculdade de Direito da UFBA. Partindo da compreensão de que há um *habitus* jurídico não reverenciado pelos outsiders, esses são os outros, aos quais os estabelecidos não se associam ou se “misturam”. E se a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia se traduz como um espaço de poder no qual os estabelecidos exercem suas dinâmicas, existe um lugar específico onde os outsiders se firmam: neste contexto, se insere o Espaço das Artes ou, mais informalmente, a “Árvore”.

A FDUFBA, enquanto espaço de saber, também se configura como espaço de poder, pois, segundo Pereira (2017), o poder se alicerça na sabedoria e tem potencial para alastrar a realidade. Logo, quem tem conhecimento tem poder e este saber também pressupõe a existência de relações de poder. Assim, os espaços de saber podem constituir-se como espaços de poder (FOUCAULT, 1982). A FDUFBA, neste sentido, seria um espaço onde as relações de poder podem ser configuradas, visto que se trata de um espaço de saber – e não um saber “qualquer”, mas sim o saber jurídico, talvez o mais prestigiado no âmbito social e o que mais favorece o surgimento e manutenção de dinâmicas de poder.

O século XX, segundo Foucault (1967), foi o que mais se preocupou com o espaço. Esses espaços, ainda não dessacralizados, ainda se regram por divisões específicas, sempre mantendo uma espécie de cultura do sagrado. Desta forma, Foucault discute dois tipos principais de espaço, que, segundo o filósofo, são “espaços que se encadeiam uns nos outros, mas entretanto contradizem todos os outros” (Ibid., p. 80). São as noções de utopia e de heterotopia.

“Os espaços da utopia [...] são lugares sem lugar real. São lugares que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade. Apresentam a

sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário”. (Ibid., p. 80). As heterotopias, no entanto, seriam “[...] espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra-lugares, [...] e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos” (Ibid. p. 80).

Foucault e Elias se aproximam, neste contexto, na medida em que os dois autores buscam investigar incessantemente no curso de seus trabalhos o modo pelo qual se formou e se fixou a sociedade atual a partir das concepções explícitas e implícitas de poder (SILVA, CAPRARO, SOUZA, MARCHI JÚNIOR, 2014).

A ideia de Foucault é montar um tipo de categorização do espaço em que se possa reconhecer diversas disposições e conceitos, mesmo que contraditórios, dentro do mesmo local. Seria, então, um lugar tangível onde os juízos estariam presentes, proporcionando todo tipo de manifestação contrária aos regramentos impostos por causa das potenciais divergências. Logo, a heterotopia causa o sentimento de incômodo naqueles que a experimentam; entretanto, continua a ser ocupado pelas pessoas porque satisfaz uma vontade daquele indivíduo e, por isso, seriam consideradas favoráveis para a renovação da sociedade. Desta forma, esta concepção de espaço heterotópico fundamenta-se escape do padrão, do que está posto e convencionado, porque neste local, a convivência dos indivíduo, aliada à significação do lugar, é que determina o seu conceito (VALVERDE, 2009). É possível, desta forma, entender a heterotopia enquanto espaço do outro, ou seja, um espaço em que se enxergam outras lógicas, lógicas essas que são montadas por seus agentes, seus ocupantes, seus frequentadores e que na maioria das vezes são as pessoas que destoam do padrão reproduzido em um contexto de *habitus*.

É possível observar um paralelo entre o Espaço das Artes e a heterotopia. O espaço é ocupado principalmente pelas pessoas que não se encaixam no perfil de estudante padrão construído pela Faculdade de Direito da UFBA (ou que assim eles próprios se consideram). Constitui-se, ainda, como local no qual ocorrem eventos artísticos, rodas de conversa sobre temas que continuam sendo controversos no ambiente da faculdade de direito – a exemplo de consumo de drogas e políticas sociais para usuários de entorpecentes -, ocorrência de aulas abertas por alguns professores etc. É, ainda, um espaço no qual os estudantes podem fazer suas refeições e, por que não dizer, se ausentar das aulas que não lhe agradam. Trata-se, como se vê, de um espaço no qual se propõe a ruptura do *habitus* jurídico repetido pelos estudantes da faculdade, já que se firma justamente como lugar de inquietação por parte de quem o ocupa e de descontentamento

por parte de quem o critica. É o espaço no qual os outros se unem e que pessoas de perfis específicos não se vinculam. O Espaço das Artes é a heterotopia da FDUFBA. E, assim sendo, constitui-se como ferramenta de transformação porque não se pode manter acesa a chama do tradicionalismo e “a única coisa que não podemos aceitar é a reprodução das velhas fórmulas” (JUNQUEIRA, 1999, p. 131), já que “a grande dificuldade do mundo do direito é, justamente, vencer o arcaísmo, presente até quando se pretende ser moderno.” (Ibid., p. 131).

2.4 SOLTANDO OS TIGRES E OS LEÕES

A maioria das pessoas tem uma percepção muito pejorativa do que é ser advogado – é só recordar quantas piadas ouvimos, ao longo da vida, sobre advogados que sempre atuam no sentido de tirar proveito de alguma situação ou de alguém. Não sei ao certo a origem desta crença, mas imagino que isto esteja relacionado à construção do bacharelismo no país e de como a estrutura jurídica foi organizada desde sempre. Se não forem piadas de mau gosto, uma pergunta é quase certa de se ouvir: “mas você não vai defender bandido não, vai? ”.

Quando eu comecei o curso de direito, já percebi que ali havia um padrão reproduzido, tanto entre os professores quanto entre os alunos. Eu, que morava em outra cidade e dependia do precário transporte público para me locomover todos os dias, aproveitava o conforto dos meus chinelos e blusas modelo *babylook* com estampas engraçadinhas, mas me deparava com blazers no verão soteropolitano, saltos altos, maquiagens elaboradas, gravatas com nós que pareciam sufocar quem as utilizava. Eu só queria ser eu dentro de um mundo que ali eu já via que não era meu – e jamais seria.

Daí, surgiu a inquietação: eu conseguiria me manter neste mundo que não era (m)eu ou eu teria de me deixar ser mastigada e engolida por um padrão? O direito me deixaria ser eu? Ali, meu amor começava a definhar.

3 ÀS CINCO HORAS NA AVENIDA CENTRAL: A VIDA DO DOUTOZINHO APRENDENDO A TER PODER

*Mandei fazer
De puro aço luminoso um punhal
Para matar o meu amor e matei
Às cinco horas na avenida central
Mas as pessoas na sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer...*

22 de novembro de 2012. Meu primeiro dia de aula na FDUFBA. O comprovante de matrícula – no primeiro semestre, lhe são dadas apenas duas grades já organizadas previamente, cabendo ao aluno escolher uma das duas – indicava que eu deveria, às 09h00, estar na aula de Introdução à Filosofia com a professora Nancy Mangabeira Unger (aquela deusa maravilhosa) em São Lázaro. Sim: minha primeira aula era do curso de direito foi de filosofia e em São Lázaro. 2012.2, meu semestre de ingresso na Federal, foi também o semestre de implantação do “Busufba”.

Deste dia, me lembro de ter feito meu pai me levar de carro até o local, até então completamente desconhecido por mim. Eu tinha feito uma amiga, através de outros amigos, que estaria na minha turma naquele curso. Assim que cheguei em São Lázaro, a reconheci e ela já tinha feito outros amigos lá. Ficamos, cerca de cinco pessoas, completamente perdidos: não sabíamos aonde ir, a quem pedir informações, onde era o Pavilhão de Aulas “trezentos”. Éramos calouros.

Após algumas horas deliberando sobre a aula, chegamos todos à conclusão de que jamais iríamos encontrar aquele local indicado no comprovante de matrícula.

Uma das pessoas mais importantes da minha vida estudava jornalismo na UFBA na época. Eu decidi, após me convencer de que eu não iria ver a minha única aula no meu primeiro dia, que iria visitá-la em Ondina. E convenci todas as pessoas que estavam comigo a irem junto, todos aproveitando as benesses da Universidade porque fomos todos de Busufba. Neste dia, passei a manhã inteira na Ondina. Conheci amigos da minha amiga. Iniciei minha trajetória acadêmica estando ausente na primeira aula do meu curso.

Depois de passar uma ótima manhã em Ondina, peguei outro Busufba para retornar ao ponto onde meu pai havia me deixado, para, de lá, pegar meu ônibus para casa.

Este foi o meu primeiro dia no curso de Direito da Universidade Federal da Bahia: “filando” a aula de São Lázaro em Ondina...

3.1 AS PESSOAS NASCENDO E MORRENDO

O relato continua agora convidando o meu leitor a conhecer o “doutozinho” (e observe que é doutozinho, sem “r” mesmo – de “douto”).

Nesta etapa do trabalho, foram reservados dias para (tentar) conhecer o doutozinho, frequentando a sala de jantar, no esforço de forjar relações entre mim e as pessoas até então conhecidas apenas pelos corredores para que se pudesse, a partir das noções de *habitus*, heterotopia, estabelecidos e outsiders, entender as relações e dinâmicas formuladas entre essas pessoas.

Foi preciso recorrer à antropologia para viabilizar o estudo, pois a dogmática jurídica era insuficiente para realizar esta etapa da pesquisa. Cada vez mais é vista (e necessária) a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento e o Direito deve aprender com estes campos de ensino e também ensiná-los, sem a autoconsideração de se ver como uma ciência majestosa.

Lima (2008) assevera que a antropologia surgiu na tentativa de explicar as diversas nuances das sociedades, observando uma metodologia particular constituída basicamente na apresentação e comparação de documentos formulados pelos pesquisadores. Neste cenário, quando serve ao Direito, a antropologia tem lugar na exata medida da forma como se opera a pesquisa naquela área, porque a própria forma de pesquisar na área jurídica se condensa de maneira a apenas se autorreferenciar. Assim, “constitui-se, mesmo, o ‘mundo do Direito’ em domínio afirmado como esfera à parte das relações sociais, onde só penetram aqueles fatos que, de acordo com critérios formulados internamente, são considerados como jurídicos” (Ibid., p. 13). O Direito que, ao mesmo tempo, tudo pretende reger e ordenar, fica insulado em si mesmo, quando poderia melhor encontrar vias de abarcar os fenômenos sociais, que já são objeto de estudo de outras humanidades, a exemplo da antropologia; inclusive, o estudo de povos e grupamentos humanos, evidenciando as dinâmicas intersubjetivas e componentes culturais destes,

proveria farta assistência no esforço que a ciência do Direito empreende em revestir essas mesmas dinâmicas de juridicidade. Por isso, é pertinente o uso da antropologia jurídica no presente trabalho, uma vez que o objeto e o método, próprios desta disciplina, auxiliam na investigação de um fenômeno que acontece num campo abarcado pelo direito, porém fora da alçada deste, como um sintoma subclínico que a ótica do jurista não costuma ter sensibilidade para perceber. Ademais, o direito não pode ser encarado como área de saber apartada: deve, ao invés disto, ser compreendido como um conhecimento que se expande para outros campos da sociedade (Ibid., 2008). É, necessário

Fazer a etnografia das instituições judiciárias. É preciso percorrer seus *Espaços*, as salas e os corredores, assistir audiência, reparar em quem lá comparece, como se veste e comporta. É necessário contar as presenças e as ausências, descrever-lhes significados e utilização. Depois, é preciso entender seu *tempo*, seus prazos infundáveis, suas audiências formalmente ininterruptas, seus hierarquizantes rituais de espera e poder (LIMA, 2008, p. 33). Grifo do autor.

A ideia, inicialmente, era acompanhar a rotina das pessoas que frequentavam os espaços onde eu estava me colocando. Esta empreitada, no entanto, foi frustrada por diversas vezes, por diversos fatores, a exemplo do tempo (já que se dispôs de pouco tempo para tentar criar alguma relação mínima de confiabilidade para que as pessoas se sentissem confortáveis em partilhar seu cotidiano comigo) e, sobretudo, a dificuldade que se mostrou encontrar essas pessoas e conseguir fazê-las encaixar o pedido para realização da entrevista em sua rotina. Além disso, dentre as pessoas que eu consegui contato e que aceitaram participar da pesquisa, o obstáculo enfrentado foi obter acesso aos locais onde os estágios eram realizados, pois, dentre essas pessoas, todos estagiavam em escritórios de advocacia. Por isto, o objetivo da pesquisa restou-se frustrado em parte, mas foi concluído nas condições em que se apresentavam favoráveis.

O presente estudo foi realizado tomando por base a metodologia qualitativa da pesquisa, cujo objetivo é perceber o mundo em sua dimensão externa – e não em espaços fechados -, para compreender e descrever os eventos que estão sendo observados (ANGROSINO, 2009).

Neste ponto do trabalho, optou-se pela utilização da observação participante e, a partir desta, foi realizada entrevista semiestruturada com três pessoas selecionadas dentre esses douts personagens.

A observação é “[...] o ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas no cenário de campo através dos cinco sentidos do pesquisador” (ANGROSINO, 2009, p. 56). Pode-se utilizar a técnica da observação porque esta possibilita a compreensão de fenômenos a partir do instante em que eles acontecem, sem a ingerência das pessoas ou de outros fatores. A observação também cria condições para que o pesquisador passe a conhecer o ambiente e, a partir das dinâmicas de interação entre as pessoas, formule pergunta e selecione os entrevistados (FERREIRA, TORRECILHA e MACHADO, 2012).

O tipo de observação classificada como “participante” é mais utilizada pelos pesquisadores no que diz respeito à obtenção de dados sobre às particularidades dos indivíduos participantes, que dificilmente seriam percebidas através de outras ferramentas (Ibid., 2012). Na observação participante, o etnógrafo é familiar ao pesquisado, chegando até mesmo a participar das atividades realizadas. Esta é uma forma de pesquisar que insere quem pesquisa no seu próprio objeto. Neste caso, os indivíduos que fazem parte daquela sociedade que se pretende pesquisar concordam e aprovam a participação do pesquisador na sua comunidade, inclusive lhe dando roupagem mais de um colega, um conhecido. É preciso destacar que a observação participante, no entanto, não é propriamente um método de pesquisa, mas sim uma forma que o pesquisador se apropria para viabilizar a coleta dos dados - que é feita por técnicas adequadas e próprias (ANGROSINO, 2009).

Assim, quem pesquisa pode passar por todas as experiências que pretende investigar para compreender melhor as ocorrências, atuando sempre conforme sua perspectiva do que está sendo observado. Além disso, o pesquisador também coopera nesses acontecimentos observados e tenta compreender esses fenômenos, significados pelas pessoas na interação entre si e entre o ambiente. Pelo método da observação participante, então, quem pesquisa precisa ser também parte destas relações para que seja possível a compreensão dos vínculos dos indivíduos, seus efeitos, seus significados, sua simbologia, sua linguagem etc. Ademais, a partir da observação participante, é possível perceber o *habitus*, que institui a origem segundo a qual as regras de comportamento e os demais fundamentos da sociedade são apropriadas – e internalizadas – pelas pessoas (PROENÇA, 2007).

A participação do pesquisador na observação pode se dar de maneira mais ou menos intensa, pois há uma progressão no grau de interação: o pesquisador pode se reservar apenas à observação, mas também pode inclusive atuar em seu campo de pesquisa. A opção do presente trabalho foi por um grau médio de participação, tendo em vista que a própria pesquisadora se considera uma outsider – dado o contexto já trabalhado no capítulo anterior – e porque, durante o período de observação, foram surgindo diversos questionamentos que precisavam ser debatidos com as pessoas no momento oportuno. Em relação ao meio, optou-se pela observação semiestruturada, porque, nesta, quem pesquisa pensa, inicialmente, em algumas esferas para observação, mas estas esferas podem se mostrar insuficientes ou podem se relevar novas esferas a partir desta observação (FERREIRA, TORRECILHA e MACHADO, 2012).

Este método, no entanto, oferece algumas desvantagens. A primeira corresponde àqueles ambientes e indivíduos que oferecem resistência à pesquisa ou ao próprio pesquisador. Além disto, a pesquisa pode ser influenciada na medida em que o observador participante, previamente e irracionalmente, já tem tomado por base quais são os dados relevantes para serem observados e anotados, o que poderia oferecer parcialidade (PROENÇA, 2007). Isto foi sentido ao longo das observações e da seleção de quem seria entrevistado, primeiramente em relação à obtenção de informações a respeito do Espaço das Artes e das pessoas que lá estão, sentiu-se certo receio em falar da estigma do espaço – que já é largamente conhecida pelos estudantes em razão de uma discussão política dada em uma rede social - em relação aos demais alunos da faculdade; em segundo plano, por que os indivíduos, por vezes, tinham receio de responder a algumas perguntas do instrumento de pesquisa devido a sua condição de estagiário.

A pesquisa etnográfica é válida, neste caso, porque “[...] é utilizada para identificar os participantes em um cenário social” (ANGROSINO, 2009, p. 40). Para entender a dinâmica do Espaço das Artes, é necessário entender como se firmam as relações entre os indivíduos que ocupam aquele espaço. Seria ingênuo acreditar, no entanto, que haveria total homogeneidade entre esses indivíduos e que as relações entre eles seriam pouco conflituosas ou apenas amistosas, considerando o ponto de unicidade que os mantem conviventes no mesmo local. A observação (participante) e a documentação desta em um diário de campo permitiu a identificação de diversos grupos de indivíduos frequentadores da Árvore, cada qual com sua dinâmica própria e que se inter-relaciona com os demais ocupantes do espaço. Foi possível, desta forma, individualizar as pessoas neste contexto.

Sobre este contexto da pesquisa, inclusive, a etnografia se torna viável também porque pode ser feita em qualquer lugar onde indivíduos se relacionem em ambientes que, por si só, são espaços coletivos (ANGROSINO, 2009).

A partir da observação, passou-se à fase das entrevistas, que, segundo Angrosino (2009), corresponde a orientar uma conversa a fim de se obter dados consideráveis para a pesquisa e é possível considerá-la como a prorrogação da observação.

A técnica da entrevista semiestruturada, por sua vez, se vale de questionamentos pré-estabelecidos que dizem respeito a determinada área e este tipo de entrevista se conduz a partir de questões previamente selecionadas e apresentadas de forma a se conseguir respostas específicas sobre aquele determinado objeto (ANGROSINO, 2009). Esta técnica tem vez nesta pesquisa qualitativa porque quem está sendo entrevistado pode relatar suas vivências e aprendizados, sempre relacionado às questões inicialmente elaboradas e propostas pelo entrevistador e também torna possível respostas abertas e francas do entrevistado, o que valoriza a posição do pesquisador (LIMA, ALMEIRA e LIMA, 1999). Esta entrevista semiestruturada se deu através de um instrumento de pesquisa sob a forma de um questionário. Neste questionário, foram formuladas cerca de dez perguntas para que os entrevistados respondessem, de forma que suas respostas pudessem ser dadas livremente, sempre mantendo uma sequência lógica entre o questionamento anterior e o seguinte. Assim, a entrevista pôde seguir uma estrutura de perguntas e respostas, ainda que se tenha optado pela modalidade semiestruturada neste tópico da pesquisa, porque acontece a partir de um registro escrito formal e este documento se mostra indispensável para elaborar um enredo com base nos questionamentos feitos e esses questionamentos tem o poder de relevar o problema da pesquisa e as hipóteses pensadas a partir de suas respostas (ALAMI, 2010).

Para viabilizar o procedimento das entrevistas, todo o processo foi gravado em um aparelho *smartphone* modelo iPhone, de minha propriedade, apenas para garantir que o registro de todos os detalhes e das respostas fielmente dadas pelos entrevistados não fossem perdidos no decorrer do trabalho.

As entrevistas realizadas, posteriormente, foram transcritas. Essa fase é considerada como mais um procedimento lógico posterior ao da entrevista, sendo considerada uma análise prévia dos dados, com atenção a tudo que foi perguntado e respondido, inclusive porque novas perguntas podem surgir ao longo desta fase e outras se mostraram

desnecessárias. (MANZINI, 2006?). Todas as entrevistas realizadas estão nos respectivos apêndices do presente trabalho.

É preciso ressaltar as dificuldades enfrentadas no trabalho no que diz respeito à metodologia da pesquisa empírica. O contato (pouco e recente) tido durante a graduação com metodologia da pesquisa me imprimiu a sensação de que pouca coisa estava sendo efetivamente aproveitada. Entretanto, à medida em que novas ferramentas eram descobertas e postas em prática, pude selecionar os dados necessários para a pesquisa que aqui é tratada.

3.2 OCUPANTES OCUPADOS

As pessoas entrevistadas foram selecionadas a partir de observação durante as aulas e das dinâmicas das relações travadas entre os indivíduos que frequentam a área da cantina, quase que exclusivamente no período de intervalo entre as aulas.

O objetivo era de encontrar algum estudante que se auto classificasse como “rampeiro” (denominação que advém dos próprio corpo estudantil da faculdade e é utilizado no contexto fdufbiano para designar os alunos/as que apenas assistem as aulas e não realizam atividades na universidade, notadamente aquelas relacionadas à pesquisa e extensão, associando essa prática ao ato de subir a rampa para acessar as salas de aula do primeiro e do segundo andar e, ao fim das aulas, descer a rampa para ir embora do local), que no presente trabalho são indicados pelo nome “estabelecidos”, ou que ao menos reconhecessem as deficiências de se atender a apenas um tripé daquele considerado ideal para oferecer uma educação de qualidade nas universidades (muitos preocupados com o “ensino”, poucos realizando pesquisas e participando de extensões).

Outro dado importante que influenciou na escolha dos entrevistados foi selecionar, entre os observados, aqueles que reproduziam algumas marcas do *habitus* jurídico de forma mais óbvia: a escolha das roupas que usam no dia-a-dia, órgão em que desenvolvem seus estágios, comportamento em relação às aulas e aos horários livres na faculdade e pretensões a determinadas carreiras jurídicas que historicamente são mais evidenciadas,

como juiz (sem distinção entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual), promotor, defensor ou advogado, por exemplo¹².

É preciso ressaltar que foi um processo difícil porque foi necessário desligar-me de algumas cismas pessoais em relação aos estabelecidos, posto que este método de pesquisa demanda um ajuste em relação ao ambiente e é, ainda, por meio do campo que o pesquisador adentra no cotidiano dos indivíduos que, apesar de não o esperar, o recebem durante algum tempo entre sua rotina (ALAMI, 2010). Por isso, foi necessário deixar em segundo plano alguns preconceitos meus em relação à sala de jantar e as pessoas que são (pre)ocupadas em nascer e morrer, já que este campo demandou de mim uma adequação para que fosse possível viabilizar esta etapa da pesquisa.

A partir das entrevistas realizadas, os dados foram sistematizados para que fosse possível identificar em que pontos os entrevistados selecionados convergiam entre si e quais pontos se distanciavam. A ideia foi de identificar uma unidade entre as pessoas em que se percebeu as marcas do *habitus* jurídico, sem, entretanto, deixar que a generalização retirasse dos indivíduos suas particularidades, histórias e vontades.

Assim, foram selecionadas quatro pessoas que foram entrevistadas; dentre elas, apenas uma pôde ser acompanhada durante parte do dia para observação mais acentuada. Preciso lembrar que a ideia, inicialmente, era acompanhar a rotina de um estagiário padrão ou um aluno padrão da faculdade, mas diversos fatores demonstraram a inviabilidade deste método: primeiramente, a maioria das pessoas que se pretendia entrevistar não era encontrada em diversos momentos e, quando o eram, dispunham de pouco ou nenhum tempo para responder às perguntas; quando o tempo era propício, o impedimento era de ter acesso aos ambientes de estágio (escritórios e gabinetes, principalmente), o que impediu que as observações dos espaços fossem feitas de forma a complementar as entrevistas¹³. Ainda assim, mesmo considerando a dificuldade de

¹² As quatro pessoas selecionadas para entrevista – e que aceitaram participar da pesquisa – são homens. É uma coincidência que estes estudantes sejam todos homens, ou seja, não houve, durante a pesquisa, qualquer escolha de gênero para as entrevistas.

¹³ Inicialmente, a partir da observação destes espaços e destas marcas, um indivíduo tinha sido selecionado para participar da pesquisa e, apesar de ter concordado em dar uma entrevista, o estudante dispunha sempre de pouco tempo. Em uma das últimas tentativas de conversação, estudante me pediu para que o aguardasse responder à chamada da aula que ele estava assistindo, mas não retornou. Isso, por si só, já demonstra a dificuldade em fazer com que a sala de jantar seja um pouco abandonada por causa dos instrumentos de disciplina normalizados na faculdade (neste caso, a caderneta de chamada).

adentrar nesses espaços, algumas entrevistas foram complementadas com poucas observações que puderam ser feitas.

As perguntas feitas foram pensadas em uma sequência lógica que pudesse concatenar as ideias das seguintes perguntas: 01. Qual o perfil do estudante de direito da faculdade de direito da universidade federal da Bahia? 02. Se há mais de um perfil, quais são os que puderam ser identificados através das observações e das pesquisas? 03. Qual a influência do ambiente na expressão (ou não) das marcas dos *habitus* jurídicos, e, dentre esses, quais dos indicadores selecionados que mais se vê reproduzir? 04. Existe alguma relação entre esse perfil e a vivência que o estudante tem de universidade? 05. Qual a significação que o estudante dá aos espaços da faculdade e ao Espaço das Artes?

A partir das respostas dos entrevistados, no entanto, outras perguntas surgiam e eram formuladas pela entrevistadora. Algumas diziam respeito a algum esclarecimento sobre a resposta, algumas surgiam pelo contexto que a pesquisa proporcionou. Essas respostas também serviriam para verificar (ou não) os indicadores de *habitus* presentes entre os alunos.

Para manter o sigilo em relação a identidade dos alunos, iremos aqui identificar cada entrevistado pelas iniciais de seus prenomes e sobrenomes, enquanto a referência “E” será para designar as perguntas realizadas por mim. Todas as entrevistas realizadas constam como apêndices desta monografia.

O primeiro entrevistado é um homem branco que cursa o nono semestre do curso de graduação em Direito. A entrevista se deu em frente ao Núcleo de Atendimento ao Aluno, pois o estudante estava já saindo da faculdade depois de ter assistido sua única aula do dia. Este estudante me viu perguntar a um amigo se eu poderia entrevistá-lo e se ofereceu para participar de minha pesquisa. Primeiramente, em razão do tempo, o estudante avisou que talvez não pudesse ser entrevistado naquele momento porque se aproximava o horário em que ele deveria ir embora, mas se mostrou extremamente receptivo, inclusive me passando seu contato telefônico para que pudéssemos agendar outro dia e horário mais propício para a realização da entrevista. Entretanto, como a entrevista de seu colega se deu de maneira bastante rápida – dado que é importante ser ressaltado neste momento – o próprio aluno veio até mim novamente dizendo que haveria tempo o suficiente para que ele pudesse ser entrevistado. Porque estávamos no mesmo espaço da entrevista anterior, esta também se deu às portas de vidro do Núcleo de

Atendimento ao Aluno, ou, melhor dizendo, do Salvador Shopping. O inteiro teor desta entrevista consta do Apêndice A desta monografia.

O estudante ressaltou sempre a sua falta de tempo para cumprir as demandas, inclusive utilizando-se desta justificativa para explicar sua ausência em eventos da faculdade e a não frequência no Espaço das Artes. Como o espaço é um local relativamente novo (inaugurado em abril de 2015), o estudante disse ainda que neste momento de sua graduação lhe resta pouco tempo para aproveitar a universidade.

A média de horas que este estudante passa na faculdade se restringe aos horários em que ele tem aula – e, ainda assim, quando ele se faz presente nestas aulas -, em dias determinados da semana. Aqui, se percebe uma preferência geral entre os alunos da FDUFBA, que é aquela de montar sua grade excluindo as sextas-feiras e os sábados de seus dias letivos; a maioria dos alunos elabora seus horários ignorando as aulas e os horários desses dois dias da semana. Ninguém quer ficar por mais tempo que o necessário na Faculdade de Direito.

Sobre o Espaço das Artes, apesar de não frequentar por falta de tempo, o aluno disse que considera uma conquista importante – ou seja, há o reconhecimento de que a Faculdade de Direito da UFBA precisava de um local desses. Entretanto, em que pese não conhecer de fato os ocupantes deste espaço, o local e nem participar os eventos que lá são realizados, o estudante tem a impressão de que são pessoas desleixadas com seus próprios compromissos. Talvez seja uma ideia firmada nas mentes dos estabelecidos, esta noção de que os outsiders, ou seja, quem está no outro cômodo da casa que não na sala de jantar não efetivamente participa daquilo que é próprio da faculdade (aulas). Em relação à significação do Espaço das Artes, o estudante tem a ideia firmada de que as pessoas que ocupam aquele espaço não frequentam os espaços das salas de aula. Essa ideia permanece a partir de outros comportamentos que serão analisados a partir da análise das próximas entrevistas. O estudante em questão tem o pensamento de que as pessoas que ali dedicam tempo apenas ao espaço, desconsiderando que outras demandas podem ser relevantes para os sujeitos da Árvore (cumpridas a seu próprio tempo e de sua própria maneira), mormente porque ele mesmo não frequenta o local e, por isso, não possa ter consciência da rotina dessas pessoas. Como contou o entrevistado,

Acho que é mais falta de tempo... Porque meu espa/ meu tempo é muito curto em geral... E na faculdade também... Então eu tenho

que aproveitar o máximo ele e aí acaba que eu não fico tipo horários vagos na faculdade sem fazer nada: ou eu tô em aula ou eu tô indo embora, nesse momento da minha vida. [...] Antes/ quando eu era mais novo e passava mais tempo na faculdade, “de bobeira”, não existia ainda o Espaço das Artes. [...] O Espaço das Artes em si eu achei uma grande conquista da faculdade, ok? E as pessoas que frequentam o Espaço das Artes, às vezes eu vejo muito as pessoas em horário de aula [...] no Espaço das Artes, então a impressão que me passa é que são pessoas que não frequentam tanto as aulas (G.L., 2017, p. 114).

Há uma excessiva preocupação em relação as aulas e ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio. Ainda assim, alguns se aventuram pelos projetos de extensão e de pesquisa. O primeiro entrevistado, por exemplo, teve algum contato com pesquisa através do grupo “A Construção Constitucional do Conceito de Família”, sob orientação do professor Gabriel Marques, mas deixa evidente que foi pouco e não tão aplicado quando deveria e gostaria. Também participou do Serviço de Apoio Jurídico – SAJU (extensão que, tradicionalmente, agrega mais os alunos que tem objetivos profissionais específicos, como carreiras na defensoria pública ou advocacia para os hipossuficientes) e integra o atual corpo do Núcleo de Competições Internacionais – NCI (de todos, o mais recente em criação), projeto com atuação bem diversa daquela proposta pelo SAJU porque o NCI se dedica a competições com simulações de julgamento nas cortes internacionais. Isso demonstra a preocupação do estudante em estar atento às oportunidades de extensão que a faculdade oferece, ainda que sejam bem diferentes. Também, por já ter realizado monitoria, cumpre duas partes do tripé do “ensino, pesquisa e extensão” ofertado pela faculdade – aqui, não considerarei a pesquisa pelo simples motivo de o próprio estudante ter reconhecido que a sua dedicação não se deu de forma satisfatória.

Minha oportunidade de pesquisa foi bem curta e não tão dedicada, que foi o grupo de pesquisa de família. Hoje em dia eu participo do NCI, já há mais de um ano. Já participei do SAJU [...]. Já/ fui monitor de direito penal I com a professora Juliana Damasceno [por] um semestre. Realizo [estágio jurídico] sim [...] (G.L., 2017, p. 115).

O estudante realizou estágio profissional na Advocacia Geral da União, migrando para o Ministério Público do Estado da Bahia e, atualmente, dedica suas atividades a um renomado escritório de advocacia, reconhecido nacionalmente, do qual é dono um professor da casa. A noção da necessidade do uso da roupa social, mesmo que o escritório possua uma política interna em relação a isso, partiu do próprio estudante na condição de estagiário, também porque ele acredita que não terá valor atribuído a seu comportamento se suas vestes não estiverem devidamente condizentes com o que se espera do profissional do direito. Sobre o uso das roupas sociais, percebe-se que há o *habitus* (também discutido por outros entrevistados) de construir uma imagem séria, porque, no imaginário social, dos profissionais do direito e também dos pretensos operadores do direito, o uso da roupa social traz consigo a marca do profissionalismo e do formalismo, que tanto são exigidos no campo. O desapego por este tipo de roupa continua a ser interpretado como falta de profissionalismo ou algum nível de desleixo, o que, de alguma forma, é entendido pelas pessoas como algo negativo. Esta ideia relaciona-se ao entendimento (equivocado) de que o uso de vestimentas próprias da área influencia diretamente o indivíduo em sua capacidade e competência para realizar qualquer atividade jurídica. Conforme o próprio entrevistado conta,

A gente não é obrigado a usar terno e gravata, em geral. A política do escritório quanto à roupa é mais tranquila, a regra do escritório é essa aqui que eu “tô” usando (que é camisa social calça social e sapato social”, mas sem exigência de terno e gravata... Esporadicamente, as pessoas vão de calça jeans [...]. Os advogados, [...] muitos vão de gola polo, os estagiários que se reservam mais a ir [de roupa social]. [...] Eu acho que seria mal visto eu começar a ir de gola polo. E quando tem alguma coisa específica no escritório, por exemplo a visita de algum cliente importante, algum tipo de evento, eles pedem especificamente para a gente colocar uma roupa mais formal, que seria, para os homens, o terno e a gravata... (G.L., 2017, p. 115).

No estágio, o estudante deixa claro que ninguém o chama de “doutor” e ele mesmo considera uma formalidade desnecessária. Além disto, ele evidencia a problemática de que o pronome pode trazer, no sentido de hierarquizar postos de poder e afastar as pessoas de sua relação profissional, o que pode prejudicar o próprio trabalho ali realizado, pois “[...] acho que deixa o ambiente de trabalho mais formal, de um modo não produtivo [...]” (G.L., 2017, p. 116).

Apesar deste estudante atualmente desenvolver estágio em escritório de advocacia, tendo passado pela experiência das promotorias de justiça junto ao MPE e na AGU, seu foco é concurso público para a magistratura estadual. Logo, eu enxergo aqui uma relação de idealização com a carreira, já que o estudante jamais teve contato direto com a atuação do juiz (nunca tendo realizado estágio em gabinetes junto ao Tribunal de Justiça, por exemplo) ou, como a maioria da sociedade, sonha com a estabilidade e a tranquilidade da aprovação em um concurso público.

O estudante sempre ressalta que seu tempo livre, ou seja, sem atribuições da faculdade ou do estágio, é muito pouco. Ainda assim, quando há algum tempo em sua agenda, as escolhas são pelas saídas com os amigos em locais que não a universidade ou pela própria casa. Em nenhum momento o tempo livre é ocupado com atividades da própria faculdade, inclusive ressaltando o colega que sua participação nos eventos promovidos pela FDUFBA fica prejudicada justamente pelo pouco tempo que tem disponível, mesmo reconhecendo que o conteúdo da sala de aula, apesar de importante, é básico e o mínimo ofertado. A situação do pouco prestígio que os próprios alunos da faculdade dão aos eventos lá realizados também lhe entristece; há aqui uma vontade de ser mais participativo – mas não há uma ação nesse sentido. Não é possível, no entanto, julgar o aluno a respeito deste fato, porque cada qual cumpre suas demandas e elenca suas prioridades da forma que melhor lhe convém.

Sobre a própria Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, o aluno sabe que a maioria das pessoas não se sente pertencente àquele lugar tanto quanto ele – mas não dá explicações do por que tem essa ideia. O contexto sob o qual o entrevistado está inserido lhe permite a reprodução de um *habitus* e este *habitus* o faz sentir pertencido pelo espaço em que ele está inserido.

[...] Eu gosto muito daqui [da FDUFBA], eu tenho um sentimento de pertencimento muito grande, apesar de que eu acho que esse não é um sentimento geral das pessoas. A impressão que me passa é que a “galera” não tem essa proximidade com a faculdade, mas a minha relação com a faculdade é essa (G.L., 2017, p. 117).

O segundo entrevistado também é um homem branco que cursa o nono semestre da graduação em Direito pela FDUFBA. Esta pessoa resolveu me conceder a entrevista após uma aula, após eu ter insistido por diversas vezes que seria um procedimento rápido, de

cerca de dez minutos. Assim, o aluno pediu para que eu esperasse por ele em frente ao Salvador Shopping, digo, em frente ao Núcleo de Atendimento ao Estudante, talvez porque o estudante tinha pressa de ir embora e ali estávamos posicionados mais próximos das saídas. Essa entrevista foi a mais rápida que realizei durante todo o processo da pesquisa e atribuo a isso dois fatores: primeiro, a pressa do estudante em ir embora para conseguir ter tempo de cumprir as demais obrigações que ainda tinha no restante do dia e segundo, às perguntas feitas, as respostas foram sempre taxativas e pouco desenvolvidas – como se minhas perguntas apenas estivessem impedindo sua rotina de seguir seu curso. Esta entrevista está no Apêndice B deste trabalho.

O estudante afirmou categoricamente não frequentar o Espaço das Artes e também não fazer qualquer significação a respeito das pessoas que frequentam esse espaço, segundo ele pela própria impertinência que seria significar algo que você não conhece. Os locais da faculdade frequentados por este aluno se resumem à cantina, sala de aula e biblioteca. Também é pouco o seu tempo dentro da faculdade, já que se limita aos períodos de aula, sempre pela manhã e, nesse semestre, apenas em alguns dias da semana. Como disse, “eu não costumo frequentar não aí eu nem faço juízo de valores” (I.A., 2017, p. 119).

O aluno também já havia desenvolvido pesquisa na faculdade; isto se deu através do grupo de pesquisa “Direitos Humanos e Direito Financeiro”, ministrado pelo professor Harrison Leite, e culminou na escrita de um artigo. O aluno também participou do projeto de extensão ADV Jr (Advocacia Júnior) e atualmente exerce atividade de monitoria. Este aluno poderia se enquadrar na concepção de rampeiro, se considerada a tradicional noção tida pelos próprios estudantes da FDUFBA, se não fosse pela sua vivência de pesquisa, extensão e monitoria na faculdade. Isto me forçou a perceber que existem diversos tipos de estudantes rampeiros: não apenas aqueles que só sobem as rampas e vão às aulas, mas também aqueles que as hipervalorizam, exercendo, se não todas, ao menos as atividades que a universidade propõe e que lhes interessam de alguma forma. Deveria, então, ser reconhecido que entre os estabelecidos existem diversos tipos de rampeiros (ou até mesmo não existe a categoria dos únicos e exclusivamente rampeiros, dadas as definições abordadas neste trabalho). Disse que “[...] eu já fiz um artigo por conta própria e já participei de um grupo de pesquisa. Participei da ADV Jr., mas já saí e eu faço monitoria, não sei se enquadra como extensão... [...] Sempre estagiei em estágio de advocacia [...]” (I.A., 2017, p. 119).

A respeito do Espaço das Artes, o estudante não só não frequenta como não reconhece as pessoas que habitualmente estão neste local, então apenas não valora qualquer comportamento ou conduta dos demais sujeitos. Além de não haver qualquer receio em afirmar que não frequenta o espaço – porque, para a maioria deles, não há tempo ou qualquer necessidade para tanto –, o entrevistado pouco ocupa os demais locais da faculdade, estando restrito a ações muito pontuais (comer na cantina, pegar livros na biblioteca, mas não a utilizar para estudar).

O aluno também realiza estágio jurídico em um renomado escritório de advocacia – e sempre estagiou nesses locais, não tendo oportunidades de atuar em outros campos. Talvez por isso, sua pretensão de carreira jurídica é advogar.

No escritório em que esta pessoa estagia, não há obrigação do uso do terno e gravata, mas a roupa social é imposição do local. O aluno também não fez seu juízo de valor a respeito do uso ou não da roupa social e de toda problemática que envolve a questão, limitando-se a informar o necessário: o escritório exige determinadas roupas, mas não exige o uso de terno e gravata. Também neste escritório, o estudante revelou que é chamado entre as pessoas pelo seu apelido e nem é obrigado a tratar os chefes por “doutor”. Quando perguntado se acha necessário o uso deste pronome, o estudante ressaltou que a ausência de um tratamento específico não retira o respeito da situação. O uso do pronome “doutor”, para o entrevistado, é formalidade desnecessária, porque o respeito permanece, ainda que o “doutor” seja ocultado. Também, nenhum dos seus chefes lhe chama de “doutor” e não houve comentários acerca de clientes ou demais pessoas usando a mesma referência para ele enquanto estagiário; no escritório, o indivíduo é tratado inclusive pela informalidade do apelido – e isto não parece, pela sua fala, inviabilizar qualquer trabalho ou relação entre as pessoas. Segundo o entrevistado, “[...] não acho necessário, não, porque o respeito continua” (I.A., 2017, p. 120).

A rotina deste estudante também é bastante apertada, o que faz com que lhe reste pouco tempo de lazer e, neste tempo, sua preferência é por sair com a namorada, ir à bares e à praia. Também aqui não há nenhum tempo de lazer dedicado com a faculdade. À sua ausência na maioria dos eventos realizados na faculdade, por exemplo, o aluno justificou explicando que eles se dão nos horários de aula e sua preferência pela aula é óbvia. Ainda assim, se os eventos se dessem fora dos horários de aula, é duvidoso pensar que o estudante faria presença pelo simples fato de que suas atribuições com outros campos da vida também merecem atenção e o único horário em que ele está presente na faculdade é

justamente o horário da aula. A impressão é de que os estudantes pensam que, dentro da faculdade, não é possível ter lazer, porque seriam ideias excludentes entre si, ou que todas as coisas que são feitas no espaço da faculdade ou em nome da faculdade são trabalho ou estudo, jamais diversão.

A respeito da faculdade de direito, o aluno destacou que, apesar das falhas estruturais, considera uma boa faculdade com bons professores em seu quadro. Não houve qualquer manifestação a respeito de si mesmo e da sua relação com a faculdade, apenas apontamentos breves sobre as estruturas do ambiente.

A roupa social continua sendo padrão na maioria dos estágios jurídicos em que os entrevistados realizam suas atividades, mas há sempre a ressalva de que o terno e a gravata não são obrigatórios. O combo “calça, camisa e sapato social” parece ser um degrau abaixo no nível de formalidade dos lugares: há um respeito pela aparência que se apresenta perante à sociedade e aos clientes que contratam os serviços de determinado escritório, mas o terno e a gravata figuram como uma formalidade já excessiva e contraproducente.

Até então, havia em mim uma crença absoluta de que os “rampeiros” (estabelecidos) eram pessoas preocupadas exclusivamente em assistir suas aulas, decorar os manuais indicados pelos professores ou seus próprios cadernos digitados e reproduzi-los em suas provas, receber notas altas e manter seu score numa faixa não muito habitada. A partir das entrevistas, no entanto, os dados que apareceram me forçaram a desconstruir expectativas antes tidas como senso comum estereotipado das quais sequer eu mesma, enquanto pesquisadora, imaginei que fosse me questionar e me desprender. O escopo original do trabalho, no meu recorte de pesquisa, usava o Espaço das Artes como contraste para um *habitus* até agora entendido como padrão e homogêneo, mas a própria imagem do “rampeiro” anteriormente tratada se relevou um reducionismo simplista, tanto quanto o senso comum acredita que a *Árvore* se resume à “vadiagem” dentro da faculdade e o desprezo pelas formalidades do direito. Em verdade, são suas faces da mesma moeda enquanto formas de lidar com a experiência da faculdade. O nó divisor de águas é o eixo da aula, o denominador comum pelo qual todos precisam passar, ou seja, cumprir o mesmo currículo enquanto estudantes da unidade: o *habitus* de rampeiro se mostra tão somente como outra forma de lidar e vivenciar a faculdade; enquanto outras pessoas tem a compulsoriedade da chamada e se refugiam em outros espaços, os rampeiros tem em comum o mínimo existencial no elemento da presença na aula, no ato de assistir à aula,

sem se delongar com aquilo que para eles são elementos secundários da experiência acadêmica, cuja primazia é justamente o currículo e seu conteúdo. A própria simbologia da rampa como um caminho reto de um ponto a outro, uma esteira fordista, precisa ser revista, pois a variedade de pessoas que caminham por aquela rampa realizam as atividades que lhe interessam, sempre considerando a aula como a principal obrigação estudantil e o no próprio entendimento no que se constitui como tronco da faculdade; qualquer coisa que orbite nesse campo gravitacional será feita de acordo com o que lhes interessem e desde que não retire do foco ou nem desvirtue a atividade primordial, que é a de estar presente em sala de aula. Este é o sentido de ser estudante. Essa rampa é um trilho e os estudantes escolhem em quais estações de ensino, pesquisa e extensão parar; assim, cada qual traça o seu caminho, a partir das próprias noções de individualidade e o que lhe leva a construir aquela faculdade, mesmo que algumas reproduções de *habitus* nunca as abandonem completamente, persistindo em sua forma de caminhar.

Para as pessoas mencionadas no parágrafo anterior, a vivência de faculdade perpassa muito mais pela ideia de patamar profissionalizante (ou um protótipo de profissionalização) em lugar do que se espera de uma vivência acadêmica universitária. Paralelo a esse quadro, pude perceber que existem pessoas que se sujeitam a uma espécie de adaptação no que concerne à reprodução de alguns traços do *habitus* jurídico, muito associado à noção de profissionalização estudantil, mesmo não refletindo suas posturas pessoais, ou seja, esse *habitus* é circunstancial, é reproduzido quase que utilitariamente em nome de um objetivo funcional (enquanto estagiário, enquanto exigência de um escritório) ou em qualquer situação na qual ele precise exprimir conformidades com esse arcabouço de valores externos que não correspondem à sua pessoa, mas assim é esperado da posição do profissional do direito.

3.3 OS OUTROS CÔMODOS

O estudante sobre o qual contarei agora está quinto semestre e também é um homem branco.

Entre as pessoas que entrevistei, o único que pude acompanhar a rotina de trabalho foi esse sujeito, por dois motivos: havia um reconhecimento prévio entre nós, que firmou uma relação de confiança para que eu estivesse presente durante parte do seu dia,

observando e perguntando a respeito do seu cotidiano, e porque, nesta ocasião, o mesmo local me chamou para realizar uma entrevista de estágio. Por isso, tive acesso à parte interna do escritório durante alguns momentos, todos relacionados a entrevista de estágio a qual eu estava fazendo parte. Sobre a presente pesquisa, foi inviabilizada pela restrição no acesso aos locais que precisavam ser observados. O total conteúdo da entrevista está localizado no Apêndice C da presente monografia.

O estudante relatou frequentar o Espaço das Artes porque, para ele, é um espaço em que as pressões da faculdade se dissipam, mesmo que momentaneamente, valendo-se de conversas com outros colegas, jogos de dominó e até mesmo fumando – hábito recorrente na maioria das pessoas que ocupam este espaço. O Espaço das Artes é considerado como um lugar de alívio. Disse, ainda, que tentar ir ao espaço pelo menos uma vez por dia e entende que o local serve como uma extensão da própria Universidade Federal da Bahia, traçando o paralelo entre a suposta homogeneidade que há entre os estudantes do curso na faculdade de direito e a pluralidade de pessoas que pode ser encontrada em toda a universidade. É

“[...] um lugar na faculdade em que eu me sinto... Eu não sei, eu não sinto tanta pressão aqui. É como se fosse um alívio para todo o estresse que a faculdade coloca nos seus ombros [...] Simplesmente fico aqui conversando, fumando cigarro e jogo dominó, enfim... É um momento de descontração no meio do dia. [...] Eu encontro uma forma de estar aqui pelo menos uma vez por dia, todos os dias que eu posso que eu tô na faculdade [...] Acho que o primeiro lugar que eu venho da faculdade é aqui... [...] Eu acredito que é como se fosse uma... extensão da Universidade Federal da Bahia não da Faculdade de Direito porque as pessoas aqui [...] não são, digamos assim, homogêneas como no curso de direito [...]. Eu acredito que aqui você tem muito um padrão de pessoa e a Árvore foge desse padrão, ela [a Árvore] se distancia desse padrão que a própria pressão do curso coloca na gente.” (M.S., 2017, p. 121/122).

O estudante disse que chega a estar na faculdade até seis horas por dia; isso tem relação com a sua grade de horários do semestre. Também já realizou pesquisa por causa de um projeto de extensão (já tendo participado do SAJU e do NCI) e para publicação de artigos de forma independente, junto a outros colegas do curso. Sobre as atividades de monitoria, o estudante revelou que pretende seguir carreira acadêmica, mas que ainda não

teve oportunidade de se dedicar a este âmbito da universidade por razões de ordem pessoal.

O entrevistado já estagiou pela Defensoria Pública e atualmente desenvolve atividades junto a um escritório de um professor da faculdade, sendo que sua pretensão é, em princípio, advogar, e posteriormente fazer concurso para a diplomacia, que é o sonho de sua vida. As formalidades do escritório foram vistas sob a forma do uso do terno e da gravata – que lá são obrigatórios -, mas não há exigência em tratar os chefes por “doutor”; ainda assim, esse estudante entende que, mesmo sendo desnecessário, há a ideia de respeito que faz com que os advogados sejam assim chamados.

A questão do tempo livre foi também discutida por essa pessoa, que revelou não dispor de muito tempo para além da faculdade e, quando o tem, preocupa-se com os estudos ou encontrar alguma forma de relaxar. Esta falta de tempo também lhe impede de participar dos eventos da faculdade e dos próprios eventos promovidos no Espaço das Artes, sendo que o estudante vai aos acontecimentos sempre que o tempo lhe permite.

O sentimento em relação ao curso é positivo, mas o aluno identifica problemas no que diz respeito à estruturação da faculdade que acabam influenciando o envolvimento e o afeto das pessoas para com aquele curso e, sobretudo, com aquele lugar.

O estudante foi acompanhado na tarde de uma segunda-feira. Ele estagia em um escritório localizado próximo ao Salvador Shopping (o shopping mesmo); inclusive, porque o local não possui vaga de estacionamento para estagiários, quando as vagas de visitante estão indisponíveis, ele estaciona seu veículo dentro do shopping. O escritório está em um andar de um empreendimento localizado naquela área da cidade; a recepção do empreendimento contava com algumas catracas com um segurança em pé atrás dela e um rapaz na recepção – onde as pessoas necessariamente precisam se identificar, dando o documento de identidade e registrando a imagem do rosto numa câmera, e só depois é dado um cartão de acesso que libera a catraca.

O estagiário comprou uma “quentinha” em um dos vários veículos que ficam em frente ao local, do qual ele já é cliente. Segundo ele me disse que lá “saía mais em conta” o almoço e que ele podia fazer sua refeição na copa do escritório.

O aluno precisa ir ao estágio trajando terno e gravata, pois é uma exigência do escritório em que ele desenvolve suas atividades, e comentou que foi chamado atenção quando ele usou calça jeans para ir uma vez.

Subimos de elevador até o décimo segundo andar, onde fica o escritório. A recepção é uma sala pequena e bem arrumada, com uma porta no final que dá acesso ao restante do escritório. Fiquei nesta recepção durante todo o tempo esperando a advogada que iria me entrevistar para a possível vaga de estágio na área cível e consumerista do escritório. A advogada se atrasou um pouco, mas explicou a demora, sendo extremamente solícita e cordial e, apesar de não me contratar como estagiária por causa da proximidade de minha formatura, disse que manteria meu currículo para me contatar quando surgisse uma vaga para bacharel ou advogado. O tempo da entrevista foi de cerca de vinte minutos e, ao fim, retornei à recepção, onde eu podia ficar aguardando. Os advogados não me deram acesso aos espaços do escritório por mais tempo do que foi necessário para realizar a entrevista, então eu não pude ficar observando durante o tempo que eu planejava.

O estudante iniciou seu expediente às 13:00 horas, pontualmente. Poucos minutos depois, ele disse que iria fazer diligência na Justiça Federal, oportunidade em que eu poderia acompanhá-lo, porque ele iria com seu próprio carro. A pessoa disse que as despesas com estacionamento e gasolina são ressarcidas pelo escritório ao final do mês, desde que ele comprove através de notas fiscais todos os gastos. A caminho da Justiça Federal, que fica no bairro de Sussuarana, e ele foi me relatando algumas coisas que questionei a respeito do dia a dia no escritório. Ele disse que gostava do trabalho e do ritmo em que ele precisava fazer as coisas e que ele próprio havia se oferecido para realizar aquela diligência como um favor para uma das advogadas do escritório, para que as pessoas não dissessem depois que ele “não faz nada”. O indivíduo também comentou que gosta do ofício de advogado, mas que uma de suas verdadeiras paixões é a docência e que ele pretende realizar mestrado na Fundação Getúlio Vargas e lecionar direito internacional.

O aluno é chamado pelo nome pelas pessoas do escritório; lá, ninguém o chama de “doutor”, mas ele disse que comumente, quando ele atende o público ou realiza alguma diligência externa ou em audiências, as pessoas costumam chamá-lo assim – e ele não corrige. O entrevistado diz que

[...]Acredito que é muito mais [...] uma questão de respeito e construção histórica do que [...] uma necessidade em si. Eu acredito que se você chama como uma forma de respeito, você não tem problema nenhum com isso, é uma forma comum que as pessoas se referem, mas eu não acredito que você tenha que exigir

ser chamado de doutor, eu acredito que isso beira o absurdo (M. S., 2017, p. 123).

Retornamos ao escritório cerca de uma hora depois, por causa de uma confusão a respeito de onde era o local correto em que a petição deveria ser protocolada, se seria na Justiça Federal ou nas Turmas Recursais do Juizado Especial Federal. O entrevistado voltou ao seu expediente, que diariamente é de seis horas, e nos despedimos.

O que percebi dos breves momentos em que tive acesso a parte interna do escritório foi um clima de descontração; as pessoas conversaram entre si e riam. Apesar de me manter restrita à sala de reuniões, ao sair do local notei que existe uma sala específica e separada para os estagiários, um longo corredor com diversas portas – creio que cada porta seja a entrada de uma sala de cada advogado que faz parte dos quadros do escritório, eis que o estudante relatou serem muitos profissionais.

Como na oportunidade também realizei uma entrevista para vaga de estágio, me rendi ao *habitus* de usar uma determinada roupa (calça e blusa social) e usei alguma maquiagem – e em todo o tempo eu tive plena consciência das marcas desse *habitus* que eu mesma estava expressando em meu corpo naquela ocasião. Notei que me rendi ao *habitus* por causa da entrevista que eu iria realizar e do que era esperado de mim enquanto estudante (e provável e futura) operadora do Direito.

Aqui, foi a primeira vez que encontrei um aluno que disse frequentar o Espaço das Artes e ele associou esse ato a uma forma de manter a sanidade, que por vezes pode ser perdida ou deixa em segundo plano por conta de tantas demandas do curso e da rotina profissional que se exige de um simples estagiário. O estudante estava com marcas deste *habitus* de forma óbvia (usando terno e gravata; reconhecendo que não corrige as pessoas ao ser chamado de “doutor”, ainda que pense ser desnecessário; estagiando em espaços de poder muito evidentes – já que se trata de um escritório de um professor da própria faculdade...), mas, ainda assim, não há o seguimento de uma lógica entre os dois entrevistados anteriores: este aluno poderia se passar por um rampeiro (estabelecido), não fosse pela sua opção em se utilizar de um espaço dentro da própria faculdade para respirar suas preocupações e aflições em relação ao curso.

Eu gosto muito da faculdade, do curso [...], mas eu acredito que a forma com que ele tá estruturado e a forma com o que você é

forçado a levar o curso durante a graduação é uma forma que te prende muito e te pressiona muito tanto pela postura de alguns professores como pela forma como você tem que estruturar sua grade, pela forma como [...] você tem que pegar as matérias certo. [...] Agora, com as resoluções e tudo, essa questão de critério de semestralização [...], você prejudica muitos alunos com isso. E tudo gera uma pressão, que eu acho que de certa forma é até desnecessária. Você não tem liberdade para construir um curso [...] da forma com que você quer trabalhar. da forma com que fica melhor para você estudar, sabe? (M.S., 2017, p. 124).

O personagem que irei apresentar agora cursa o quarto semestre na FDUFBA; é um homem negro que usa seu cabelo afro, piercing no septo e brinco nas orelhas. Esta entrevista está no Apêndice D da presente monografia.

Por uma visão superficial, eu já poderia dizer que nada há de marcas de *habitus* nesta pessoa – veja, estou falando de um homem que usa brincos e piercing em um local não escondido do corpo. Esta é a manifestação de outro *habitus* próprio de outra construção social, é a conjugação de uma estética, tanto alternativa quanto étnica, a qual, historicamente, o universo do direito e desse tipo de valoração social formal oprimiu ou nunca recebeu bem. Entretanto, ainda que hajam essas manifestações – que são individuais e diversas daquilo que se presume ser próprio de um profissional do direito, uma imagem endireitada -, ele transparecia externamente estar de acordo com os pressupostos e condições de formalidade, usando roupa social em razão de seu estágio.

O entrevistado também frequenta o Espaço das Artes em momentos específicos, sendo um deles quando o discurso dos professores não lhe convém de alguma forma. Isto evidencia a postura da maioria dos professores da faculdade e como isto repercute diretamente na vontade que o aluno tem de se fazer presente nesses espaços, ou melhor dizendo, no seu sentimento de pertencimento àquele lugar. A ida ao Espaço das Artes para “respirar” é sintomática: há uma associação porque se trata de um espaço aberto, imerso na natureza resistente da FDUFBA, que proporciona alguma sensação de liberdade; a ida se dá para encontrar pessoas neste espaço, conversar, desligar a mente dos absurdos que foram ouvidos. Mesmo sendo essa a única atividade que o aluno desenvolve lá, ele sugere que algumas aulas ocorram no espaço, nem mesmo os eventos promovidos no Espaço das Artes são frequentados por ele e a justificativa, mais uma vez, é a falta de tempo e neste caso, associa-se também com a distância da faculdade até a residência do entrevistado.

Às vezes [eu frequento o espaço] quando o professor começa a “falar merda” na aula, aí a gente não é obrigado, aí a gente e desce respira um pouquinho e volta pra aula [...] [Quando o professor] começa a fazer discurso machistas, meritocratas, aí a gente não é obrigado a suportar isso... (R.S., 2017, p. 124).

A significação do espaço para este indivíduo também é de um local de informalidade, de escape, distração; tanto é que as pessoas que são encontradas lá e as interações que lá ocorrem são baseadas, em grande parte, na expectativa de que serão encontradas outras pessoas na mesma sintonia (ou de que encontrarão no outro a mesma reciprocidade e compreensão em relação a como se sentem sobre o ambiente da faculdade).

É um ambiente eu acho que de descontração, “né”? [...] As pessoas estão ali para descontrair, liberar as energias ruins que a gente vai recebendo dessa faculdade em todos os dias todas as horas todos os momentos e ali a gente encontra a pessoa que tá, como diz Fredie, lá a gente encontra pessoas que são corolários da gente para sofrer um pouco junto... (R.S., 2017, p. 126).

O aluno tentou desenvolver pesquisa, mas não sentiu afinidade com a matéria tratada no grupo, assim como tentou participar de alguns projetos de extensão da faculdade, com os quais também não se identificou ou se sentiu confortável para continuar a integrar. Sua única experiência com pesquisa se deu a partir do próprio contexto de aula, pois lhe foi pedido, em determinada matéria, que elaborasse um artigo como método avaliativo. Este fato ilustra a interação que um estudante com o perfil (supostamente) rampeiro realiza entre uma atividade acadêmica e a aula, na qual uma é acessória da outra, ou seja, há uma atividade que é principal enquanto concepção do rampeiro e a outra a ser desenvolvida existe apenas em função desta. O aluno também já se inscreveu em diversos processos seletivos para monitoria em variadas matérias, não tendo logrado êxito menos pela pontuação e mais pela falta de flexibilidade diante das mudanças administrativas (como datas e horários) dos professores, as quais não eram compatíveis com a rotina já estruturada do estudante na forma com a qual este já estabeleceu nessa relação para com a faculdade, não dispondo de horários estranhos a esta. Inclusive, neste sentido, o próprio

entrevistado se classifica como “rampeiro”, mas, quando provocado, ressalta que a denominação pode soar como pejorativa porque seria uma espécie de julgamento aos alunos que estão apenas preocupados em ocupar determinados espaços e vivenciar a universidade como uma continuidade da experiência escolar anterior, muitas vezes por ser a única forma que eles conhecem ou até mesmo por ser a predisposição para a qual a faculdade lhes direciona, já que a própria dogmática da faculdade não propõe uma vivência da universidade de forma alternativa; há um molde que desestimula os indivíduos a percorrer outros caminhos na pesquisa e na extensão jurídica, pela própria carga horária e formatação da grade de disciplinas.

Eu sou rampeiro. [...] Para mim, nenhum [problema em ser chamado de “rampeiro”], eu acho que algumas pessoas se incomodariam porque pode ter uma conotação ofensiva que é aquela pessoa que não vive a universidade como deveria viver, porque a universidade propicia muitas coisas para gente além das aulas, como as extensões, as pesquisas e a vivência política que existe aqui... Então tem gente que acha que é necessário que para estar na universidade a gente tem que usufruir de tudo isso, mas tem gente que quer só vir para a aula e depois tocar o foda-se pra isso aqui e ir para a praia... Eu infelizmente não posso mais ir à praia depois às aulas, mas eu ia até mês passado (R.S., 2017, p. 130).

O estudante está atualmente realizando o seu primeiro estágio jurídico, já em um escritório de advocacia, tendo iniciado a atividade, à época da entrevista, há cerca de um mês. Quando questionado a respeito do pronome “doutor” no seu contexto de exercício profissional, respondeu que nunca havia sido referido daquela forma, mas utilizava em via de mão única para com os seus superiores como uma forma de deferência, ainda que não tecnicamente merecida e mesmo reconhecendo a desnecessidade de fazê-lo. Já investigou a fundo, inclusive, as bases teóricas que sustentam o merecimento do pronome, lastreados por um decreto imperial que tão unicamente se refere ao grau conferido, à época, a quem alcançasse a formação no curso (hoje comparado à graduação). Atualmente, contudo, há um apego anacrônico ao prestígio que o pronome parece conferir, ensejando uma estratificação social, ainda que nos dias de hoje, segundo o estudante, as mudanças experimentadas pelo ensino jurídico não mais justifiquem esse emprego terminológico; o “doutor” de outrora nada mais é que o bacharel de hoje. Este

apego revela o tipo de ranço e pompa que estão atrelados com e continuam alimentando a cultura do bacharelismo.

Completamente desnecessário, né... Sabe uma coisa incrível? Eu comecei a estagiar e tenho que chamar os advogados de “doutor” e aí eu comecei a chamar todos os professores de “doutor”, agora todo mundo para mim é “doutor”, um negócio meio natural, mas eu acho que serve como instrumento de manutenção das relações de poder e de diferenciação social: você diferencia aquela pessoa que tem um cargo numa área jurídica, você atribui àquela pessoa um status social digamos mais alto que o das demais pessoas ao chama-la de “doutor”. Eu acho isso completamente desnecessário ... [...] Eu não lembro como começa o texto [do decreto de Dom Pedro], mas diz que a pessoa que se formasse em medicina ou em direito seria doutor na área. Só que [...] eu acho que isso mudou, porque nosso sistema de ensino foi mudando e a gente tem um sistema de ensino agora quem se forma na graduação é bacharel... Na época de Dom Pedro, quem se formava [...] na graduação era doutor [...] e as pessoas não conseguem perceber essas diferenças e querem fazer com que um decreto de não sei quanto tempo atrás sirva como manutenção de um status social [...] (R.S., 2017, p. 130/131).

O estudante foi o único que não colocou a falta de tempo enquanto empecilho ou motivador maior da sua ausência no espaço da faculdade para outras atividades. Neste caso, a distância espacial, além do gasto de gasolina, drena também a própria disposição no sentido de deprender esforços para se engajar neste sentido. Não obstante, pelo seu perfil, poderia se imaginar a *prima facie* que o sujeito entrevistado fosse frequentador de determinados locais boêmios e afeitos a algum tipo de atividades de entretenimento; qual a minha surpresa quando o próprio estudante relatou o seu ódio quando as pessoas o convidam para o Largo da Dinha, típico de determinado segmento sociocultural da cidade, no qual poderia se pressupor que ele seria parte ou, no mínimo, não opositor. Aqui, eu consigo montar uma analogia entre espaço e o perfil associado ao Largo da Dinha e ao Espaço das Artes, como se fossem espaços irmãos e os que frequentam um estivessem cotados para o outro. Ambos os espaços funcionam como antros de contracultura no seio do sistema ao qual estão inseridos, seja a cidade do Salvador ou seu microcosmos Faculdade de Direito.

Preciso me reconhecer nas palavras deste aluno, quando ele discorre sobre o seu sentimento em relação à Faculdade de Direito. Ele foi quem mais se deixou desabafar a

respeito de como a faculdade é formada e como isso impacta diretamente na relação que os estudantes mantêm com o espaço da faculdade e com as outras pessoas que também concebem aquele lugar. A Universidade – sendo a FDUFBA, neste caso, uma metonímia – não é construída nem para nem pelos alunos; os professores se tornam protagonistas neste cenário no qual os alunos e a comunidade são entendidos como meros espectadores. Isto intervém na idealização da universidade que se quer montar, ou seja, por que e para quem serve a universidade. Ora, se a faculdade não é feita para quem deveria, isto impede que os alunos se sintam parte daquele lugar, não se veem representados, a faculdade é um espelho em que o corpo estudantil não se vê refletido. Apesar disto, alguns profissionais tentam criar outras ferramentas de identificação; são professores que destoam da lógica endurecida perpetrada pela FDUFBA (e pelo próprio curso de direito em si), fazendo com que os indivíduos que não antes não se viam refletidos agora se sintam até convidados para essa refeição na sala de jantar.

[...] A universidade, como um todo, como ela é feita por professores e para professores (e a gente percebe isso até a partir do momento no qual a consulta para direção em que os votos não são quantitativos, mas sim qualitativos por categoria), os professores acabam tendo muito poder além do que os alunos, sendo que a universidade deveria ser feita para alunos e para a comunidade, né, é a minha visão... E aí nós temos uma universidade que [...] funciona de uma forma que [...] é a visão completamente de vida dessas pessoas, então são pessoas que - principalmente aqui em direito – que vêm de famílias que estão na área há muito tempo, que vem de momentos sem passar dificuldades então tem uma perspectiva de vida, que a grande maioria não é, como que eu posso dizer assim... Não tem, não percebe os problemas sociais decorrentes de relações de poder jurídicas que ocorreram na história do nosso país... E aí a gente acaba tendo professores com discursos completamente meritocratas, machistas, opressores e escrotos dentro da sala de aula e fora da sala de aula, principalmente nas ações desses professores em momentos administrativos quando estão fora da função de professor e na função administrativa, quando estão julgando processos na congregação, no colegiado, no departamento e usam argumentos que você percebe que são [...] completamente bizarros, de pessoas que não tem que não sabe que existe gente que na década passada não tinha condições de estudar, não sabe que existe gente que hoje em dia não tem condição de estar em aula porque tem outras coisas pra fazer, tem uma família para cuidar, tem um trabalho e acha que faculdade é isso. Então, para mim, tudo isso (claro que existem exceções tá),

mas a maioria dos professores com esses comportamentos que eles têm acabam criando um ambiente um tanto inóspito na universidade... (R.S., 2017, p. 131/132).

Também para este discente a presença em sala de aula é importante, porque, segundo ele, são momentos que servem como orientação de estudo – o que lhe pouparia tempo no cumprimento das obrigações da faculdade, já que o próprio professor está ali para indicar quais os conteúdos são importantes e quais podem ser desprezados, ao menos em um contexto de graduação, como relatou: “eu não tenho o hábito de faltar aula porque pra mim o tempo da aula é um tempo de orientação de estudo eu percebo ali o que eu vou ter que estudar” (R.S. p.). Nenhum dos alunos entrevistados se preocupava efetivamente com a caderneta de chamada ou de receber uma falta ainda que presente na sala de aula – para todos, o conteúdo da aula é o que efetivamente importa.

3.4 A ILUSÃO DO ESTUDANTE DE DIREITO MARCADA PELO *HABITUS* JURÍDICO

Os principais traços do *habitus* que foram percebidos nos dias em que a observação foi realizada eram a) como os estudantes se portavam em relação a assistir às aulas; b) uso de roupas sociais na faculdade e c) seu posicionamento em relação ao uso do pronome “doutor”.

Na primeira entrevista, o discente mostrou que ocupa a faculdade principalmente nos horários em que se dão as aulas. Assim foi também na entrevista de número 2, o qual demonstrou que seu interesse é, de fato, assistir às aulas e são estes os dias e horários em que o estudante está presente na faculdade. O ponto comum entre esses dois estudantes é de que ambos relataram não frequentar o Espaço das Artes, sendo que um deles mantém uma impressão a respeito das pessoas (e não do espaço) e outro sequer tem ideias a respeito porque não conhece nem o lugar nem as pessoas que o constroem. Já na terceira entrevista, notei uma preocupação em estar presente às aulas nos momentos adequados perceptível pelo próprio relato do estudante, que afirma tentar ir ao Espaço das Artes ao menos uma vez no dia precisamente para espairar desta pressão sentida pela grade de horários. Na quarta entrevista, no entanto, é menor a preocupação em responder a chamada ou ir à aula; embora frequente, porque considera um tempo de orientação para

os estudos que realizará posteriormente, não pensa haver problema algum em se ausentar quando sente necessidade e também pontuou a facilidade em se conseguir saber o que foi abordado em sala de aula por causa do senso de coletividade no que diz respeito aos cadernos digitados. O receio de sofrer qualquer espécie de retaliação em razão de não estar presente nas aulas não parece ser excessivo; os próprios entrevistados, em alguns momentos, reconheceram a necessidade de se ausentar um pouco da rotina incessante de estudos e estágios para repousar por alguns instantes, ainda que sejam breves e apenas para renovar as energias e retomar a rotina.

Três dos entrevistados usavam roupas sociais no momento das entrevistas, que foram realizadas pela manhã e durante os intervalos de suas respectivas aulas. Eles têm uma rotina semelhante, no cotidiano quase burocrático (sempre igual, às 06:00 horas da manhã, sorrindo um sorriso pontual): vão às aulas cedo, já preparados para o restante do dia, fazem suas refeições na faculdade (ou onde conseguem quando o tempo permite) e correm para os estágios. O único aluno que não usava roupas sociais no momento da entrevista, que se deu logo após suas aulas, foi aquele que, além de não se utilizar do Espaços das Artes, não faz qualquer significação sobre os indivíduos que ali estão.

O entrevistado que consegui acompanhar trajava terno e gravata, porque assim é o código de vestimenta do escritório em que ele estagia; lá, o uso deste adorno é exigido. Dois dos entrevistados não usavam terno e gravata, mas camisa social de mangas longas, calça social e sapatos fechados, e assim apenas porque o primeiro ressaltou que, em sua entrevista de admissão, esclareceu sobre como deveria se vestir para estagiar e o segundo apenas informou que esta era a exigência do escritório, salientando que acredita que seria mal visto caso divergisse deste padrão, mesmo enquanto estagiário (este fator associado sempre à noção de competência e confiabilidade do profissional do direito que se busca). Embora haja algum desconforto no uso daquelas roupas, porquanto essa marca é também uma forma de expressão de identidade e personalidade, os estudantes se rendem a este *habitus* do uso da roupa social porque precisam corresponder a uma expectativa, ou seja, há um padrão de comportamento firmado no imaginário das pessoas que esperam que um profissional do direito (aqui, sem distinção de que carreira jurídica tratam) vista ou a forma com a qual se portam. Por óbvio que este elemento pode constitui-se como fator de diferenciação social, na medida em que se mede o bom profissional jurídico pela sua aparência, mas também não se pode afirmar que todos os profissionais do direito se vestem daquele jeito porque apenas a imagem será levada em consideração. Pelo

contrário: os três entrevistados estagiam em locais considerados renomados e o uso da roupa social é apenas mais um dos elementos de sua competência enquanto estudante do direito.

Por fim, em relação ao uso do pronome “doutor”, todos ressaltaram a desnecessidade do uso, trazendo diversos motivos para tanto. O segundo entrevistado, por exemplo, salienta que o não haveria necessidade no tratamento entre estagiários e chefes ou entre profissionais e clientes porque o respeito não desapareceria junto com o pronome de tratamento. O primeiro aluno concorda com a desnecessidade nesta formalidade porque isto, em algum nível, afasta as pessoas em suas relações em seu ambiente de trabalho. O terceiro entrevistado destacou que pode considerar apenas como uma forma de respeito (talvez similar ao “senhor” e “senhora” que se usa ao se reportar a uma pessoa de idade mais avançada), embora ressalte que pensa ser desnecessário exigir ser tratado desta forma. Já para o último entrevistado, esta forma de tratamento é completamente desnecessária, visto que, quando as pessoas resgatam as origens do uso da palavra para justificar a manutenção deste trato, está se referindo a um decreto editado ainda na época imperial, ou seja, sem qualquer validade no ordenamento atual; por isso, salientou o aluno que esta forma de tratamento entre os profissionais do direito pode ser prejudicial na medida em que cria uma espécie de estamento no qual os doutores estão acima das demais pessoas. Também se ignoram dois aspectos sobre esta situação: a razão do surgimento do nome, pois “doutor”, no Império, eram os formados em direito (dada a criação dos cursos jurídicos no Brasil à época), mas, atualmente, o grau conferido aos formados em direito é o de “bacharel” e a mudança pela qual o ensino jurídico passou com o decorrer dos anos – que, apesar de tímida, se mostra nos detalhes que os formalistas insistem em deixar em segundo plano.

As carreiras jurídicas foram e continuam sendo valorizadas pela sociedade não apenas porque há, historicamente, um grau de importância dadas a elas, mas existem estudantes que se dedicam desde o início do curso – e até mesmo antes – porque, de fato, são eles perseguindo seus respectivos sonhos e objetivos. Por acreditar que há um comportamento próprio para isto, esses alunos/as acabam por continuar expressando o *habitus* jurídico que assim apreenderam desde sempre.

Também é preciso destacar que o uso das roupas sociais no ambiente da sala de aula e da faculdade como um todo, na maioria das vezes, ocorre porque muitos estudantes passam o dia fora de casa, emendando as aulas da manhã com os estágios à tarde ou os

estágios pela manhã ou pela tarde com as aulas no turno noturno e a maior parte desses estágios é desenvolvida em órgão que possuem código de vestimenta e que, por isso, exigem que seus estagiários se apresentem (a exemplo de bancos e renomados escritórios de advocacia). Neste caso, não se pode considerar que o sujeito está apenas reproduzindo este *habitus* jurídico; em verdade, eles estão seguindo códigos daqueles superiores que também reproduzem este *habitus* e assim é porque essas marcas também já estão em seus corpos.

A visão dos estabelecidos enquanto meros repetidores, como pessoas que já tem em seus corpos as marcas deste *habitus* jurídico (e, assim, ocuparão os espaços de poder em sequência) também se traduz como uma forma de identificar o indivíduo como o outro, diverso de quem observa, porque quem o observa tenta operar como outras lógicas em relação a este tradicionalismo excessivo do campo do direito. Isto é perigoso porque cria, no mesmo ambiente, uma divisão desnecessária entre aqueles que são merecedores dos elogios e aqueles que são alvo das críticas, quando nenhum indivíduo pode ser estabelecido ou outsider durante todo o tempo. Essa classificação, ainda, se dará de forma diversa a depender do campo que se observe: um aluno “rampeiro”, que não realize pesquisa nem faça parte de qualquer projeto de extensão oferecido pela Universidade Federal da Bahia, será o outsider nesses grupos (assim como o inverso tradicionalmente ocorre). A concepção de estabelecido e outsider só pode ser estabelecida após a determinação do campo de pesquisa, e é por isto que neste trabalho os “rampeiros” são os estabelecidos, enquanto os ocupantes do Espaço das Artes (a ser comentado no capítulo seguinte) são os outsiders, os “outros”.

Ademais, sobre ser “rampeiro”, é forçoso reconhecer que esta conotação pode soar de forma pejorativa para algumas pessoas, pois reporta, segundo o imaginário de parte da faculdade, àquele estudante que pouco aproveita as experiências que a universidade pode lhe proporcionar. Acontece que não se pode esperar que as vivências de universidade sejam as mesmas (ou até mesmo obrigatórias) para todos os indivíduos que passam por essa experiência. De fato, alguns estudantes apenas se ocuparão em assistir suas aulas e retornar às suas casas o mais breve possível – e isto pode estar relacionado a diversos fatores. Portanto, não podemos entender que a única explicação para este comportamento, no consciente coletivo, seja alguma espécie de aversão ou desprezo pelas questões da faculdade ou pelos seus projetos. Outros estudantes, no entanto, criarão naquele espaço seu próprio local de pertencimento e farão suas vivências aproveitando todas (ou

algumas) experiências que a universidade tem a oferecer – realização de projetos de pesquisa, participação em projetos de extensão, seleções de monitoria etc. Isso de forma alguma deve criar na cabeça dos estudantes uma imagem dicotômica, como se existisse um bom e um mau estudante do direito, um estudante que se agrega aos assuntos da faculdade e outro que apenas os ignora, pelo motivo de não ser possível determinar qual é a vivência correta a se ter na faculdade e na universidade como um todo.

Ainda assim, mesmo percebendo essas diferenciações e tentando buscar alguns sentidos para explicar os contornos identitários que se formam (e sempre se formaram) em razão de haver, no direito, um *habitus* bem demarcado, existe um espaço dentro da Faculdade de Direito da UFBA que se propõe a, se não ser o oposto, ao menos não reproduzir estes *habitus* ou tentar criar novos *habitus*, a partir de uma construção de novas estruturas e novas vivências trazidas para espaços que antes, tradicionalmente (e até exclusivamente) eram tomados por pessoas de uma origem social em comum, e, por isso, repetidoras desta mesma estrutura. Neste sentido, é importante discutir a existência deste espaço enquanto extensão, ainda que apartada, da FDUFBA.

Finalmente, o mais interessante dado sobre as entrevistas realizadas é que, entre os quatro entrevistados, dois deles disseram não frequentar o Espaço das Artes e dois deles disseram ir ao espaço sempre que têm necessidade de cessar o sentimento de pressão em relação às demandas cotidianas. O primeiro grupo evidenciou afeição pela faculdade, independentemente das falhas estruturais e conjunturais que cercam o ambiente. Já o segundo grupo desenvolve uma relação de não acolhimento ou, mesmo se sentindo pertencido a este ambiente, reconhecem as falhas e as pressões da própria faculdade, que ficam evidenciadas pelo uso do local principalmente para ter condições de continuar enfrentando as demandas do dia a dia, as pressões sentidas pela forma com a qual o ensino jurídico na faculdade é construído e, sobretudo, para encontrar pessoas que ressonam as mesmas insatisfações. Mas por que o Espaço das Artes – e não os outros poucos espaços de convivência da faculdade – foi escolhido para isso?

3.4 O PUNHAL E O CORAÇÃO

Há uma crença no imaginário da Faculdade de Direito que as turmas “.2” são sempre mais engajadas em comparação às turmas “.1” – e, para a minha sorte, dentre as

grades que me foi oferecida, escolhi a do segundo horário. Então, além de ser do semestre 2012.2, eu também sou da originalmente turma 02.

De alguma forma, me reconheci nos amigos que fiz logo no primeiro dia de aula, nas primeiras semanas, na descoberta de que o Salvador Shopping na realidade era o Núcleo de Atendimento ao Aluno, na procura de restaurantes acessíveis para que pudéssemos almoçar pela Graça e aguardar as aulas da tarde – privilégio do nosso horário. As dificuldades entre nós pareciam as mesmas e, por isso, o sentimento de proximidade ia nos unindo.

Conforme o semestre ia passando, as dificuldades passaram ser como se relacionar com os engravatados e com todo aquele universo que eu já sabia que existia, mas dizia para mim mesma que não iria me engolir. Mas engoliu: tornou-se cada vez mais difícil me sentir como se eu pertencesse àquele lugar. Eu não aprenderia a teoria pura nem se próprio Kelsen viesse me dar aula. As pessoas se mostravam cada vez mais distantes em suas roupas sociais e a mesma reprodução da lógica do ensino médio em colégios particulares. Comecei a me sentir despreparada, insuficiente para aquele lugar. Nenhum vidro da faculdade permitia que luz suficiente entrasse em mim. E então, após dois anos de muitas crises internas, sentimentos de tempo perdido, vontades suprimidas e tomando coragem para comunicar a todos que a doutora estava desistindo, veio a greve de 2015. O direito, que já não era sonho, tornou-se pesadelo. E eu só queria acordar.

4 AS FOLHAS SABEM PROCURAR PELO SOL: O “ESPAÇO DAS ARTES” E A DISRUPTURA *OUTSIDER* NA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA

*Mandei plantar
Folhas de sonho no jardim do solar
As folhas sabem procurar pelo sol
E as raízes procurar, procurar*

Foram cerca de três anos me ajustando para encaixar em um padrão muito marcado na FDUFBA até que, em 2015, já em crise com o curso, eu procurava uma forma de dizer a todos que eu queria abandonar aquilo. Direito nunca foi um sonho e nem eu queria continuar naquele espaço e me transformar “neles”. Em maio do mesmo ano, veio a greve e o sentimento de querer deixar aquela faculdade para trás só ficava mais e mais forte.

O Espaço das Artes (hoje Espaço Luiz Gama), batizado carinhosamente pelos seus frequentadores – e aqui me incluo – de “Árvore”, foi inaugurado em 30 de abril (data do meu aniversário) de 2015. Não me recordo de como passei a ocupar este local, mas lembro que lá começaram a se juntar as pessoas que tinham sentimentos parecidos em relação ao curso e a faculdade e a aproximação aconteceu naturalmente. Este espaço manteve minha vontade de seguir em frente e afastou o medo de encarar a decisão de trancar o curso faltando um ano e meio para a conclusão. Encontrei amigos, vi que não estava sozinha e recebi muito apoio. Agora escrevo este capítulo, já que a existência do Espaço das Artes, da minha Árvore, fez este trabalho de conclusão de curso existir.

4.1 PLANTANDO AS SEMENTES

O Espaço das Artes foi inaugurado em 30 de abril de 2015, em comemoração ao aniversário da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Um presente particular, já que esta data também é a data do meu aniversário.

O local foi idealizado pelo então diretor, professor Celso Luiz Braga de Castro, em entrevista constante do Apêndice E. A ideia partiu de uma concepção de longa data que o professor já trazia consigo de que há muito a percepção tradicionalista do direito já se encontra superada, a qual encontrou guarida na oportunidade de edificar um espaço físico

que concretizasse o ideal de entender o direito a partir da arte, de “mudar a cara do direito”, ou seja, de romper com antigos e desnecessários formalismos do direito. Antes, havia uma parede à esquerda da cantina que compunha o cerco abafado e pouco iluminado, que a própria estrutura da faculdade impunha. A faísca da ideia surgiu com a retira de alguns comungóis, o que permitiu a entrada de uma iluminação inspiradora no espaço da cantina, quiçá um raio de esperança: aquele espaço por detrás da parede, até então inutilizado e tomado por matagal, foi terreno fértil para plantar folhas de sonho no jardim. O espaço físico a ser criado é uma tentativa de concretizar o pensamento de que o direito precisa ser desfossilizado, servindo para ajudar à comunidade no sentido de ganhar uma utilidade atual e próxima da sociedade, inclusive, para isto, interagindo com outras áreas do conhecimento e aprendendo com elas em um processo de reciprocidade. Para isso, o professor pediu à arquiteta Cristina Stolze que trouxesse à vida essas aspirações no ambiente, deixando a seu cargo toda a concepção espacial a respeito do lugar a ser projetado.

[...] Criamos um espaço com um nome. A gente acha que o nome é muito importante, então criar a ideia “Espaço das Artes” é valorizar alguma coisa, é fazer um convite pra que se descubram as interações entre a arte e o direito, pra que se faça uma leitura artística do direito, né, pra que se faça uma leitura artística do direito... Nós já fizemos, por exemplo, eventos aqui... Convidamos um grupo de ludicidade, que esteve aqui nos 125 anos da faculdade e que fez muitas brincadeiras e que fez na verdade [...] muita coisa pra tirar essa fisionomia muito séria do direito (que metodologicamente é péssima). Quer dizer, você cria um distanciamento, você cria um sistema então quando você percebe um veio artístico [...] do direito, ele vem e também isso tá junto com um pouco de bagagem teórica, por exemplo, como o jurista romano Ulpiano dizia o seguinte: que o direito é a arte do bom e do justo, a arte do bom e do justo. A arte. Veja que a primeira definição de direito, definição lá do direito romano, era a visão de que o direito era a arte, era um modo de [...] fazer uma arte porque a arte tem o compromisso com a estética, a arte tem o

compromisso com o bom, a arte tem um compromisso com [...] a nossa integração então era uma ideia de que a arte ela, na verdade, [...] gera o processo de integração importante, daí surgiu essa ideia [...]. (CASTRO, 2017, p. 138).

O professor empreende um esforço em mudar as feições rígidas da fisionomia do direito como parte de seu projeto para a faculdade: contestar essas antigas percepções a respeito do ensino e da estética jurídica, todo um paradigma preconizado no chamado “direito dos livros”, é parte do significado pretendido para o projeto do Espaço das Artes. O espaço, então, é uma espécie de “traição à tradição”, uma transgressão da normatividade que permite uma assimilação do direito – e não uma acomodação -, conduzida pela arte; o ato, em si, pode até ser encarado como maléfico, quando olhado pelo prisma do *habitus* e de seus corpos corporificados por estas marcas, mas o império da lei insensível não pode prevalecer diante de uma justa liberdade, aquela de quem essencialmente vivencia este espaço e suas buscas de possibilidade de felicidade neste contexto. O próprio professor, neste sentido, afirma não realizar controle de frequência discente através da caderneta de chamada compulsória, já que sua vontade é captar as mentes – e não marcar os corpos, ou seja, “transformar o direito em mais alma e menos corpo”. Essa concepção enseja um direito tido como rebelde, alicerçado na arte, justamente a ferramenta que vai combater a visão defasada da juridicidade engessada e removida da realidade. A própria quebra de molde de sala de aula que o espaço possibilita, como se arejasse o ambiente acadêmico com um alívio para os alunos, convida a refletir a respeito daquilo que os prende entre as paredes da faculdade: é realmente necessário o uso de toda uma indumentária social formal? O que aprendo nos compilados codificados tem aplicação concreta correspondente à realidade? Que instrução é essa, calcada apenas por manuais na qual não aprendo a construir com minhas próprias mãos? Será assim tão absurdo “poluir” a pureza perfeita do direito que tudo rege com elementos tão triviais como a arte? É preciso atentar para o perigo de uma “carolinização” do direito, ou seja, o direito não pode ser uma Carolina na janela, que vê o tempo passar e sequer o acompanha com os olhos.

O que é a assimilação? Eu faço porque eu gosto, faço porque eu quero, eu faço porque me entusiasma, eu faço porque vale a

pena. E o que é a acomodação? Eu faço porque senão eu serei sancionado, eu faço porque me obrigam a fazer, eu faço porque na verdade [...] eu sou obrigado. Eu, por exemplo, nunca fiz chamada em sala de aula porque eu não quero os corpos ali, eu quero as mentes e como eu não posso fazer chamada das mentes que estão atentas, não me interessa a presença. Eu não quero missa de corpo presente porque é sempre um ato fúnebre (CASTRO, 2017, p. 143).

A arquiteta responsável pelo projeto foi Cristina Stolze, funcionária da Fundação Faculdade de Direito. Para propiciar a abertura do espaço, foi preciso realizar um trabalho de jardinagem que durou cerca de dois anos, abrindo caminhos no plano físico para abraçar a superação dos obstáculos ideológicos de outrora. A formatação do espaço, com a manutenção de três árvores centrais, foi feita em forma de círculo, porque, segundo a arquiteta, isso permitiria a integração dos estudantes com o espaço sem que sua fundação implicasse agressão e supressão da natureza, o que iria de encontro à própria proposta filosófica de um espaço como este. A ideia do palco surgiu depois, com uma provocação da professora Ana Paula Bonfim, para que o Coral da Faculdade de Direito pudesse se apresentar lá. O projeto paisagístico foi feito a partir da plantação de mudas retiradas da Faculdade de Administração, inclusive com a tentativa de criar uma espécie de cerca viva para proteger os alunos do desnível da ribanceira que separa essas duas faculdades, sem precisar se valer do peso simbólico que uma estrutura de concreto transmitiria. A arquibancada e os bancos foram pensados posteriormente, a partir do uso do local por alguns poucos professores pioneiros, para ministrar aulas eventuais e também pela percepção de que aquele espaço estava sendo efetivamente frequentado pelos alunos, que ainda não dispunham de muitas formas de se distribuir pelo espaço de maneira confortável para congregar, se valendo apenas de cadeiras de plástico, cortesia da vizinha do Espaço das Artes, a cantina. O acesso lateral, onde se localiza uma placa com inscrição do nome “Espaço das Artes” e imagens alusivas à cultura regional, foi ampliado de uma passagem estreita e pouco transitável para se tornar uma efetiva via de acesso alternativo à faculdade, como se permitisse uma entrada que desafia o molde do portão tradicional pelo qual é preciso que se percorra toda a faculdade para chegar ao lugar. Ao tempo da inauguração, no aniversário de 125 (cento e vinte e cinco) anos da Faculdade de Direito, a própria arquiteta acertou com a construtora que eles chegariam na madrugada do dia 30 de abril de 2015 para retirar o tapume que encobria o espaço, de forma que, quando os estudantes chegassem, se deparariam com esta surpresa. Neste dia, ela contou ainda que

ficou à espreita para ver em primeira mão a reação genuína dos alunos diante do espaço idealizado, qual não foi seu alívio e alegria ao constatar uma unanimidade de reações positivas que ratificavam toda a visão de amplitude de horizontes e descontração ao qual o espaço se pretendia, desde a gestação do seu projeto.

Minha impressão é, desde o dia da inauguração, que o professor Celso tirou [...] o tapume, ele tirou no dia que ele ia fazer uma surpresa, no dia que ele inaugurou o espaço [...]. O tapume é aquela madeira, né, ninguém tinha visão de fora, quem tava dentro não sabia o que tinha fora e a gente veio pra cá cedinho [no dia da inauguração], cinco e meia da manhã pra tirar e eu fiquei esperando os alunos chegarem pra ver a reação deles. [...]. “Tava” a porta aberta e os alunos um mais feliz que o outro [...], as expressões assim de felicidade [...] “oh que bacana, oh meu Deus que muito bom, não vou sair daqui, vou estudar aqui, vou não sei o que” então fiquei super feliz! Era uma coisa prevista, mas a gente não pode prever também tanta reação exatamente, que não é uma coisa matemática, né, uma coisa exata, essa coisa da emoção... Então cê via que os alunos estavam super felizes, eu sinto eles assim totalmente relaxados ali, de deitar na arquibancada, deitar no banco, sentar assim com a perna esticada e ficar ali lendo, olhando o céu Acho que ali, eu vejo ali como um lugar totalmente “relax” [...] (STOLZE, 2017, p. 150).

Figura 22 - Antes das Artes



Fotógrafa: Cristina Stolze (ano desconhecido).

Figura 23 - Acesso Lateral



Fotógrafa: Cristina Stolze (ano desconhecido).

Figura 24 - Peripatético



Fotógrafa: Cristina Stolze (ano desconhecido).

Figura 25 - Placa do Espaço das Artes/Acesso Lateral



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Celso Castro foi também quem sugeriu há pouco tempo que o nome do espaço fosse “Luiz Gama”. É interessante problematizar a escolha do nome do espaço, não por falta de merecimento, mas por questões afetas à própria destinação do lugar.

Luiz Gama foi fruto da relação de um português com uma mulher que se libertou da condição de escravizada e, após ser vendido pelo pai como escravo como pagamento por uma dívida de jogo, foi levado ao Rio de Janeiro e, posteriormente, por várias cidades de São Paulo. Por causa de sua origem, foi hostilizado quando ao longo de sua formação no Curso de Direito do Largo de São Francisco (atualmente Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). Mesmo não tendo conseguido concluir o curso, atuou como rábula (advogado sem representação formal) que lutava de dentro deste sistema dado pelo direito, advogando em prol da liberdade dos escravos (INSTITUTO LUIZ GAMA, 2011). Em uma sessão da Congregação da Faculdade de Direito, foi aprovado o nome de Luiz Gama para batizar oficialmente a *Árvore*¹⁴.

Há uma questão que envolve a escolha do nome dado ao lugar: considerando que Luiz Gama foi um advogado e lutava pelo direito de ocupar os espaços de poder, levando à subversão do sistema através do próprio sistema, é questionável que seu nome batize o lugar que é por vezes marginalizado no contexto da FDUFBA, tanto por causa de seus

¹⁴ Consultar Anexo B do presente trabalho.

ocupantes quanto pelo que ele representa. Talvez fosse mais condizente com a luta política de Luiz Gama que seu nome homenageasse a sala da Congregação ou o Núcleo de Atendimento ao Estudante, por exemplo. Para o propósito que foi pensado, o espaço muito mais tem a ver com uma pessoa como Raul Seixas, outro estudante da faculdade e que inclusive já dá nome ao pavilhão de aulas em São Lázaro. A arte anárquica de Raul, que tinha declaradamente o objetivo de ser “a mosca que pousou em sua sopa”, ou seja, de subverter as lógicas e transpô-las em outras, que queria incomodar, muito mais tem a ver com o sentido que vem sendo atribuído ao Espaço das Artes, visto que o próprio Raul tentava retirar do direito o excessivo formalismo e transformar um espaço em que não havia sentimento de pertença em um local de refúgio (culminando até mesmo com o abandono do curso); diferentemente de Luiz Gama que, por sua vez, se apropriou de alguns indicadores do *habitus* jurídico e os deu a sua significação, transformando um ambiente que não era propriamente seu em um espaço em que ele podia lutar conforme as regras do jogo (do direito). Por isto, neste trabalho, não utilizo seu nome institucional (Espaço Luiz Gama) e sim Espaço das Artes; nomes que são socialmente constituídos pelos estudantes que o frequentam e que constituem os protagonistas desta história: Espaço das Artes, Espaço Raul Seixas ou simplesmente Árvore.

O local foi objeto de observação durante cerca de três semanas, em diversos dias e horários, tendo sido elaborado diário de campo para relatar as dinâmicas identificadas e os comportamentos entre os sujeitos. Foi construída, então, uma etnografia, que “[...] significa literalmente a descrição de um povo” (ANGROSINO, 2009, p. 16), sendo uma forma de estudar as pessoas de maneira coletiva, ou seja, constituída enquanto grupos, que são as sociedades, as comunidades (Ibid., 2009). Os pesquisadores pretendem identificar padrões de comportamento que se pode prever naquela sociedade. Para elaborar essa descrição, o método utilizado é a pesquisa no campo, ou seja, a partir da observação no local no qual os indivíduos se encontram e não propriamente reproduzindo as condições em um laboratório, por exemplo (Ibid., 2009). As histórias relatadas aqui são documentadas de modo realístico, isto é, constituem-se como “[...] retratos objetivos e despersonalizados, feitos por um analista emocionalmente neutro – mesmo que ele tenha sido a pessoa participante e engajada emocionalmente durante a própria realização da pesquisa” (ANGROSINO, 2009, p. 32). Apesar de eu mesma me identificar como outsider (dentro da perspectiva do presente trabalho), os momentos de observação e

documentação do Espaço das Artes foram feitos com algum distanciamento para tentar manter a imparcialidade sobre o objeto de estudo.

O diário de pesquisa consiste em notas que o pesquisador toma notas a respeito de tudo que está sendo observado. É “[...] um caderno de notas em que o pesquisador registra as conversas informais, observações do comportamento durante as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados e ainda suas impressões pessoais [...]” (ARAÚJO et al., 2013, p. 55). O diário de pesquisa tem função de obter informações a respeito do planejamento do que se pesquisará, assim como é uma forma de apreender as mais diversas nuances do objeto de estudo. O diário de pesquisa, ainda, tem o condão de gravar um relato o mais detalhado possível sobre toda a pesquisa, servindo como uma documentação quase que fotográfica desta (Ibid., 2013).

O diário de pesquisa exprime o relato do que está sendo observado. Nos dias de observação, conjuntamente com a elaboração do diário de campo, foram também registradas fotografias do espaço, a fim de que fosse documentado por imagem o que se estava relatando, já que “[...] a fotografia é uma poderosa evidência da realidade porque a realidade é a verdadeira matéria-prima da imagem fotográfica” (BITTENCOURT, 1994, p. 227), mas, sendo dotada de diversos significados, considerando sua subjetividade, dado que a interpretação desta forma de captura da realidade fica a cargo de quem a lê, inserido em outros contextos diversos daquele em que essa realidade se deu, dando-lhes, ainda, novos sentidos. As fotografias começaram a ser consideradas fontes históricas, de valor tão considerável quanto documentos escritos; são, ainda, resultado daquilo que o ser humano experimenta e, desta forma, auxiliam na construção do relato etnográfico. Também o uso da fotografia é adequado para dar forma ao que está documentado de forma escrita e resgatar o seu enredo diário (BITTENCOURT, 1994). Em suma, é “[...] um poderoso método de investigação na medida em que ela ilumina o processo de comunicação de ideias que forma a base do encontro etnográfico” (BITTENCOURT, 1994, p. 238) e “a fotografia torna-se o meio pelo qual o encontro humano, que forma a base etnográfica, é destacado e posicionado em uma moldura de significados” (Ibid., p. 239).

4.2 AS FOLHAS PROCURANDO PELO SOL: DIÁRIO DE CAMPO (DO OUTRO)

Durante os horários de intervalo, a cantina da faculdade fica relativamente cheia, porque é o momento em que as pessoas encontram seus amigos ou professores e/ou fazem algum lanche, geralmente comprado na própria cantina. Com o passar dos minutos e se aproximando o horário de início das aulas do segundo horário, as pessoas se dispersam rapidamente: a maior parte delas vai para as aulas pontualmente, provavelmente na esperança de não perderem a chamada ou qualquer parte do conteúdo do assunto que será dado pelo professor.

Percebeu-se, também, entre os meses de maio e junho (meses em que foi elaborado o diário de campo do Espaço das Artes), o local era ocupado durante todo o dia, parte da tarde e à noite; sempre havia pessoas, em maior ou menor quantidade, exercendo algum tipo de atividade naquele local. Com a proximidade do fim do semestre, no entanto, o local também começou a se mostrar menos frequentado e isso pode ter correspondência com o período de provas se aproximando. O ponto divergente, entretanto, é que a movimentação da cantina sempre se deu desta forma, enquanto a ocupação do Espaço das Artes se dá de forma quase que sazonal: em períodos de calma, mais habitado; em períodos de tempestade, quase deserto. O Espaço das Artes é frequentado também em horários de aula nos períodos do semestre em que não estão ocorrendo atividades avaliativas; o momento de se engajar na aula é esvaziado, o movimento é de “pegar a chamada” compulsória que o sistema assim lhes exige para que não sejam reprovados por falta, mas a aula, em si, não lhes faz falta – esse tempo é investido em outras atividades, inclusive acadêmicas e curriculares diversas, que o cronograma apertado não viabiliza fazer. A função do intervalo, na cantina, parece ser unicamente reabastecer nos horários em que lhe são permitidos fazer isso; no caso da *Árvore*, as pessoas o fazem em qualquer horário para desafogar (não apenas “reabastecer”), assim contando com a questão espacial, já que o ambiente da cantina, além de abafado por conta do próprio projeto da Faculdade, é extensão de um local que é sufocante, inclusive psicologicamente. Este indicador nos mostra que, entre os indivíduos que ocupam a cantina e os indivíduos que ocupam o Espaço das Artes, há naqueles uma preocupação maior em estar presente à aula no horário e não estar ausente quando o professor chamar seu nome.

Em relação aos outros *campi* da faculdade, sempre existiram espaços abertos e alguma relação com animais e com a natureza. Em Direito, a faculdade era um espaço fechado, e em 2015 foi inaugurado o Espaço das Artes. Este espaço aberto trouxe também

relações com animais – gatos e micos, principalmente – e com a natureza (pois, veja, o espaço foi projetado e construído em torno das árvores que lá contém).

As observações do espaço, bem como a elaboração do diário de campo, foram feitas no mês de junho do corrente ano, separadas por dias e turnos.

No primeiro dia de observação, à noite, percebi que haviam cinco pessoas na Árvore no momento, quatro meninos e uma menina. Um dos meninos está tocando ukulelê, enquanto os demais cantam e fazem piadas. Chegaram mais três pessoas, uma menina e dois meninos – que estavam sentados afastados, mas se juntaram às pessoas depois. Durante a noite, as pessoas programavam outras atividades lúdicas no espaço a serem efetuadas nos dias seguintes, como partidas de dominó e rodas de violão.

É comum que as pessoas que frequentam este espaço se utilizem de variadas teorias jurídicas, associando-as a diversas coisas do cotidiano.

A conversa se estende e os frequentadores da Árvore agora são, em sua maioria, homens. Devemos considerar que é um momento em que estão acontecendo aulas.

Um dos meninos indicou que eu entrasse num grupo de *whatsapp*, composto majoritariamente pelos “meninos da Árvore”. Fui incluída no grupo, na condição de “observadora”, cumprindo, segundo o menino que me adicionou, a “cota feminina”. Sim: fui a primeira mulher incluída no grupo. Este grupo em particular me foi extremamente receptivo, me deixando a par sobre a relação entre os membros do grupo e, inclusive, a respeito do procedimento de exclusão de um dos membros do grupo em razão de divergência entre eles.

Sobre isso, é possível notar que existe uma prática comum no ambiente da Árvore que é de reproduzir todo o aprendizado da FDUFBA, principalmente àquele em relação ao processo e procedimento, aplicado às relações de forma quase que circense, ou seja, há uma apresentação de conteúdo de forma a tornar lúdica a representação do julgamento, do processo, uma comunicação. Isto ocorreu, inclusive, em um dos momentos em que estive presente procedendo com a observação participante: uma espécie de tribunal misto de regras do processo penal e regras próprias no qual seria decidido se um dos membros do grupo, após ter praticado uma conduta considerada prejudicial para a equipe, sofreria alguma espécie de sanção ou seria “absolvido”.

Aliás, é preciso destacar que uma das pessoas pediu para ler o relato que fiz e ressaltou que eu, quando estivesse tratando daquele grupo específico, focasse no nome

“Cracolândia Gourmet”, pois é assim que eles preferem ser chamados e reconhecidos. Este é, inclusive, o nome do grupo do *whatsapp* dos meninos em que eu fui inserida. Este nome está associado a uma discussão ocorrida no grupo da rede social Facebook, em setembro de 2016, na qual, por divergências políticas e de vivências, o Espaço das Artes foi batizado com o nome de “cracolândia gourmet”, em referência à Cracolândia – local na cidade de São Paulo que concentra pessoas, geralmente em situação de rua, que consomem drogas ilícitas -, associando as pessoas que usualmente usam drogas lícitas e ilícitas no local. As pessoas que participam deste grupo em específico não se incomodam com a denominação – parecem até, algumas vezes, concordar com ela e utilizá-la em tom jocoso.

Destaca-se também a função alimentar do Espaço das Artes. Um personagem da “Cracolândia Gourmet” me confessou odiar a cantina porque é um espaço que as pessoas fazem muito barulho, além de ser abafado, e ela gosta, no momento de fazer as refeições, de fazer uma espécie de ritual. Na faculdade, ela utiliza o corredor lateral da Árvore, local tido pelo indivíduo como tranquilo e silencioso. O indivíduo disse que, antes, não costumava ir à Árvore porque lá se concentram pessoas fumantes e ele tem problemas respiratórios. Entretanto, relatou que superou essa barreira porque via as pessoas interagindo e queria fazer parte disso. Ele observou que sente angústia quando está sozinho e, por isso, quando vê alguém sozinho, ele tenta interagir. E também, na Árvore há uma disposição para congregação, em contraposição ao espaço da cantina (que ainda está segregado em grupos fechados). Esta forma de disposição é percebida principalmente nos momentos de intervalo, no qual as pessoas fazem suas refeições no espaço da cantina: as mesas são dispostas de forma a permitir que apenas quatro pessoas por vez possam se sentar juntas. Além disto, continua a ser reproduzida uma lógica escolar no que diz respeito a este espaço, porque as pessoas se habituaram a estar perto e associadas àquelas que se assemelham.

No dia seguinte, à tarde, quando cheguei à Árvore, tinham dois funcionários da cantina almoçando no local; um deles na mesa, o outro na arquibancada. O funcionário que estava na mesa logo encerrou a refeição e voltou para o trabalho. O funcionário que estava na arquibancada continuou aqui durante alguns instantes, inclusive interagindo com um dos gatos brancos que estão agora no Espaço das Artes. Cerca de quinze minutos depois, ele voltou à jornada de trabalho.

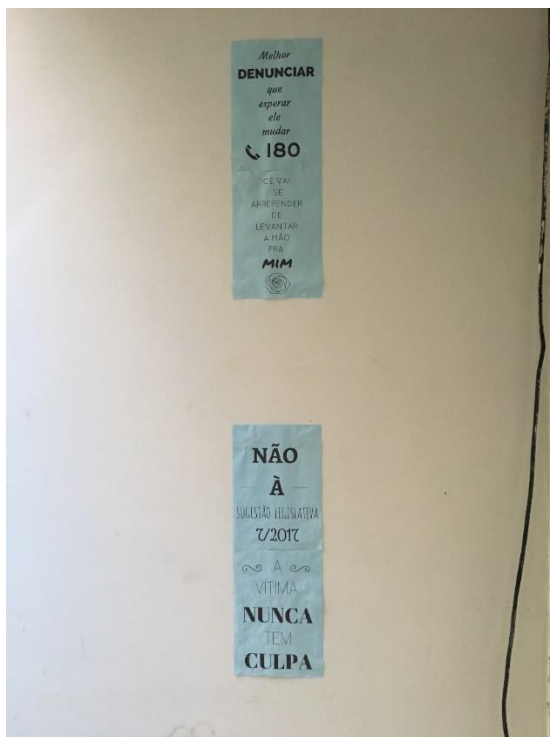
Percebi que às sextas-feiras – e talvez seja assim durante o sábado também -, é pouco o movimento na Árvore. Creio que isto esteja relacionado ao fato de que os alunos da FDUFBA têm preferência por montar suas grades entre a segunda-feira e a quinta-feira. Há algum tempo, notei certa resistência dos alunos em se matricular nas disciplinas que são ofertadas às sextas-feiras e aos sábados, bem como nas matérias que são ofertadas no vespertino, embora os motivos sejam distintos: naquela, a razão é a “perda” do final de semana; nesta, é em razão da incompatibilidade com o horário do estágio, que a maioria dá início já entre o terceiro e o quarto semestre.

Conforme as horas passam, as pessoas começam a chegar para as aulas do noturno. Algumas pessoas vão ao local após comprar algum lanche na cantina, outras vão fumar cigarros (a depender de onde a maioria das pessoas estejam dispostas espacialmente, os fumantes se estabelecem em locais mais próximos ou mais afastados da porta de vidro que separa a cantina do espaço que está sendo comentado); apesar disto, eram poucas as pessoas que iam ao espaço para comer, pois a maioria ainda dá preferência às mesas da cantina, na parte interna da faculdade. Com o adiantar da hora e a proximidade do primeiro horário do noturno, a cantina ficou mais ocupada – tanto as mesas quanto a fila.

Observou-se também que algumas pessoas nunca ocupam o espaço por si mesmas: esses indivíduos, como me relatou um deles, veem alguma pessoa conhecida (um amigo, um colega, funcionários da faculdade etc.) no espaço e por isso vão até lá.

Esta mesma pessoa também me chamou atenção para um fato curioso. Existem três blocos de cartazes espalhados no espaço das artes: o primeiro bloco diz respeito à iniciativa da ABU (Aliança Bíblica Universitária) de recordar aos alunos de que sua saúde mental é mais importante do que a preocupação exacerbada com provas, notas e semestre; o segundo bloco está relacionado a uma ação do Coletivo Madás contra a PEC 7/2017 (que pretende tornar crime hediondo denúncias de abuso sexual sem provas), com o incentivo para que mulheres em situação de violência doméstica criem coragem para denunciar seus agressores. Tanto a ABU quanto o Coletivo Madás realizam atividades neste espaço; sejam reuniões dos membros, sejam desenvolvimento de atividades, rodas de conversa ou culturais. Entretanto, o terceiro bloco diz respeito a um curso e trabalho no exterior. Este é o único cartaz que diverge da lógica do restante dos cartazes que geralmente são postos no Espaço das Artes.

Figura 26 - Cartaz do Coletivo Madás



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Figura 27 - Cartaz da ABU/Publicidade



Fotógrafa: Amanda Silveira (2017).

Por acaso, na noite deste dia de observação, Ticiane¹⁵ receberia o convite para a formatura dos formandos do semestre de 2017.1, na qualidade de funcionária homenageada. A homenagem se deu na área da cantina. Após a homenagem à Ticiane, retornei ao Espaço das Artes. Lá permaneci acompanhada por amigos durante alguns minutos até que Ticiane viesse conversar com a gente. Conversamos sobre a homenagem, sobre os gatos – que estamos pensando na possibilidade e viabilidade de castração -, e ela foi aproveitar seus minutos de descanso.

Em seguida, chegaram alguns meninos na Árvore, os mesmos do grupo com o qual eu conversei na quarta-feira, meu primeiro dia de observação do espaço; são os integrantes da “cracolândia gourmet”. Alguns dos meninos estavam “filando” aula, outros não tinham aulas hoje – mas foram para a faculdade para encontrar os amigos e jogar dominó. O jogo de dominó inclusive durou algumas horas, renovando-se uma das duplas do jogo a cada rodada. Outras pessoas estiveram presentes no espaço, não necessariamente para jogar, mas para conversar com as pessoas conhecidas que lá estavam. Descobri que outro amigo também só frequenta o Espaço das Artes quando ele encontra conhecidos no local.

Por volta das 20:30h, neste mesmo dia, a gestão Mutirão do CARB (Centro Acadêmico Ruy Barbosa) iniciou sua reunião no Espaço das Artes, se concentrando na arquibancada. As pessoas, em geral, estão me sendo extremamente receptivas. As pessoas da gestão Mutirão que lá estavam me disseram que aquilo se tratava de uma reunião informal. Ainda assim, me autorizaram o registro do momento, o que demonstra mais um uso e ocupação da Árvore: reuniões de coletivos, projetos e centro acadêmico da FDUFBA. Também me chamou atenção o fato de que a reunião ocorria sob o fundo musical de uma trilha sonora de forró, em som quase que ambiente. Enquanto isso, o jogo de dominó continuava do outro lado do espaço. Até o momento em que me ausentei do local, por volta das 21:30h, tanto o jogo de dominó quanto a reunião do CARB continuavam acontecendo.

No primeiro dia da semana seguinte, fui rapidamente ao espaço no intervalo do primeiro para o segundo horário. Encontrei algumas pessoas à esquerda da Árvore, o mesmo grupo que marca presença praticamente todos os dias. Na arquibancada, estavam

¹⁵ Ticiane Silva, funcionária da cantina.

alguns alunos – homens, em sua maioria – conversando. Pelo pouco tempo que fiquei lá, não sei precisar quantos daqueles alunos estavam em intervalo de aulas, quantos não estavam em aulas e quantos estavam ausentes da aula.

A observação neste dia se iniciou a partir do terceiro horário, em razão de minhas aulas. Logo ao chegar, quatro pessoas jogavam dominó na única mesa de madeira que havia no local. O jogo durou poucos minutos - creio que eles tenham ido para a aula. Continua havendo um grupo de meninos na arquibancada e algumas pessoas estão fumando cachimbo no banco verde que se está situado um pouco distante da Árvore. Havia uma menina sozinha sentada na área do palco, comendo algo. As pessoas que não necessariamente frequentam o lugar, no geral, vem para a Árvore no intervalo das aulas para comer algo enquanto esperam o horário da próxima aula. Em algum momento, as pessoas começam a se dispersar do local; creio que estão, em sua maioria, indo para a aula, também por conta do horário (agora são 10h57min). Existem pessoas em todos os espaços da Árvore, embora poucas. São raros os momentos em que não há ninguém no local.

Também é pouca a quantidade de pessoas na cantina neste momento. Alguns professores marcam presença também neste espaço: alguns apenas quando vão se alimentar; outros efetivamente usam o espaço inclusive promovendo aulas do curso regular (ao invés de rodas de conversa e os debates).

As pessoas me viam na Árvore perguntam basicamente duas coisas: o que estou fazendo e, quando elas sabem do que se trata, como está indo minha pesquisa. No geral, senti muita receptividade em relação à minha pesquisa e o meu tema. A escolha do lugar para montar este diário de campo deve ter influência sobre este fator, por óbvio, mas, até o presente momento, nenhuma das pessoas que ocupam a Árvore e que me viram aqui estranhou ou julgou o tema da pesquisa. Creio que as pessoas deste espaço deslocado na faculdade se veem senão representadas, ao menos compreendidas a partir do objeto de pesquisa que está sendo tratado neste trabalho.

Existe um violão comunitário que foi adquirido através de doações dos próprios alunos. Este violão fica sob a guarda de Geninho¹⁶ ou Carla¹⁷, a depender de quem esteja cuidando da recepção da faculdade no dia. Este violão pode ser pego pelos alunos, com a

¹⁶ Genilson Souza, recepcionista.

¹⁷ Ana Carla Oliveira Mota, recepcionista.

assinatura de uma espécie de termo de responsabilidade (ou uma “carga” em um livro). O objeto é bastante utilizado pelos alunos no Espaço das Artes, não necessariamente para promover algum evento. Algumas pessoas estavam fazendo uso desse violão e já havia sido notado que existem algumas “figurinhas carimbadas” no Espaço das Artes: são pessoas que frequentam este lugar em qualquer dia e horário, para fazer qualquer atividade (comer, tocar violão, conversar com os amigos, se ausentar das aulas...) – inclusive eu sou uma delas.

Algumas pessoas são também assistidos do SAJU que vão para o espaço porque lá mais ventilado que a cantina da faculdade (onde a sala na qual funciona o SAJU fica localizada). Elas vão para lá para aguardar atendimento e/ou comer.

O dado curioso a respeito do Espaço das Artes é que ele congrega diversos grupos. O único padrão observado entre as pessoas que se utilizam daquele local, seja de qual forma for, é o sentimento de não-pertencimento ou de insatisfação em relação à faculdade, nos seus mais diversos aspectos. Apesar disto, o ambiente se constrói pela constituição de diversos grupos distintos, sendo que cada um dos indivíduos que compõem esses grupos significam o espaço de forma diferente. Não há, entre os outsiders, algo que os una, exceto a nítida diversidade entre eles e os estabelecidos – em questões de pertencimento, de autorreconhecimento.

Alguns professores utilizam o espaço para ministrar aulas e agendar seminários como forma avaliativa de suas disciplinas. A iniciativa é louvável, porque há uma carga simbólica em transmitir o conhecimento fora do espaço habitual. No entanto, a atitude desperta críticas tanto dos outsiders quanto dos estabelecidos: em relação ao primeiro grupo, porque costumeiramente utilizam o espaço para se ausentar das aulas, isto é encarado como uma “institucionalização da filiação de aula” por parte dos professores; em relação ao segundo grupo, o gesto é visto com deboche e desprezo, inclusive valendo-se de piadas em grupos de rede social, como se a aula perdesse sua importância apenas porque é ministrada fora do ambiente fechado (igual a suas mentes) considerado adequado por estes.

O CARB promoveu um evento intitulado “Arraiá da Diversidade”, que ocorreu a poucos dias do São João, no turno da noite. O evento contou com distribuição gratuita de comidas típicas, música ao vivo (de uma banda formada por alunos e ex-alunos da faculdade), correio do amor etc. Algumas pessoas foram à faculdade apenas para prestigiar o evento, outras se fizeram presentes nos momentos de intervalo entre as aulas,

outras desconsideraram o momento de aula para aproveitar a festa. Primeiro, um dos integrantes da atual gestão do CARB (Mutirão), L.L., conversou comigo a respeito da idealização do evento. Segundo L.L., a proposta do evento vem como parte da própria proposta política da gestão do CARB, no sentido de promover uma gestão aberta, democrática e participativa, bem como utilizar-se de um espaço considerado de resistência e de permanência para integrar a faculdade às questões sociais e aos acontecimentos internos do local. Além disto, serviu também como uma espécie de resposta às atitudes perpetradas por outras instituições da faculdade tidas como desrespeitosas, trazendo a concepção de pluralidade e diversidade que há na faculdade de direito, embora se ignore. A porta-voz do grupo de trabalho responsável estruturação do evento, M.L., também me concedeu uma entrevista para explicar de onde surgiu a ideia de montar este arraiaí e quais as demais questões envolvidas com a proposta da festa, ressaltando vários pontos que já tinham sido trazidos pelo próprio L.L.

É um evento sobretudo político e foi por isso que a gente se juntou, o pessoal do GT [grupo de trabalho], outras pessoas também que não são do GT, mas são da gestão ajudaram e aí conseguimos arrecadar. A gente já tinha um fundo reserva pra comprar as coisas, é tudo de graça ali, ninguém tá comprando nada [...] O que a gente conseguiu comprar foi tudo ali de graça e tudo sendo distribuído pra galera aqui justamente por [...] uma questão de permanecer, de estar e de existir aqui na Faculdade de Direito [...] Também porque [o Espaço das Artes] é o único espaço que dá pra fazer isso aqui, mas tem uma questão também, que é um espaço meio que de resistência da galera [...], o pessoal que é (sic) os diferentes sempre se encontram aí e a ideia era meio essa, né, o arraiaí da diversidade, onde (sic) todo mundo adora se encontrar num lugar legal da faculdade de direito e nem todos os lugares aqui são legais [...] (L.L., 2017, p. 154).

Segundo M.L., não se pensava uma relação entre o espaço da faculdade e a ciência do direito e a noção de festejo e felicidade, mas com este ambiente há uma brecha aberta para expressões artísticas e interações entre os estudantes, proporcionando contatos diversos daqueles adstritos aos trilhos da sua grade de aulas e ínfimos intervalos nos quais apenas há tempo para comprar um lanche na cantina ou uma ida ao banheiro. O Espaço das Artes permite, assim, uma revitalização que escapa à estrutura do que está fechado entre as paredes da faculdade que tanto alimenta a cultura cíclica dos chamados “rampeiros”, confinados neste espaço claustrofóbico onde se abafam as ideias e a

autenticidade dos estudantes. A iniciativa, que encontra neste espaço aberto guarida, promove uma reflexão dinâmica entre o que acontece no cotidiano dos estudantes (como o episódio ocorrido na Sala de Convivência)¹⁸ e o que acontece na atualidade, externamente às paredes atemporais da egrégia (festa junina e pautas LGBT, por exemplo). O Espaço das Artes, destarte, funciona como veículo não apenas de questões acadêmicas ou próprias dos estudantes, mas de novos moldes e possibilidades para conectar a faculdade e a realidade social, enquanto espaço público aberto que deve ser convidativo, ao passo em que o direito, historicamente, sempre foi hermético. O paradigma contra o qual um espaço que se pretende à arte se insurge é, pois, o dessa juridicidade epistemicida e esterilizada, na qual questões de diversidade e inclusão nunca encontraram cabimento; é preciso, mediante espaços como este, rever a injustiça elitista deste esquecimento.

[...] Esse evento... A gente se organizou durante a campanha pra fazer diversos eventos [...] na Faculdade de Direito. O objetivo da gente em fazer na Faculdade de Direito era pra conseguir trazer as pessoas da própria faculdade pra [...] um momento de diversão aqui mesmo porque geralmente, quando a gente pensa em festa, a gente nunca pensa na Faculdade de Direito e a gente tá tentando mudar isso um pouco. Não só em relação às festas, mas também aos projetos acadêmicos e tudo o mais a gente vai tentar realizar as coisas sempre aqui. O Espaço das Artes [foi escolhido] porque como é imaginável, claro, é o único espaço que a gente tem de interação social um pouco mais aberto, que parece menos manicômio que o resto da faculdade e que realmente atende às expectativas: tem um palco e tudo o mais, a gente infelizmente não conseguiu a luz, mas fora isso sempre dá pra (sic) as pessoas ficarem por aí. E o evento da diversidade é porque a gente sempre vai tá fazendo nossos eventos com pautas pra (sic) diversidade cultural, pras (sic) questões de opressão, tentando ao máximo rever todo o esquecimento dessas questões durante toda a história da Faculdade de Direito (M.L., 2017, p. 155/156).

¹⁸ O episódio referido foi um acontecimento que se deu na Sala de Convivência, onde supostamente dois alunos teriam ameaçado colegas componentes do Coletivo LGBT em uma reunião que estava acontecendo lá, por conta de um mal-entendido sobre a utilização do espaço e falha na comunicação entre as pessoas.

4.3 MANDEI PLANTAR FOLHAS DE SONHO: ONDE OS OUTSIDERS SE ENCONTRAM E SIGNIFICAM SEU LUGAR

Para além das constituições coletivas do *habitus*, identifiquei alguma dinâmica individual particularmente interessante no Espaço das Artes. Algo que parecia me escapar quando observado apenas a partir do conceito de *habitus*. Algo que pudesse revelar no corpo do indivíduo mais do que processos estruturais coletivos conformando identidades. Busquei daí conhecimentos da psicologia para tentar entender essas dinâmicas.

Segundo Penna (2004), a teoria psicológica formulada por Jung pode ser aplicada além do contexto clínico por via de instrumentos metodológicos qualitativos, tais quais os empregados no presente trabalho, como entrevistas, diário de campo e observação. Assim, seria possível utilizar alguns conceitos trabalhados por Carl Jung para explicar o que foi observado. Jung (2008) discute os conceitos de *persona* e o processo de individuação. *Persona* pode ser entendida enquanto mecanismo psicológico inconsciente de adaptabilidade social, na medida em que os estudantes reconhecem uma circunstância contextual na qual se sentem compelidos ou se veem assumindo posturas pressupostamente esperadas de si pela coletividade, ou as quais ao menos pareçam fazer jus a uma adequabilidade; reprodutores, neste caso, do *habitus* jurídico, ou seja, da mesma forma que o *habitus* imprime marcas nos corpos dos indivíduos, conformando-os e fazendo-os estruturar as mesmas estruturas que os estruturam, a *persona* expressa uma manifestação de adequação vinda do inconsciente coletivo e, enquanto se vale desta máscara, retroalimenta e reafirma a razão de ser do seu surgimento, é dizer, “através da *persona* o homem quer *parecer* isto ou aquilo, ou então se esconde atrás de uma ‘máscara’, ou até mesmo constrói uma *persona* definida, a modo de muralha protetora” (JUNG, 2008, p. 61). Assim, é possível vislumbrar o quanto a *persona*, no plano individual, e o *habitus*, enquanto corpo coletivo, mas estruturando a dimensão individual do sujeito, são conceitos correlatos, de afeição às dinâmicas intersubjetivas da coletividade observada.

Em outro viés, a individuação se dá no esforço consciente de despojamento da *persona* e da necessidade do artifício de mascarar-se para se adequar à expectativa do inconsciente da sociedade, ou, como afirma Jung (2008, p. 60), é o processo de “[...]”

tornar-se um ser único, na medida e que por ‘individualidade’ entendermos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável [...]”, significando, ainda, “[...] a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano; é a consideração adequada e o não esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social”. Neste sentido, o processo de individuação permite que o indivíduo ressalte suas características individuais e isto o identifica como único (JUNG, 2008). Alicerçado nesta ideia, é possível verificar no Espaço em foco um verdadeiro seio de busca e exploração do si mesmo; diante do observado pela metodologia adotada, percebe-se na prática uma miríade de sujeitos no que poderiam ser processos de individuação. Estas pessoas em estudo se “arvoram” do espaço para firmar uma autenticidade própria de uma subjetividade consciente, a busca de protagonizar um rechaço a toda simbologia arquetípica que as assombra e que a faculdade, na robustez da perpetuação do *habitus* jurídico, agiganta.

O Espaço das Artes promove a divergência da lógica do *habitus* perpetrada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e pelos seus estudantes, integrando os outsiders. Neste sentido, o outsider seria o corpo que é descorporificado, ou seja, não marcado pelo *habitus* e, por isso, ele é sujeitado pelo estabelecido, que se corporifica conformando seu corpo, ou seja, o corpo que se deixou marcar pelo *habitus*. Neste espaço que pertence e é significado pelo estabelecido, o outsider é renegado; mas, quando o outsider tem a oportunidade de construir essa heterotopia, isto é, o seu lugar porque é o lugar do outro, o lugar onde o estabelecido não deseja estar presente ou se associar – tanto espacial quanto simbolicamente -, ele se une aos demais outsiders e também significa o seu espaço como sendo dele e, para os estabelecidos, do outro. Entretanto, como os outsiders constituem aquela parcela de corpos que não foram marcados pelo *habitus*, ele é descorporificado e porque é descorporificado há a liberdade de serem constituídos vários corpos: no Espaço das Artes, não há um grupo, um só padrão, mas sim vários grupos que o formam e que significam pequenas parcelas daquele espaço de forma distinta. Essa falta de unidade, de uma única corporificação, é uma possível consequência daquele espaço ser frequentado e significado por diversas pessoas ou por pequenos grupos que não têm nada ou muito pouco em comum entre si, a não ser a diferença com o estabelecido. Logo, não é perceptível uma unidade entre os outsiders – a heterogeneidade se faz mais presente entre esses vários corpos - e é justamente isso que

os torna livres para realizarem seu processo de individuação, ou seja, esses indivíduos são livres para manifestar seus corpos desmarcados.

4.4. AS PESSOAS NO QUINTAL SÃO OCUPADAS EM VIVER

O Espaço das Artes veio como presente para mim, não só pelo aniversário, mas pelo momento: em meio a iminência de uma greve em 2015, eu já enfrentava minhas questões pessoais a respeito de continuar naquele curso. Eu não saberia dizer a toda minha família que eu iria ABANDONAR um curso de direito na federal porque eu não me identifiquei com o que encontrei lá dentro, como também não saberia dizer a mesma coisa para mim mesma.

No momento em que o Espaço das Artes foi aberto, eu comecei a frequentar aquele espaço na tentativa de me sentir mais pertencida à Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Era um espaço aberto, com árvores, próximo à cantina, com lugares até o momento suficientes para que eu pudesse fazer dali meu lugar. Ali eu estava em casa: nos outros espaços, eu me sentia invadindo a casa do meu vizinho que não fala comigo porque eu sou estranha.

Lá passaram a habitar pessoas tão estranhas quanto eu e, aos poucos, a identificação entre essas pessoas e eu foi acontecendo. Todos nós tínhamos as mesmas angústias em relação ao curso, as mesmas inquietações sobre não se encaixar (e não querer nem se diminuir sem se alargar para que isso acontecesse). De falta em falta, as pessoas ali construíram sua unidade em volta daqueles troncos singelos e se significaram junto comigo. Também essas pessoas caminharam ao meu lado até aqui, este momento no qual eu escrevo essas palavras para dizer que, não fosse este lugar, não haveria Amanda escritora de artigos para o grupo de família e constitucional e de processo civil, não haveria Amanda aprovada na Ordem dos Advogados do Brasil com opção de segunda fase em civil, não haveria, de forma alguma, nenhuma Amanda jurídica: só haveria Amanda, aquela que abandonou o curso porque não conformou seu corpo (e, particularmente, seu espírito), porque resistiu a algumas parcelas de *habitus*, porque não se adequou para exercer o direito.

Este Espaço não só foi o responsável por ressignificar minha trajetória na FDUFBA. O Espaço das Artes ressignificou a mim mesma, me permitindo a construção de uma

Amanda que não se conforma, mas também não desiste. Tanto é assim que agora concluiu a graduação, nos cinco anos que são a quantidade de tempo que supostamente seria a quantidade adequada para as pessoas concluírem (eles dizem), já aprovada na OAB, apaixonada por processo civil e com uma vontade imensa de me firmar profissionalmente usando minhas blusas com estampas engraçadas e meus brincos de unicórnios de glitter rosa – vamos construir outro *habitus*?

5 AS FOLHAS DE SONHO NO JARDIM: UMA VELHA CONCLUSÃO PARA UMA NOVA HISTÓRIA

Para elaborar o presente trabalho, iniciei a trajetória tentando investigar como se construiu o ensino jurídico no Brasil, passando pelas noções de bacharelismo e de *habitus* para, finalmente, explicar as concepções de estabelecidos e outsiders e demonstrar a heterotopia aplicada ao Espaço das Artes, também na tentativa de entender as dinâmicas que ocorrem na FDUFBA.

Enquanto aluna do curso de Direito, percebi o quanto nossa formação acadêmica é deficiente no que tange as outras áreas das ciências humanas. Apesar de constar as disciplinas de antropologia, sociologia e psicologia nas nossas grades curriculares, o fato é que não somos preparados para aplicar os conhecimentos destas matérias ao Direito e continuamos a trata-las como menos importante do que outras. O Direito ainda é mais prestigiado quando em comparação com as demais disciplinas das ciências humanas, inclusive porque pertence à “Santíssima Trindade” dos cursos de universidade (junto às engenharias e à medicina). Terminamos por nos acostumar ao isolamento de nossas ilhas jurídicas, mas, ao nos deparar com questões e problemas que o Direito não pode (ou não consegue) resolver, precisamos reconhecer que a ciência jurídica serve a determinados propósitos e não pode ser considerada como a “ciência-mãe” ou a rainha de todo o campo das humanidades. Por causa disto, obtive extrema dificuldade tanto para encarar um projeto de monografia que envereda para os lados das ciências humanas como um todo, deixando o que é jurídico em segundo plano, quanto para elaborar o presente trabalho, que só seria plenamente viabilizado a partir dos estudos destas disciplinas, ainda que estes tenham se dado de forma breve (em razão da escassez do tempo) e por vezes de maneira mais rasa do que se gostaria, já que a maioria destes temas não foram ensinados nesta graduação (ou foram ensinados no início do curso) e, por isto, não seriam compreendidos da melhor forma.

A partir das observações feitas na sala de jantar, notei que diversas pessoas ainda estão preocupadas apenas em nascer e morrer: os indivíduos estão estruturados por um *habitus* e, porque continuam reproduzindo-o, também mantêm esta estrutura na sociedade. O relevante é dedicar tempo e esforço aprendendo as mais rentáveis teorias jurídicas para aplica-las em seus futuros escritórios ou em decorar todos os dispositivos legais ainda na graduação para que o sonho da estabilidade de um concurso público os

alcance. Não há espaço para respirar os ares que não sejam das salas de aula; estas são quase sacralizadas pela maioria do corpo estudantil da FDUFBA.

Em outro lado (o de fora), vi um espaço cuja construção se deu justamente na tentativa de viabilizar a superação de formalismos hoje já considerados desnecessários. Já se compreende que o Direito não é - e não pode ser - uma ciência desvinculada das demais, bem como das próprias questões da sociedade. Também é necessário reconhecer que o ensino jurídico passou por diversas modificações ao longo do tempo, hoje servindo muito mais a ensinar àquelas camadas menos favorecidas da população que elas também têm direitos do que para manter um status social que engesse e perpetue o poder nas mãos daqueles que sempre o detiveram. Neste cenário, tem palco o Espaço das Artes, cujas significações se dão das mais diversas formas – basta depender a que plateia oferece seu *show*, meio bossa nova e *rock n' roll*.

Algumas pessoas têm pouca ou nenhuma relação com o Espaço. Em geral são pessoas que valoram o lugar de forma negativa, quase sempre o tratando como um tapete no qual as impurezas do Direito são escondidas debaixo. Ainda há uma “preocupação” no que concerne ao uso de substâncias lícitas e ilícitas nos arredores das árvores (preocupação não verificada com tanto afincio quando o contexto é de uma festa em que substâncias alcoólicas são servidas), inclusive com o uso da infeliz expressão “cracolândia gourmet” para se referir ao Espaço; expressão esta que, além de desonesta (porque não se pode comparar os horrores sofridos pelas pessoas efetivamente padecem com o vício do *crack* com alguns alunos que fumam seus cigarros de palha ou de maconha dentro de área federal entre os intervalos de suas aulas), também, se analisada sob a ótica social, dotada de racismo. São essas mesmas pessoas que observei nas minhas andarilhagens acadêmicas rechaçarem qualquer tentativa de transmissão de conhecimento que se dá fora da lógica de cadeiras em fileiras e cadernetas de chamada: aulas dadas no Espaço das Artes, por vezes, são encaradas com desprezo ou como forma de piada. Tendo a acreditar que são também pessoas que pouco frequentam os eventos que são realizados no local, talvez por ausência de tempo, talvez porque assim de fato desejam.

Outras pessoas não mantêm qualquer vínculo com o local porque não se sentem pertencidas ou com ele não se identificam. Não podemos esperar que absolutamente todos os estudantes da FDUFBA disponham de tempo e energia (principal justificativa para ausência destes em alguns espaços e eventos da faculdade) para cumprir suas próprias demandas, quanto mais para permanecer naquele espaço. Da mesma forma, não é possível

crer que as pessoas devem gostar do local apenas porque outras pessoas gostam ou se sentem por ele acolhidas. O Espaço das Artes pode também se firmar como espaço excludente na medida em que se estabelece como “do outro” e, desta forma, se transforma, ao menos a um primeiro olhar, em não convidativo para os demais indivíduos.

Entre os que fazem e aplaudem de pé o espetáculo, me incluo. Por diversas razões, este é o Espaço que agrega pessoas com objetivos tão diversos quanto suas origens. A *Árvore* concentra pessoas com o *habitus* jurídico bem demarcados, mas não por isto se deixam ser levados pela corrente da soberba jurídica. Existem, ainda, alunos cuja opção de curso só foi percebida como equivocada depois do ingresso; apesar disto, resistem a um ambiente que lhes são tóxicos também porque a *Árvore* ali está para lhes acolher quando é necessário e porque também, a esta altura, não saberiam (ou têm medo de) recomeçar em outros espaços ou são pressionados pela família a continuar. Há também aqueles alunos que se identificam com o curso e com escolhas profissionais, mas entendem que a pressão acadêmica é forte e utilizam o local como sua válvula de escape; bem como existem aqueles alunos que se sentem pertencidos no local dos estabelecidos e, ainda assim, vão ao ambiente d’*Árvore* apenas porque lá se sentem mais que convidados – se sentem parte da atração. Os estabelecidos que traem o simbolismo do *habitus* e encontram abrigo no peito deste traidor, deste espaço divergente.

Concluí também das minhas observações que o Espaço das Artes ao mesmo tempo em que serve como uma heterotopia dentro da Faculdade de Direito enquanto instituição – congregando os diversos *outsiders*, que entre si compartilham o distanciamento dos *habitus* jurídico - serve como um refúgio, um lugar de escape. Um espaço onde o outro – escondido dos olhares disciplinadores dos estabelecidos; indiferentes às tecnologias disciplinares da chamada e das aulas asseverantes; distante da rampa normalizadora – pode buscar o encontro consigo mesmo, transformando profundamente a experiência acadêmica destes estudantes. A Universidade – que para muitos destes *outsiders* antes dos espaços das artes não passava de um fétido mecanismo de mortificação do eu - passa a possibilitar uma incrível possibilidade de emancipação e realização do *self*.

A razão de elaboração desta monografia é a existência do Espaço das Artes. Este se tornou o meu palco, lugar no qual eu faço minhas atrações e me relaciono com os atores de meu espetáculo. É o local onde eu me sinto em casa; na *Árvore*, não sou *outsider*, não sou parte “do outro”. O Espaço faz com que as angústias a respeito da *Egrégia* e do curso, do futuro e tudo mais, sentidas por tantos alunos, sejam dissipadas por alguns instantes,

porque encontrar em alguém o que reflete em nós é a certeza de que estamos no caminho certo para modificar as coisas e estar num local em que se respira o ar fresco e puro de uma nova teoria nos leva a ter força para continuar. O que não nos incomoda não pode merecer a nossa atenção. A Árvore é, então, onde encontrei meu palco para cantar minha canção iluminada de sol, onde plantei minhas sementes. Que essas folhas de sonho sejam sementes a germinar uma nova história.

REFERÊNCIAS.

ALAMI, Sophie. **Os métodos qualitativos** / Sophie Alami, Dominique Desjeux, Isabelle Garabuau-Moussaoui; tradução de Luis Alberto S. Peretti. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante** / Michael Angrosino ; tradução José Fonseca ; consultoria, supervisão e revisão desta edição Barbado Lewgoy. – Porto Alegre : Artmed, 2009. 138 p. ; 23 cm. – (Coleção Pesquisa qualitativa / coordenada por Uwe Flick).

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de. et. al. **Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde**. Rev. Bras. Pesq. Saúde, Vitória, 15(3): 53-61, jul-set, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/6326/4660>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

ARCHÉ. **Dicionário Informal Online**. 17 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/arch%C3%A9/12362/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BARÃO VERMELHO. Bete Balanço. **Maior Abandonado**. Rio de Janeiro, SOM LIVRE, 1984. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/cazuza/1196173/>>. Acesso em 22 ago. 2017.

BITTENCOURT, Luciana. **A fotografia como instrumento etnográfico**. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1992/anuario92_lucianabittencourt.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Coleção coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

_____. **Pierre Bourdieu : sociologia** / organizador [da coletânea] Renato Ortiz ; [tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi]. – São Paulo : Ática, 1983.

BRASIL, Lei de 11 de agosto de 1827. **Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-11-08-1827.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

_____. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. **Reorganiza o ensino secundário e o superior na República**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Lei nº 3.038, de 19 de dezembro de 1956. **Federaliza as Faculdades de Direito de Santa Catarina e da Bahia e subvenciona a Faculdade de Direito de Sergipe**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3038.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BUSIQUIA, Thais Seravali Munhoz Arroyo; MUNEKATA, Larissa Yukie Couto. **Retrospectiva Histórica do Ensino Jurídico no Brasil Durante a República Velha**. Revista de Pesquisa e Educação Jurídica, v. 1, n. 1, p. 212-238, 2015.

CASANOVA, José Luís. **Uma avaliação conceptual do habitus**. Sociologia – Problemas e Práticas. Nº 18, 1995, pp. 45-68. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/889/1/4.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CASTRO, Celso Luiz Braga de. Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 15 ago. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “G” desta monografia]

CAZUZA. Faz Parte do Meu Show. **Ideologia**. Rio de Janeiro. Philips. 1988.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Zahar, 2000.

FERREIRA, Luciene Braz; TORRECILHA, Nara. MACHADO, Samara Haddad Simões. **A técnica da observação em estudos da administração**. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro / RJ. 22 a 26 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EPQ482.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel Power. The Essential Works 3. Edited by James D. Faubion. Disponível em: <http://www.mara-stream.org/wp-content/uploads/2011/11/Foucault_Space-Knowledge-Power.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. De outros espaços. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Ditos e Escritos vol III**, 2001. Disponível em: <http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Exame de Ordem em Números**. Vol. II. Rio de Janeiro : FGV Projetos. 2014. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/relatorio_2_edicao_final.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

G.L.. Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 10 ago. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” desta monografia]

HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1902-1982. **Raízes do Brasil** / Sérgio Buarque de Holanda. – 26. ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

I.A..Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 10 ago. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” desta monografia]

INSTITUTO LUIZ GAMA. **Quem foi Luiz Gama?** Disponível em: <http://institutoluizgama.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=6&Itemid=41>. Acesso em: 19 ago. 2017.

JUNG, Carl Gustav, 1875-1961. **O Eu e o inconsciente**; tradução de Dora Ferreira da Silva. 21. ed. – Petrópolis, Vozes, 2008. (Obras completas de C.G. Jung; v. 7, t. 2). 176p.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho, 1957 - **Faculdades de direito ou fábricas de ilusões?** / Eliane Botelho Junqueira. – Rio de Janeiro : IDES : Letra Capital, 1999. 256 p. 14x21cm.

KOZIMA, José Wanderley. Instituições, retórica e o bacharelismo no Brasil. In: WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). **Fundamentos de História do Direito**. 3.ed 2 tr. rev. e ampl. - Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 311-330.

L.L. Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 19 jun. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “E” desta monografia]

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. **A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem**. R. gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 130-142, 1999. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23461/000265980.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LIMA, Roberto Kant de. **Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada**. Coleção Conflitos, Direitos e Culturas. Coordenadores: Roberto Kant de Lima e Michel Misse. Editora Lumem Juris : Rio de Janeiro, 2008.

M.L. Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 19 jun. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “F” desta monografia]

M.S.. Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 09 ago. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “C” desta monografia]

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. **Habitus e Corpo Social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu**. Movimento, v. 17, n. 1, p. 281, 2011.

MESTRE. **Dicionário Online de Português**. 17 jul. 2017. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/mestre/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MODESTO, George Frago. **Bacharéis, mestres e doutores em Direito** / George Frago Modesto. 2ª ed. atualizada. – Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1996. 250 p.

MORENO, Cláudio. **A Origem de Doutor**. Sua Língua. Disponível em: <<http://sualingua.com.br/2009/04/29/a-origem-de-doutor/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

NEIBURG, Frederico. Apresentação. In: ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Zahar, 2000.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. **Os "doutores" da federação**. Revista de Sociologia e Política, v. 20, n. 41, p. 171, 2012.

OS MUTANTES, Panis Et Circenses. **Tropicália ou Panis Et Circenses**. São Paulo, 1968. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mutantes/47544/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

PENNA, Eloisa M. D. **O Paradigma Junguiano no Contexto da Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. Artigo baseado em trabalho apresentado no III Congresso Latino-americano de Psicologia Junguiana, em Salvador, em 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n3/v16n3a05>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

PEREIRA, Beatriz Patriota. **Subjetividade, poder e estruturação: Elias, Foucault e Bourdieu**. Sem Aspas, v. 5, 2017.

PROENÇA, Wander de Lara. **O método da observação participante: contribuições e aplicabilidades para pesquisas no campo religioso brasileiro**. Revista Aulas. ISSN 1981-1225. Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

R.S.. Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 07 ago. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “D” desta monografia]

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Faculdade de Direito da Bahia: processo histórico e agentes de criação da Faculdade Livre no final do século XIX** / por Julio Cesar de Sá da Rocha. – Salvador : Fundação Faculdade de Direito da Bahia, 2015. 72 p.

SANTIN, Janaína Rigo; TOFFOLO, Eliane. **Bacharelismo e Relações de Poder: análise crítica das instituições jurídicas e políticas brasileiras**. V Encontro Internacional do CONPEDI Montevideu – Uruguai. História do Direito. Coordenadores: Janaína Rigo Santin, María Rosario Lezama Fraga. – Florianópolis: CONPEDI, 2016. P. 68-83.

Sergio Fabris, 1986. p. 147.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 202 n° 20. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SILVA, Marcelo Moraes e; CAPRARO, André Mendes; SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **Nobert Elias e Michel Foucault – apontamentos para uma tematização relacional da noção de poder**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.254-275, Jan./Jun. 2014.

SIQUEIRA, Julio Pinheiro Faro Homem de. **Ensino Jurídico: em busca do habitus de transformação**. Revista de Direito Educacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SOUZA, Edilson Fernandes de; DO ESPORTE, Laboratório de Sociologia. **CORPO E ETNICIDADE: Os aspectos limítrofes do habitus e os contornos identitários**. IX Simpósio Internacional de Processo Civilizador. Tecnologia e Civilização Ponta Grossa, Paraná. 2005. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa_debates/art7.pdf >. Acesso em: 27 ago. 2017.

SOUZA, Mônica Teresa Costa; ROCHA, Felipe José Nunes. **Do bacharelismo tradicional ao bacharelismo do século XXI: a deselitização da graduação em direito e o agravamento da crise do ensino jurídico no Brasil**. Arquivo Jurídico – ISSN 2317-918X – Teresina-PI – v. 3 – n. 1 – p. 79-104. Jan./Jun. de 2016.

STOLZE, Cristina. Entrevista concedida à Amanda da Silveira Mota. Salvador, 15 ago. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “H” desta monografia]

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Sobre espaço público e heterotopia**. Geosul, v. 24, n. 48, p. 7-26, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2009v24n48p7/12279>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo** (150 aos de Ensino Jurídico no Brasil). 2ª Ed. Editora Perspectiva. São Paulo, 1982. 376 p.

WAQUANT, Loic. **Esclarecer o Habitus**. Educação & Linguagem. Ano 10, nº 16, 63-71, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/2014-07-19-06-15-59/471-el/v10n16/3753-esclarecer-o-habitus.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

APÊNDICE A – Entrevista com G.L.

E: primeiro você me diz seu nome completo e o semestre...

G.L.: G.L..... nono semestre

E: G.L. você costuma frequentar o Espaço das Artes?

G.L.: não.

E: por quê?

G.L.: acho que é mais falta de tempo... porque meu espa/ meu tempo é muito curto em geral... e na faculdade também... então eu tenho que aproveitar o máximo ele e aí acaba que eu não fico tipo horários vagos na faculdade sem fazer nada, ou eu tô em aula ou eu tô indo embora, nesse momento da minha vida...

E: sim entendo...

G.L.: que tipo... antes/ quando eu era mais novo e passava mais tempo na faculdade de bobeira não existia ainda o Espaço das Artes

E: sim... e você costuma passar quantas horas por dia na faculdade?

G.L.: é::: média de dois/ duas aulas por dia... segunda à quinta... só... quando eu venho...

E: certo é::... como é que você enxerga o Espaço das Artes e as pessoas que ocupam aquele espaço?

G.L.: é... o Espaço das Artes em si eu achei uma GRANDE conquista da faculdade... ok? e as pessoas que frequentam o Espaço das Artes... às vezes eu vejo muito as pessoas em horário de aula no... no Espaço das Artes então a impressão que me passa é que são pessoas que não frequentam tanto as aulas

E: sim... certo.... xô eu te fazer outra pergunta... você já desenvolveu pesquisa na faculdade?

G.L.: meu::... minha oportunidade de pesquisa foi bem curta e não tão dedicada que foi o grupo de pesquisa de família¹⁹

¹⁹ O estudante se refere ao grupo “A Construção Constitucional do Conceito de Família”, coordenado pelos professores Gabriel Marques, Pablo Stolze, Salomão Viana e João Monteiro.

E: certo... é:: você participa de algum projeto de extensão na faculdade?

G.L.: hoje em dia eu participo do NCI... já há:: mais de um ano... já participei do SAJU... e só....

E: NCI e SAJU?

G.L.: NCI e SAJU

E: é atividade de monitoria você já realizou?

G.L.: já/ fui monitor de direito penal I com a professora Juliana Damasceno

E: foi quanto tempo que você foi monitor?

G.L.: um semestre

E: um semestre? certo

G.L.: dois mil e quinze ponto um

E: certo você realiza ou já realizou algum estágio jurídico?

G.L.: realizo... sim... é...

E: nesse/ é o que? escritório, MPE, MPT?

G.L.: comecei estagiando na AGU... durante... um ano... um pouco menos depois Ministério Público do Estado da Bahia e hoje em dia estagio em escritório

E: certo... nesse escritório que cê:: estagia é:: você é obrigado a usar roupa social ou terno e gravata?

G.L.: a gente não é obrigado a usar terno e gravata... em geral... o:: a política do escritório quanto à roupa é mais tranquila... a regra do escritório é essa aqui que eu tô usando que é camisa social calça social e sapato social mas sem exigência de terno e gravata... esporadicamente as pessoas vão de calça jeans... quando necessário... os advogados em si muitos vão de gola polo os estagiários que se reservam mais... a ir de roupa soci/ de camisa social... é:: eu acho que seria mal visto eu começar a ir de gola polo... e quando tem alguma coisa específica no escritório por exemplo a visita de algum cliente importante... algum tipo de evento... eles pedem especificamente para a gente colocar... uma roupa mais formal que seria para os homens o terno e a gravata

E: certo... nesse estágio as pessoas costumam chamar você de “doutor” ou você precisa chamar seus chefes de “doutor”?

G.L.: não

E: não tem? e o que é que você pensa em relação ao uso desse pronome?

G.L.: acho completamente desnecessário... acho que:: deixa o ambiente de trabalho... mais formal de um modo não produtivo né porque existem formalidades que são produtivas na minha opinião mas essa formalidade em específico acho que não ajuda... e pelo contrário atrapalha porque acaba afastando as pessoas... e criando... certos tipos de barreiras que prejudicam o trabalho... além da própria relação entre as pessoas...

E: sim...

G.L.: são dois prejuízos diferentes né... o prejuízo da relação entre as pessoas que ficam mais afastadas e... não cria um clima legal e o prejuízo para o próprio trabalho...

E: entendo... é:: quando você concluir a graduação você pretende seguir alguma carreira... jurídica?

G.L.: penso em fazer concurso...

E: concurso?

G.L.: pra juiz...

E: pra juiz?

G.L.: isso... estadual...

E: nossa... no seu tempo de lazer se você tiver algum o que que você costuma fazer?

G.L.: ah no meu pouco tempo de lazer... eu costume... ou sair com meus amigos... para barzinho... ou ficar em casa mesmo...

E: certo...

G.L.: de bobeira...

E: é faltam duas perguntas... em relação à faculdade de direito da UFBA qual seu sentimento... sobre ela?

G.L.: velho eu gosto muito daqui eu tenho um sentimento de pertencimento muito grande... apesar de que eu acho que esse não é um sentimento... geral das pessoas a impressão que me passa é que a galera não tem... essa proximidade com a faculdade mas a minha relação com a faculdade é essa

E: certo... é e sobre os eventos que existem na faculdade que as pessoas promovem assim palestras e rodas de conversa você costuma frequentar?

G.L.: eu tento ao máximo frequentar... mas:: não consigo na maioria das vezes... alguns eventos por exemplo semana passada teve um evento de teoria geral do processo organizado pelo CARB que eu tive muita vontade de vir mas eu não tive condições... entendeu... porque tipo assim... acho que esses eventos são muito importantes mas nem sempre tenho condições de vir e acho que a impressão que eu tenho desses eventos em geral é que eles não são prestigiados... pelos alunos... acho que os alunos vão quando... o professor dá ponto extra... sacou... o que eu acho um absurdo porque eu acho que o principal da faculdade sacou a cereja do bolo o que a faculdade pode oferecer de diferencial para as pessoas... além tipo assim porque a sala de aula é bê-á-bá né cê consegue ver no livro se você quiser chegar em casa... e esses eventos que são uma parada mais aprofundada... uma coisa assim... de mais qualidade... as pessoas daqui não costumam frequentar e muitas vezes... é:: os eventos são mais frequentados de pessoas de fora da faculdade do que da própria faculdade teve um evento de processo coletivo aqui mês passado mesmo que grande parte do público foi da Ruy Barbosa ao invés de pessoas da faculdade sacou... com professor de fora parada barril assim... e os alunos não prestigiam...

E: pesado... difícil... mas cê::... no caso... no seu caso né que você estava falando que você tem pouco tempo livre e tal... isso seria mais associado ao seu pouco tempo livre né?

G.L.: oi?

E: no caso... no seu caso... você me disse que você tem pouco tempo livre...

G.L.: isso

E: então isso prejudica a sua frequência nos eventos porquê::...

G.L.: sim...

E: porque por exemplo você tem uma rotina muito apertada?

G.L.: exato

E: entendo... pronto então tá bom, vou parar

APÊNDICE B – Entrevista com I.A.

E: ô... cê fala primeiro o seu nome completo e seu semestre...

I.A.: IA nono semestre...

E: a minha primeira pergunta é você costuma frequentar o Espaço das Artes?

I.A.: não...

E: não não costuma né... certo... e quais espaços que você costuma frequentar da faculdade?

I.A.: cantina sala de aula e biblioteca.

E: certo... é por que esses espaços?

I.A.: é cantina pra alimentação sala de aula pra assistir aula e a biblioteca normalmente pra:: pegar livro de consulta não estudo lá não

E: certo... e você costuma passar quantos dias/ quantas horas por dia desculpa na faculdade?

I.A.: só o período de aula que é geralmente a manhã inteira

E: certo... é...

I.A.: ai nesse semestre... terça e quinta só o primeiro horário/ só os dois primeiros horários e sexta só o primeiro horário...

E: aí no caso o seu horário na faculdade é restrito aos momentos que você tem aula?

I.A.: é exato

E: certo... é:: como você enxerga o Espaço das Artes e as pessoas que ocupam aquele espaço?

I.A.: eu não costumo frequentar não aí eu nem faço juízo de valores

E: certo... você já desenvolveu pesquisa na faculdade?

I.A.: é:: eu já fiz um artigo por conta própria e já participei de um grupo de pesquisa...

E: certo que grupo de pesquisa era?

I.A.: foi de Direitos Humanos e Direito Financeiro com Harrison²⁰

E: certo... é:: você participa de algum projeto de extensão na faculdade?

I.A.: participei do:: da ADV Jr.²¹ mas já saí e... eu faço monitoria não sei se enquadra como extensão...

E: é conta que é a próxima pergunta na verdade se você exerce alguma atividade de monitoria

I.A.: sim

E: de que?

I.A.: Direito Civil II

E: quem é o professor?

I.A.: com Cristiana Santos

E: certo é... você realiza ou já realizou alguém estágio jurídico?

I.A.: já... é realizo até hoje... sempre estagiei em estágio de advocacia... desde janeiro de 2014

E: certo é... nesse escritório de advocacia que você estagia como é... o... a questão do uso da roupa social? você precisa ir vestido de roupa social pra atuar no seu estágio? é uma exigência do seu escritório?

I.A.: é exigência a roupa social... mas é bem mais tranquilo que os outros escritórios... você não precisa usar nem gravata nem... nem terno

E: você já sabe se pretende seguir alguma carreira jurídica quando você concluir a graduação?

I.A.: sim advocacia

E: você pretende advogar né no caso? Beleza... fora da faculdade no seu tempo de lazer o que você costuma fazer?

I.A.: não tenho muito tempo de lazer... mas é... eu saio com minha namorada vou pra praia e... algum bar de noite, bares...

²⁰ Harrison Ferreira Leite, professor da casa.

²¹ Advocacia Júnior, projeto de extensão da FDUFBA.

E: sim nesse escritório que você estava me falando que você estagia você precisa chamar o seu chefe de doutor?

I.A.: não

E: as pessoas te chamam de doutor... lá?

I.A.: não... pelo apelido

E: cê... cê tipo... vê isso como... alguma necessidade? você concorda com o uso do pronome?

I.A.: não não acho necessário não por que o respeito continua

E: entendo... pera aí que eu tenho mais duas perguntas aqui... sobre a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia o que que você pensa a respeito dela?

I.A.: eu acho que tem bons professores tem pequenas falhas estruturais mas em geral eu considero ela uma boa faculdade

E: uma boa faculdade? Certo... e sobre os eventos que a faculdade realiza você costuma participar? das palestras e:::... rodas de conversa...

I.A.: eu gostaria de participar mais mas... eu diria eu participo pouco... mas também por que eu acho que muitos evento são no horário da aula aí eu geralmente prefiro não perder o conteúdo da aula...

E: sim você vai pra todas aulas... e....

I.A.: isso...

E: todos os horários e tal... você fica muito preocupado em responder chamada... ou estar presente pra anotar todas as aulas...?

I.A.: minha preocupação nunca foi muito de chamada não... eu gosto mesmo de ir pras aulas que:: que eu acho que são úteis mesmo... e aí gosto de estar presente do início ao fim

E: pronto então tá bom é só isso I.A... obrigada

I.A.: nada...

APÊNDICE C – Entrevista com M.S.

E: tá... ai você fala seu nome completo e o seu semestre...

M.S.: M.S. quinto semestre...

E: ok... M.S. você costuma frequentar o Espaço das Artes?

M.S.: sim...

E: por quê?

M.S.: é::: um lugar na faculdade em que eu me sinto... eu não sei eu não sinto tanta pressão aqui... é como se:: fosse um alívio para todo o:: estresse que a faculdade coloca nos seus ombros

E: certo... e o que você faz quando você está espaço?

M.S.: eu:: na maior parte do tempo... simplesmente fico aqui conversando fumando cigarro e... jogo dominó enfim... é um momento de descontração no meio do dia...

E: certo... e nesse meio do dia que você fala geralmente quais são os dias e horários em que você está frequentando o Espaço das Artes?

M.S.: eu encontro uma forma de estar aqui pelo menos... uma vez por dia todos os dias que eu posso que eu tô na faculdade eu eu... acho que o primeiro lugar que eu venho da faculdade é aqui...

E: certo... é::: como é que você enxerga esse espaço e as pessoas que ocupam esse espaço?

M.S.: assim eu acredito que é como se fosse uma... extensão DA Universidade Federal da Bahia não da Faculdade de Direito porque as pessoas aqui são::... é... não são/ digamos assim homogêneas como no curso de direito não é... eu acredito que aqui você tem muito um padrão de pessoa e a Árvore foge desse padrão... ela se distancia... desse padrão que:: a própria pressão do curso coloca na gente...

E: qual seria esse padrão que você identifica?

M.S.: hm... pessoas provenientes de mesmos colégios particulares... é mesma classe social... poder aquisitivo similar... e:: aqui na Árvore você tem de tudo... você tem gente de... tudo que é lugar inclusive de outros cursos...

E: certo... quantas horas por dia você passa na faculdade?

M.S.: caraca eu... via de regra chego aqui seis e meia da manhã e saio doze e meia...

E: doze e meia?

M.S.: então seria o que? sete oito nove dez onze doze... seis horas e meia seis horas por dia...

E: você desenvolveu pesquisa já na faculdade?

M.S.: sim sim

E: com quem e como foi? me conte essa experiência

M.S.: pesquisa dentro de projetos de extensão certo... e até para escrever artigo eu desenvolvi pesquisa junto com o professor João Glicério e junto com outros colegas... certo... para publicação de artigo foi basicamente isso...

E: e você falou que você desenvolveu pesquisa para um projeto de extensão...

M.S.: isso...

E: qual foi esse projeto de extensão?

M.S.: então... eu:: na faculdade fiz parte do SAJU durante um ano e meio onde fui coordenador... e fiz/ faço parte atualmente do NCI... certo... o NCI eu desenvolvi muita pesquisa dentro e participei inclusive de competições e tudo...

E: certo... atividade de monitoria na faculdade você já realizou?

M.S.: não realizei mas o interesse não falta... eu não participei de uma monitoria por motivos alheios à minha vontade...

E: certo... e você realiza ou já realizou algum estágio?

M.S.: sim sim mais de um eu trabalhei eu estagiei durante um ano na Defensoria Pública... na 2ª Vara de Tóxicos e... atualmente eu estagio em um escritório de um professor daqui da faculdade...

E: certo... e você pretende seguir alguma carreira jurídica quando você concluir sua graduação?

M.S.: pretendo advogar inicialmente é::... mas depois disso eu pretendo fazer:: concurso para diplomacia

E: para diplomacia?

M.S.: isso para diplomacia... o sonho da minha vida é ser diplomata ((risos))

E: certo... e fora da faculdade no seu tempo livre o que você costuma fazer?

M.S.: assim... eu não encontro muito tempo livre fora da faculdade... eu:: tenho uma rotina bem apertada com os projetos o projeto de extensão... com o estágio que são seis horas então... o tempo livre que eu tenho na verdade eu utilizo para estudar e:: em algum momento ou outro relaxar da forma que eu encontrar nem que seja ficar em casa... e assistir alguma coisa ou:: sair nem que seja só um dia

E: sim agora:: me diz uma coisa você concorda com o pronome de tratamento 'doutor' que as pessoas dão aos profissionais do direito?

M.S.: então... eu acredito que é muito mais um:: uma questão de respeito e:: construção histórica do que o::... uma::... do que uma necessidade em si eu acredito que se você chama... como uma forma de respeito você não tem problema nenhum com isso é uma forma comum que as pessoas se referem mas... eu não acredito que você tenha que exigir ser chamado de doutor... eu acredito que isso beira o absurdo...

E: entendo e seu sentimento em relação à faculdade? você mencionou algumas vezes aqui durante a entrevista sobre a PRESSÃO do curso sobre a PRESSÃO da faculdade...

M.S.: isso...

E: qual seria esse sentimento pela faculdade?

M.S.: eu gosto muito da faculdade... do curso... assim... mas... eu acredito que a forma com que ele tá estruturado e a forma com o que você é forçado a levar o curso durante a graduação é uma forma que te PRENDE muito e te pressiona muito tanto pela postura de alguns professores como pela forma como você tem que estruturar sua grade... pela forma como que... você tem que pegar as matérias certo... - porque agora com as resoluções e tudo essa questão de critério de semestralização e tudo²² você prejudica muitos alunos com isso - e tudo gera uma pressão que eu acho que de certa forma é até desnecessária... você não tem liberdade para construir um curso da forma que você...

²² Aqui, o entrevistado faz referência ao termo firmado pela FDUFBA com o Ministério da Educação, termo este que reduziu o módulo de alunos por disciplina de 60 (sessenta) para 45 (quarenta e cinco), e também mudou os critérios de matrícula nas disciplinas, passando a priorizar o critério da semestralidade em detrimento da antiguidade.

que... assim... da forma com que você quer trabalhar da forma com que fica melhor para você estudar sabe?

E: entendo... em relação aos eventos da faculdade você costuma frequentar assim as palestras ou os eventos que são feitos no Espaço das Artes?

M.S.: assim é::... tudo aquilo que o tempo permite e que eu tenho o mínimo de interesse sim eu participei de muitos eventos na faculdade já inclusive ajudei a organizar alguns... mas:: é isso...

E: e eventos que acontecem no Espaço das Artes? porque teve o arraiá da diversidade teve o caruru...

M.S.: eu tive eu tive presente no caruru e estive presente na em algumas rodas de discussões do::... é promovidas por pessoas independentes do próprio Espaço das Artes, de discussão de combate ao racismo e combate às drogas... mas gostaria de participar mais o problema é a questão do tempo mesmo... ((rindo))

E: é e fora essas perguntas que eu te fiz existe mais alguma coisa que você queria pontuar sobre a faculdade ou sobre o espaço... sobre sua rotina de estágio...?

M.S.: olha eu acredito que eu diluí bem durante as perguntas até respondi além do que é perguntando... espero que você não zere minha questão por causa disso fugir da resposta ((brinca)) mas:: é isso...

E: Ah então tá bom obrigada...

APÊNDICE D – Entrevista com R.S.

RS.: o nome é completo?

E: é

R.S.: R.S. vinte e um anos aquariano... quarto semestre...

E: você tá no quarto semestre?

R.S.: é né... dois mil e quinze dois

E: mas é semes/ você está semestralizado? você tá dessemestralizado e na equivalência você tá no quarto semestre?

R.S.: eu to semestralizado... eu acho que eu tô... porque... eu nunca perdi matéria nenhuma só que esse semestres ao invés de pegar Filosofia... eu peguei uma optativa... a minha carga horaria tá normal tá tudo normal...

E: então você ta semestralizado... tá...

E: aí eu vou te perguntar... você costuma frequentar o Espaço das Artes?

R.S.: às vezes

E: por que às vezes?

R.S.: quando o professor começa a falar merda na aula... aí a gente não é obrigado aí a gente e desce respira um pouquinho e volta pra aula..

E: o que seria esse falar merda?

R.S.: começa a fazer discurso machistas... meritocratas... aí a gente não é obrigado a suportar isso...

E: e é só para isso que frequenta esse espaço? tipo... momentos de... de aula em que o professor faz um discurso que lhe desagrada?

R.S.: basicamente... e nos intervalos entre aulas

E: e o que você faz quando você está nesse espaço?

R.S.: eu sento e converso um pouquinho com as pessoas que estão lá ((risos))

E: e aí os dias e horários em que você está nesse espaço são dias e horários...

R.S.: de aula normalmente aqui na faculdade... eu passo lá eu estou aqui na faculdade sempre de segunda a quinta das sete às doze e meia... aí em algum período curto eu passo lá no Espaço das Artes...

E: e você só vai para lá para conversar com as pessoas?

R.S.: é... eu não fumo...

E: assim existem outras atividades que você realiza... lá nesse espaço?

R.S.: não

E: só...

R.S.: é...

E: conversar com as pessoas?

R.S.: eu acho inclusive que poderia ter aula lá... Ponciano já fez isso... mas eu não sou aluno dele...

E: é:: você costuma frequentar os eventos que tem no Espaço das Artes? porque teve o arraiá da diversidade um pouco antes do São João o caruru também...

R.S.: não

E: não frequentou os eventos?

R.S.: não... porque:: são em horários em que eu não estou na faculdade... uma vez teve alguma coisa das Madás²³ que tinha gente recitando poesia... só que eu fui completamente aleatório... eu desci - porque tinha o professor estava falando merda – eu desci pra ir lá e quando cheguei lá tinha Madás recitando poesia eu pensei ‘gente eu vou ficar é aqui viu

E: sim... é:: em relação ao Espaço das Artes e as pessoas que frequentam - porque você me disse que desce geralmente quando o professor está fazendo algum discurso que lhe desagrada aí você desce conversa com as pessoas do espaço respira um pouco e volta para a sala - em relação a isso como é que você enxerga o espaço e as pessoas que ocupam aquele espaço?

R.S.: como eu enxergo o espaço e as pessoas que ocupam o espaço em relação ao motivo de eu descer para o espaço... é um ambiente... eu acho que... de descontração né?

²³ Coletivo Madás, coletivo feminista da FDUFBa.

pra... as pessoas estão ali para descontraí... liberar as energias ruins que a gente vai recebendo dessa faculdade em todos os dias todas as horas todos os momentos e ali a gente encontra a pessoa que tá... como diz Freddie²⁴ lá a gente encontra pessoas que são corolários da gente para sofrer um pouco junto...

E: entendo aí você me disse que fica a manhã inteira?

R.S.: é...

E: de sete às doze e meia?

R.S.: é...

E: é aí você almoça e vai para o estágio

R.S.: exatamente

E: você já fez pesquisa aqui na faculdade?

R.S.: não

E: não desenvolveu nenhum projeto... não entrou em nenhum grupo de pesquisa nada?

R.S.: eu entrei no grupo de Freddie/ Freddie não no outro – como é o nome do homem gente? - Saulo²⁵ que é uma pessoa muito democrática você se inscreve passa e entra achei incrível... assim formidável eu comecei a admirar muito ele... só que é um saco análise econômica do direito... e as reuniões são aos sábados então eu não venho... aí penso tô pensando se eu escrevo e mando o artigo ou não e agora na optativa que eu peguei educacional Batista²⁶ tá obrigando a gente a escrever um artigo aí é a primeira vez que eu estou tendo algum contato com isso... aqui na faculdade...

E: mas aí no caso não é projeto de extensão é uma matéria optativa que você teve que pegar....

R.S.: é

E: e aí você optou por educacional com Batista Neves?

R.S.: é e aí a gente tem que escrever um artigo mas não é extensão nenhuma

²⁴ Freddie Souza Didier Júnior, professor da casa.

²⁵ Saulo Casali Bahia, professor da casa.

²⁶ André Luiz Batista Neves, professor da casa.

E: entendo... atividade de monitoria na faculdade você já realizou?

R.S.: não

E: nenhuma né?

R.S.: já me inscrevi na monitoria para fazer a prova mas eu nem vim fazer a prova...

E: era que monitoria?

R.S.: me inscrevi no de fundamentais com Calmon mas ele remarcou a prova três vezes... e aí eu desisti... depois inscrevi na de penal com Selma a prova era numa sexta mas aí ela remarcou para o sábado e eu não vim... e fiz uma de penal com Daniela Portugal que eu não passei...

E: entendo... é:: você faz ou já fez estágio em algum órgão... jurídico... assim escritório ou Ministério Público ou Defensoria Pública qualquer coisa desse tipo?

R.S.: eu estagio em escritório

E: tem quanto tempo que você estagia nesse escritório?

R.S.: tem um mês eu recebi a minha primeira bolsa essa semana

E: e antes desse escritório você estagiava em algum outro lugar?

R.S.: não jamais estagiei

E: é o seu primeiro estágio?

R.S.: é

E: você quer seguir pretende seguir alguma carreira jurídica quando terminara graduação?

R.S.: eu não sei... eu sou uma pessoa um tanto versátil e eclética então eu não tenho a mínima ideia do que eu quero fazer de minha vida...

E: mas você está aberto às possibilidades que o direito lhe oferece... assim no caso?

R.S.: é

E: certo... é:: fora da faculdade no seu tempo livre o que você costuma fazer?

R.S.: eu moro com meu pai... então normalmente eu vou para a casa de minha mãe... ((rindo)) é uma das coisas que eu mais faço mas... eu vou pra praia pra cinema... artes em

geral eu gosto muito eu não sou fã da Dinha²⁷ não gosto da Dinha... não da mulher do espaço que as pessoas fazem “vamos para a Dinha?” e eu faço “vão se foderem”... não suporto a Dinha ai eu faço o que... não gosto de shopping também - sou muito chato viu- aí é cinema principalmente cinema de arte show eu gosto muito de show... sou viciado em show... viciado... e ler e praia... e eu jogo tênis só que vou parar... porque eu briguei com o professor... e aí eu tenho que arranjar outro professor...

E: sim... eu devia fazer uma pergunta para ficar aqui registrado porque você me disse que você não realiza pesquisa não realiza atividade de monitoria você fez alguma extensão na faculdade?

R.S.: não

E: também não né?

R.S.: eu tentei entrar no CEPEJ²⁸ mas... num não não bateu

E: não foi né... existe algum sentimento específico... pelo qual você está dizendo que não bateu?

R.S.: eu... digamos que eu não tive uma boa relação com as pessoas do CEPEJ... a gente não se identificou e eu a gente não conseguiu desenvolver um trabalho bem juntos...

E: mas você chegou a entrar?

R.S.: eu fiz o trainee

E: ah você chegou a fazer o trainee?

R.S.: foi

E: e aí não...?

R.S.: não deu certo não

E: o trainee é o.. é antes de você ser aprovado definitivamente ou depois?

R.S.: antes

²⁷ Aqui, o entrevistado se refere ao “Largo da Dinha”, localizado no bairro do Rio Vermelho, bastante conhecido e frequentado durante os finais de semana pelos jovens soteropolitanos.

²⁸ Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas, projeto de extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

E: então no caso você vindo para as aulas e realizando estágio sem ter realizado qualquer atividade de extensão ou pesquisa na faculdade você se consideraria um rampeiro?

R.S.: eu sou rampeiro

E: você acha que essa denominação é problemática de alguma forma ou você... teria problemas em se identificar como um rampeiro na faculdade ou acharia que é prejudicial para as pessoas se identificarem como rampeiro na faculdade?

R.S.: acho que a terminologia para algumas pessoas pode incomodar mas... eu sou muito tranquilo com isso

E: qual seria a razão desse incômodo para você?

R.S.: para mim nenhum eu acho que algumas pessoas se incomodariam porque pode ter uma conotação ofensiva que é aquela pessoa que não... vive a universidade como deveria viver porque a universidade propicia muitas coisas pra gente além das aulas... como as extensões as pesquisas e a vivência política que existe aqui... então tem gente que acha que é necessário que para estar na universidade a gente tem que usufruir de tudo isso.... mas tem gente que quer só vir para a aula e depois tocar o foda-se pra isso aqui e ir para a praia... eu infelizmente não posso mais ir à praia depois às aulas mas... eu ia até mês passado

E: e agora sobre... sobre a formalidade do direito eu queria saber de você se você concorda... assim... seu posicionamento em relação ao uso do pronome doutor

R.S.: completamente desnecessário né? sabe uma coisa incrível... eu comecei a estagiar e tenho que chamar os advogados de doutor e aí eu comecei a chamar todos os professores de doutor... agora todo mundo para mim é doutor... um negócio meio natural mas... eu acho que serve como instrumento de... manutenção das relações de poder e de diferenciação social... você diferencia aquela pessoa que tem um cargo numa área jurídica... você atribui a aquela pessoa um status social digamos mais alto que o das demais pessoas ao chama-la de doutor... eu acho isso completamente desnecessário ...

E: é porque quando a gente questiona o uso sempre as pessoas sempre falam que existe um decreto... de Dom Pedro²⁹... que autoriza que você chame os advogados e os bacharéis em direito e os médicos de doutor

R.S.: você já leu o decreto? eu já li eu.... eu olhei assim... porque fala-se... eu lembro.. eu não lembro como começa o texto mas diz que a pessoa que se formasse em medicina ou em direito seria doutor na área³⁰... só que isso eu acho que isso mudou... porque nosso sistema de ensino foi mudando... e a gente tem um sistema de ensino agora quem se forma na graduação é bacharel... na época de Dom Pedro quem se formava na porra na graduação era doutor... é que nem acontece hoje em dia no sistema de ensino dos Estados Unidos... quem se forma em direito em law, nos Estados Unidos, é juris doctor, não é bacharel of law então pronto quem se forma em odonto lá também é algum titulozinho de doutorado de lá aí... quem vai fazer o doutorado de verdade que seria o doutorado daqui é o PDH que é o philosophy doctor... e as pessoas não conseguem perceber essas diferenças e querem fazer com que um decreto de não sei quanto tempo atrás sirva como manutenção de um status... social bem escroto...

E: e em relação à Faculdade de Direito da UFBA como você se sente?

R.S.: ((silêncio)) eu tô respirando porque eu conversei muito sobre isso esses dias e é uma coisa que me estressa... ((risos)) eu acho que a universidade... vou falar da universidade como um todo... porque... eu já tive experiência fora daqui da faculdade de direito e eu percebi que... onde eu estive e aqui é a mesma coisa eu sei que seu limite é aqui tá e eu vou focar aqui...

E: não fique tranquilo... pode falar...

R.S.: mas a universidade como um todo como ela é feita por professores e para professores e a gente percebe isso até.. a partir do momento no qual a consulta para direção em que os votos não são quantitativos mas sim qualitativos por categoria os professores acabam tendo muito poder além do que os alunos sendo que a universidade deveria ser feita para alunos a para a comunidade né... é a minha visão... e aí... nós temos uma universidade que é funciona de uma forma que é a visão do que essas pessoas tem...

²⁹ O Decreto comentado é a Lei de 11 de agosto de 1827, na qual Dom Pedro instituiu os cursos jurídicos de São Paulo e de Olinda.

³⁰ Art. 9.º - Os que freqüentarem os cinco annos de qualquer dos Cursos, com approvação, conseguirão o grão de Bachareis formados. Haverá tambem o grão de Doutor, que será conferido áquelles que se habilitarem som os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e sò os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes.

é a visão completamente de vida dessas pessoas... então são pessoas que... - principalmente aqui em direito – que vêm de famílias que estão na área há muito tempo que vem de momentos sem passar dificuldades então tem uma perspectiva de vida... que a grande maioria não é... como que eu posso dizer assim... não tem não percebe os problemas sociais decorrentes de... relações de poder jurídicas que ocorreram na história do nosso país... e aí a gente acaba tendo professores com discursos completamente meritocratas machistas opressores e escrotos dentro da sala de aula e fora da sala de aula... principalmente nas ações desses professores em:: momentos administrativos quando estão fora da função de professor e na função administra quando estão julgando processos na congregação no colegiado no departamento... e::... usam argumentos que você percebe que são assim completamente bizarros de pessoas que não tem que não sabe que existe... gente que na década passada não tinha condições de estudar não sabe que existe gente que hoje em dia não tem condição de estar em aula porque tem outras coisas pra fazer tem uma família para cuidar tem um trabalho... e acha que faculdade é isso então... para mim... tudo isso... - claro que existem exceções tá - mas a maioria dos professores com esses comportamentos que eles têm acabam criando um ambiente um tanto inóspito na universidade...

E: isso de alguma forma lhe influencia... a não realizar as outras atividades que a universidade proporciona?

R.S.: ((silêncio)) eu tô ponderando com a preguiça tá... é que eu moro muito longe então fazer qualquer coisa na universidade é muito difícil pra mim... mas não não não tanto porque... grande parte dos projetos que tem aqui na universidade são de pessoas que tem uma visão diferente dessa que eu acabei de reclamar como a ABDECON que é de Joseane³¹ Joseane é completamente diferente disso que eu falei... tem... o:: a ACCS da professora Ana Paula³² que é completamente diferente disso... o professor Batista³³ tem um observatório de cidadania e ele tem uma visão completamente diferente disso então... eu acho que pela maioria dos projetos que a gente tem aqui... pelo menos dos que eu citei... dos que eu tenho conhecimento... não seria isso... MAS... por exemplo... eu estou no grupo de pesquisa de análise econômica do direito com o doutor Saulo Casali Bahia... e o doutor Saulo Casali Bahia... acha que... quem não é juiz é porque não quer... porque

³¹ Joseane Suzart, professora da casa.

³² Ana Paula Bonfim, professora da casa.

³³ André Luiz Batista Neves, professor da casa.

não passou no concurso porque não teve capacidade suficiente... para se preparar para aquilo porque o concurso tem sim vagas e só 16 pessoas foram aprovadas... que absurdo né sobrar essa quantidade de vagas...? aí ele traz esses discursos para apresentações e exposições dele para análise econômica do direito... e aí já tem uns três meses que eu não participo de nenhuma reunião então... sim eu posso concordar com sua premissa...

E: é:: sobre seu estágio você me disse que começou a estagiar tem cerca de um mês né?

R.S.: é

E: você precisou mudar acerca do seu comportamento e a forma de se vestir porque você estava entrando em um estágio que era um escritório?

R.S.: sim

E: quais foram as diferenças assim que você notou... que você teve que mudar?

R.S.: eu usava muito chinelo eu usava bermuda eu usava camiseta... às vezes eu vinha pra faculdade de pijama... e agora eu tenho que vim de camisa social... uma calça e um sapato mas eu acho até melhor do que os outros estágios de obrigam terno então eu tô boa ainda....

E: mas isso foi um pedido do escritório ou você por se entender... por se entender estagiário de escritório já... partiu?

R.S.: foi implícito... foi implícito... na entrevista eu perguntei “venha cá e roupa?” ai disseram “olha não precisa vim de terno e evite vim de bermuda” foi algo assim completamente... eu achei muito subjetivo... mas todos os estagiários estavam assim... - se você quiser tirar uma foto minha você tira tá ((risos)) - os advogados também se vestem assim também super tranquilo... então deixa eu vir assim também né... tanto que... um dia eu fui de polo... e não tinha nenhum:: advogado lá graças a Deus e aí um dos estagiários olhou pra mim e disse ‘não venha de polo porque eu já vim e tomei reclamação’ ai eu pensei “ah ok... bom saber...” mas... fazer o que né? eu acho que existe uma mística em relação... aos profissionais do direito e aí como a gente tá em um escritório e a gente vai acabar atendendo pessoas a gente tem que... se submeter a:: uma expectativa de padrão... mas eu não escondo meu piercing não tiro meu brinco... então tá ótimo...

E: sim... mas essa expectativa de padrão que você tem que se submeter porque é isso que esperam... como você disse que foi algo implícito né... já veio tipo... você de

alguma forma já tinha imaginado tipo... quando você começasse a estagiar você teria que mudar sua vestimenta... ou...

R.S.: eu já imaginava

E: porque você até então não tinha usado esse tipo de vestimenta na faculdade assim?

R.S.: eu já imaginava... eu não uso porque não faz parte... eu acho que a roupa é uma forma meio que de exteriorizar nossa personalidade... e não... meio que não sou eu aqui... eu sou minha bermuda... minha batinha... e é mas... tanto os profissionais do direito quanto as pessoas que procuram o direito... eu acho que isso é muito mais social e antropológico têm:: uma visão já de quem é o profissional né então... e como em escritório a gente acaba atendendo cliente.. ai tem isso...

E: isso lhe incomoda de alguma forma?

R.S.: a mim... ((pausa)) não... porque...o:: a minha função é uma atividade meio para que eu possa fazer outras coisas depois... pelo menos na minha visão é assim... só que... não é o meu caso.... graças ao meu bom pai tem gente que não tem condições financeiras de arcar... com... com isso ne... acaba sendo um impeditivo para que essas pessoas tenham acesso ao mercado aí eu acho um tanto bizarro... mas pra mim assim eu tô me vestindo aqui tá... mas chegar em casa eu tiro... eu sou tranquilo....

E: não não existe nenhuma... nenhuma espécie de incômodo com... estar usando uma roupa que não expressa sua personalidade no caso?

R.S.: botando nessa perspectiva existe sim... é existe... pensando melhor existe... mas eu vivo... vai levando com a barriga... vida que segue né... porque são coisas que a gente se submete por causa da universidade e... de tudo mais... como assistir aulas... as quais os professores falam muitas besteirinhas mas a gente assiste...

E: você disse que quando os professores começam com alguns discursos você desce e respira um pouco... você se preocupa em chegar no horário e anotar a aula completamente e responder chamada e estar frequente nas aulas você costuma filar muita aula?

R.S.: eu não tenho o hábito de filar aula... porque pra mim o tempo da aula é um tempo de orientação de estudo eu percebo ali o que eu vou ter que estudar... então se eu filar eu vou ter que correr atrás depois tá perguntando pra alguém 'o que foi caiu? Como

é que foi dado?’... isso me incomoda bastante... eu não me incomodo muito com presença não mas eu sempre chego no horário... chego cedo mais por causa do fator estacionando do que... o fator me importar... eu tenho medo de deixar o carro lá fora... tanto que quando meu pai me traz eu chego atrasado... mas... é tranquilo porque... eu chego pego o assunto... o que me incomoda depois eu posso ver em algum caderno digitado de alguém tipo o professor começa a falar besteira aí eu aí quando volto eu pego no caderno de alguém... que é o que mais tem nessa faculdade... que é uma coisa que eu acho incrível porque pessoas reclamam que não existe senso de comunidade aqui e eu percebo que não existe senso de comunidade as pessoas de escola particular são pessoas de escola particular e as pessoas de escola pública são pessoas de escola pública ninguém se mistura mas todo mundo compartilha caderno digitado... há uma esperança...

E: acho que não tenho mais nenhuma pergunta... existe mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre a relação do Espaço das Artes com a Faculdade de Direito a relação das pessoas?

R.S.: ((silêncio)) não

E: não?

R.S.: não

E: então tá bom

R.S.: eu paro penso... volto... boto os negocinho pra funcionar

E: então eu vou parar por aqui, R.S

APÊNDICE E – Entrevista com Celso Castro.

E - na verdade que só quero que o senhor me conte como foi a ideia de criar o espaço... e::... como foi que o senhor pensou em estruturar aquele espaço e todas essas coisas...

C.C. - veja bem... existe... existem... conjugações... em cima no plano da minha concepção teórica e outra do ponto de vista... da visualização física do prédio... então vou... focar em duas questões... em primeiro lugar eu sempre achei que o direito é uma vestimenta pros fatos sociais... se você não mergulha nesses fatos sociais... se você não contacta com a linguagem da vida da sociedade você não consegue na verdade ter uma boa compreensão do direito você será um mestre de obras não um engenheiro... você será uma grama e não um jacarandá... quer dizer que você será algo bem menor se você não interagir no direito com a realidade pulsante é o que eu chamo do direito dos livros e o direito da vida... quer dizer então eu vivi ass/ vivo até hoje essa inquietação de que o direito tem que produzir alguma coisa de útil tipo o que o instituto de saúde coletiva produz vacinas e nós produzimos o que pra comunidade nós produzimos o que? segundo é na concepção metodológica e eu sempre entendi que o modelo de sala de aula com um professor dando a aula e os alunos atrás ouvindo e anotando era um modelo bastante esperado de um grau de aprendizado pequeno de uma forma que nós precisávamos motivar esses alunos então eu juntava a ideia de que... nós tínhamos que criar um outro modelo de linguagem né... então entendíamos que por exemplo a linguagem em salas de aula eu sempre brincava é é é... com algum grau de musicalidade dizendo olha vamos tentar fixar alguns conceitos a partir da arte... é é... os... vou lhes dar por exemplo é... se vocês querem... os processualistas eram exemplo sempre que eu dizia... falam de fato público e notório que é fato público e notório? eu disse Chico Buarque explica... é aquilo que estão falando alto pelos botecos e dizem nos mercados que com certeza né... então tá na música “o que será, que será” ele tentava dizer olhe veja se isso não é fato público e notório eles estão falando alto pelos botecos e dizem nos mercados com certeza é um fato que independe de prova porque tá tão divulgado então ele trazia é é é é é:: esse tipo de coisa... e as vezes eu usava sempre essa... referência eu digo olhe vamos evitar... é... a ‘carolinização do direito’... o que que significava isso... eu digo Chico de novo dizia “eu bem que mostrei a ela e o tempo passou na janela e só Carolina não viu”... eu digo em direito nós vivemos isso o tempo tá passando e nós estamos na janela e nós continuamos

a produzir coisas que só nos interessam a fazer uma linguagem fechada que não resolve os problemas da comunidade então nós temos com um problema de de de é: descompasso com o tempo... nós vivemos em descompasso efetivo com o tempo e então na verdade nós temos isso tem uma... tá no youtube... é... um dia eu fui paraninfo de uma turma onde eu fiz um discurso basicamente fazendo referência a toda a musicalidade e trouxe uma pessoa que tocava violão e eu pedi a ele pra tocar um trequinho da música e fui fazendo as referências aos seus significados por exemplo uma delas era assim “o delegado é bamba na delegacia mas nunca fez samba nunca viu Maria Juca foi autuado em flagrante como meliante não sabia que fazer samba era pecado e que em legitima defesa batucou assim na mesa delegado é bamba na delegacia e nunca fez samba nunca viu Maria”... porque o Juca era um personagem que foi fazer serenata... e ai ele vai preso e ai ele mostra a inquietação dele ele... termina dizendo isso então que que ele queria dizer... uma legalidade fria uma legalidade que não constrói na sociedade... é... um papel da sentença é sentir como o próprio nome diz que era preciso ter mais sentimento que era preciso ter mais esse tipo de situação... então eu tinha já essa vocação teórica desconstrutivista né então... isso já tava um pouquinho na minha cabeça né... e ai... é:: passeando vendo o matagal que tava lá conversei com Cristina³⁴ “Cristina vamos fazer um...” ai ela disse “ah aqui dava prum ótimo jardim aqui dava pra não sei que lá...” “então vamos criar um espaço das artes” “vamos...” ai ela prontamente comprou a ideia do projeto né e:: vamos buscar aquele toldo onde tínhamos na biblioteca central e ver o modelo eu já chutei que era uma coisa bem leve... pra que... possibilite a produção de aulas possibilite shows eventos é:: um lugar que mude um pouco a cara do direito... que mude um pouco a cara da faculdade de direito que a gente seja mais amado do que temido então isso aqui é uma concepção de dar liberdade também né... de liberdade dentro dessa coisa... é claro que eu já ouvia falar de um professor que foi... o professor Johnson Barbosa que criou um nome falava muito de um nome um pouco sofisticado que era um espaço peripatético que era um espaço de discussão onde na verdade socraticamente ele reunia os discípulos conversando em volta mas eu digo você chamar espaço peripatético irá gerar uma uma... eu queria prestar uma homenagem a ele que teve na verdade essa... ideia de fazer do jeito... não saiu evidentemente não saiu do plano das ideias... mas ai criamos um espaço com um nome... a gente acha que o nome é muito importante então criar a ideia espaço das artes... é valorizar alguma coisa é fazer um convite pra que se descubram as interações

³⁴ Cristina Stolze, arquiteta que planejou o local.

entre a arte e o direito pra que se faça uma leitura artística do direito né... pra que se faça uma leitura artística do direito... nós já fizemos por exemplo eventos aqui... convidamos um grupo de ludicidade é que esteve aqui nos 125 anos da faculdade e que fez muitas brincadeiras e que fez na verdade é:: é:: muito coisa pra tirar essa fisionomia muito séria do direito que metodologicamente é péssima... que dizer você cria um distanciamento você cria um sistema então quando você percebe um veio artístico da da da do direito ele vem e também isso tá junto com um pouco de bagagem teórica por exemplo como o jurista romano Ulpiano dizia o seguinte que o direito é a arte do bom e do justo a arte do bom e do justo a arte veja que a primeira definição de direito definição lá do direito romano era a visão de que o direito era a arte era um modo de de de fazer uma arte porque a arte tem o compromisso com a estética a arte tem o compromisso com o bom a arte tem um compromisso com o:: a nossa integração então era uma ideia de que a arte ela na verdade é é é é gera o processo de integração importante daí surgiu essa ideia e aí a minha... meu braço direito aqui Cristina que é minha interprete dessas coisa né? Cristina bolou aquele espaço a concepção do espaço é todo dela a gente dialogou muito sobre o significado que nós queríamos pra ele né... e era um significado de aprendizado um significado de integração significado de humanização de uma faculdade né... então essas são digamos as linhas mestras digamos... e hoje nós temos aula de filosofia lá... nós temos estudantes que simplesmente vão pra fazer alguma coisa ou pra não fazer nada né... então... é:: essa digamos é uma nova ideia... como é por exemplo a ideia do... estamos inaugurando se deus quiser dia 05 de outubro... o espaço cultural Raul Chaves... ou seja mas é o antigo auditório Raul Chaves? é o antigo auditório que agora está rebatizado como espaço cultural Raul Chaves mas não vamos inaugurar com uma palestra vamos inaugurar com uma peça de teatro

E - que bacana

C.C. - é... A Descoberta das Américas é é: é é é: é: a Descoberta das Américas é uma descoberta que tá passando no Rio de Janeiro mas que já passou na Universidade Federal de Barreiras uma peça de um monologo mas bem interessante é: onde é o ator... parece que são 10 atores em cena... ele se vira em 10 ele é o Julião... e é... então a gente quer contestar esses valores tradicionais do direito fossilizado... um direito que me parece ultrapassado mesmo né... então o caminho pra gente é o caminho da arte e nesse sentido por exemplo... nós programamos um observatório da pacificação que tem todo um conteúdo de arte por exemplo os meninos encenam em restaurante universitário na

defensoria pública... como se estivessem numa briga e as vezes as pessoas confundem... não são atores profissionais mas são voluntários do observatório que chegam na defensoria por exemplo um dia fizeram isso... ai uma fazia o papel de irmã da outra... e começaram uma briga que quase iam aos tapas até que o pessoal da defensoria 'não façam isso vocês são irmãs por favor' e tal... era tudo uma encenação para mostrar como determinados conflitos podiam ser resolvidos através de um processo artístico né... através do processo da representação... então é a crença de que o direito se revela como arte que uma das formas de ver o direito é a forma artística de ver o direito... de que na verdade não é o direito dos livros mas o direito é:: das vidas que tá traduzidos e materializado nesse projeto artístico da concepção da doutora Cristina Stolze né... quer dizer essa é minha...

E: sim... professor o senhor me disse agora que é o nome é muito importante...

C.C.: isso

E: e ai eu conversei com Noecy³⁵ e ela disse que foi aprovado em congregação o nome do espaço oficialmente como Espaço Luiz Gama

C.C.: sim

E: Por que esse nome?

C.C.: olha... pela ideia de que nós queremos que as pessoas perguntem quem foi Luiz Gama... então é Espaço das Artes e Luiz Gama... quer dizer ele tem uma denominação... e a ideia é de quando você dá um nome é pra que as pessoas perguntem quem foi Luiz Gama pra que as pessoas cultivem a ideia de um indivíduo que se tornou advogado e que passou a usar todos os recursos dele em defesa das pessoas escravizadas ne... então ele na verdade pacificamente com questões judicias com lutas com ideias com planos fizessem isso então essa é a ideia também do significado... de tanto Luiz Gama era um libertador como a arte também liberta né então duas fontes de libertação né quer dizer então que eu achei que numa Bahia negra é e Luiz Gama é um homem negro que não quis fazer pela violência mas foi por um arte que era o direito que ele aplicava resgatando e mostrando esse tipo de coisa por exemplo Castro Alves foi um artista que fazia direito quando ele escreveu Vozes d'África "deus ó deus dos desgraçados onde estai senhor deus há dois mil anos dei meu grito que desde então corre até o infinito onde estas senhor deus"

³⁵ Noecy Nunes.

né... então ou Navios Negreiros então ele era na verdade praticava uma relação jurídica... porque é importante que você note uma coisa... a transgressão em si mesma não é um mal se nós não tivéssemos uma transgressão até hoje nós teríamos pessoas escravizadas porque a lei cumprir a lei era admitir os escravos né... então você na verdade tem é é duas palavrinhas isso eu acredito numa peça de teatro chamada Homem e Moral traição e tradição... a tradição traz a mensagem de passado traição traz a mensagem do futuro em alguns momentos você para resgatar ou para preservar a tradição há de cometer alguma traição vou lhe dar um caso... quando a Roma invade a Judeia... é::: os soldados romanos além de invadirem estupraram várias mulheres... estupraram várias mulheres e aí nasceram crianças frutos desses estupros em quantidades grandes... e pela lei Judaica vigente até então quando assim se instaura o Império Romano na Judeia... o judeu era considerado filho de pai judeu... então era uma sociedade patriarcal então alguém que era judeu era filho de pai judeu... como aqueles meninos eram frutos de estupros de soldados romanos eram não eram filhos de pais judeus... então os judeus se acharam supremamente humilhados pela invasão dos romanos pelo estupro e por ainda ter que admitir que entre eles morariam romanos a quem eles teriam que cuidar e a quem eles teriam que dar afeto a quem eles teriam... isso quebrava a lógica e o conselho dos sábios se reuniu e perpetrou uma traição as regras milenares existentes e disse doravante judeu será filho de útero judeu... então a traição da norma pra preservar a tradição mais pura do judaísmo que era acolher aquele que nasceu na família quer dizer a mudança reclamou um tipo de traição... você só consegue compreender esse fenômeno através dessa nuance artística porque se eu falo de um fenômeno abstrato e você não consegue compreender na prática é é é é é mais difícil então a ideia da arte é aproximar o concreto do que está digamos percorrendo seus sentidos pra você tentar fazer uma leitura jurídica... o direito é uma mera leitura dos fatos quando ele começa na verdade a ser um discurso é: que Ortega se fala "palavras tão boas quando mais ocas mais ressonantes" né... então muitas aulas... você já deve ter tido aulas com palavras tambor né... que são muito ocas não dizem nada mas que são ressonantes né... então a ideia é na verdade aproximar a arte dessa coisa...

E.: sim... professor minha última pergunta na verdade porque o senhor me deu informações muito boas é se na sua época de estudante existia algum espaço na faculdade que o senhor tinha algum tipo de relação como hoje o Espaço Luiza Gama e também Espaço das Artes tem essa relação com a faculdade e com os alunos?

C.C.: olha nos não tínhamos um espaço físico mas nós tínhamos um órgão que era... vinculado à comunidade estudantil que tinha um sugestivo nome de CUCA, Centro Universitário de Cultura e Arte então eu sempre era apaixonado pelo CUCA.. o CUCA sempre me dizia muito e a gente organizava aqui festivais de músicas produzidos pelos alunos né... então com música de de de de é:: é:: de compostas pelos alunos né... e algumas chegaram a fazer sucessos regionais houve músicas que foram gravadas né... então os estudantes eram muito incentivados é:: não tínhamos na verdade se você perguntasse onde era a se de do CUCA não sei... mas o CUCA era mais um movimento né... um Centro Universitário de Cultura e Arte aqui sempre a gente fazia um festival e havia um episódio bem interessante como éramos um tempo difícil o tempo da ditadura né... nós cometemos eu cometi isso eu assumo interrompi o festival porque eu tava tão chateado tinha um sensor que era professor Pinheiro da Escola da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas mas ele era da Policia Federal e tinha sido padre... ele era conhecido como Padre Pinheiro... ele era muito educado com a gente e a gente levava as letras é é é das músicas e ele trocava "não essa palavra não é boa essa palavra meu filho tire ai" e ele sugeria outras palavras e a gente não tinha o que fazer se não tocar as músicas como ele sugeria com as alterações que ele na verdade é queria... e um dia como uma forma de protesto nós botamos assim eu me lembro de uma música de Milton Correia E Padre Pinheiro pronto foi um deus nos acuda e ai não liberaram mais nada e veio a Policia Federal e fomos chamados a prestar depoimento e dissemos que era só uma brincadeira e tal mas ele tem sido tão gentil com vocês que a gente já não aguentava você impedir a criação e tal tal tal por exemplo teve uma música que na época não foi é... é... liberada... que dizia assim "Juca malandro que quatro costados poeta de nome gravado na porta dos cabarés" então cabaré não foi permitido então porque era uma ideia de você falar esse tipo de coisa então era uma época de desafios né... o CUCA... o CUCA não sei que registros ele tem e foi desaparecendo da nossa cultura a ideia de fazer direito com arte né... de fazer direito junto com arte a gente tá querendo renascer esse movimento quebrar a ideia... abrir... trocou esse auditório por Espaço Cultural é: o Espaço das Artes agregamos o nome de Luiz Gama não deixa de ser o Espaço das Artes mas provoca também uma reflexão de uma voz libertaria... então é essa a nossa concepção de arte... eu acho que... o direito tem que fazer uma leitura e aprender com a arte...

E.: tem mais alguma coisa professor que o senhor ache interessante comentar a respeito do espaço da faculdade em contraponto ao Espaço das Artes?

C.C.: eu acho que veja bem o Espaço das Artes é um convite pra você refletir... é:: fora dos livros... quer dizer pra que você possa na verdade descobrir é::... qual é o papel de de um jurista realmente... será que eu tenho que ser sério? será que eu tenho que usar paletó e gravata pra mim impor numa faculdade? é um convite primeiro a pergunta por que que você tem um Espaço das Artes? essa é a primeira indagação que poderia ser feita em sala de aula qual é o papel das artes no direito? então por isso que esse nome Espaço das Artes ou carinhosamente “a Árvore” não sei você já ouviu falar “vou pra Árvore” né... quer dizer é::: são sugestivos também da natureza do culto da natureza da preservação não faria sentido derrubar uma árvore pra fazer o espaço das artes né... então ele é digamos essa ideia de que o direito é arte... e esse essa arte tem que ser preservada né... então essa interação o professor Ponciano³⁶ por exemplo costuma dar aulas no Espaço das Artes professora Daniela Portugal também dá aula no Espaço das Artes nossa ideia é ter ali instrumentos pra quem queira tocar música qualquer dia qualquer hora possa vir pra ca pra pra produzir algum tipo de arte conectado ou não não precisa tá conectado a nenhum tipo de código... porque nós vivemos num curso de direito que infelizmente... é defasado em sua concepção porque por exemplo cê sabe por que você tem muitas disciplinas de civil? porque o código civil é grande... então a questão é é é... emburrecedora... na verdade se você tem que aprender alguma coisa de código é um desperdício porque eu acho que você tem que aprender a ter a sensibilidade e o raciocínio... se a escola lhe puder dar raciocínio e sensibilidade veja a palavra sentença... sentença vem de sentir e não interpretação e interpretar... porque um juiz ele olha ele vê ele percebe ele tem os olhos por exemplo a pratica de mediação no Observatório da Pacificação pra você mediar alguma coisa ela exige que você tenha mesas não como essa de madeira mas mesas de vidro pra você fazer a leitura corporal de todo mundo... então esse leitura corporal é uma coisa que eles praticam que eles ensinam que eles trabalham que eles na verdade procuram descobrir uma outra linguagem e veja que a a mediação é muito superior à sentença por paradoxal que a gente possa dizer isso porque é uma solução autoconstruída e não heteroconstruída... ou seja quando você faz alguma coisa porque você se convence e ai era o que eu digo o direito é uma vivencia basicamente de acomodação se não podemos amarmos mutuamente que nos suportemos a todos né então o direito se contenta com suportar então eu acho que a arte pode levar a um direito de assimilação e não de acomodação... há um teórico das ciências sociais... é Durkheim...

³⁶ José Ponciano de Carvalho Júnior, professor da casa.

Durkheim que fala da:: dos vários processos de interação social pelos quais a sociedade se encontra... um deles é a cooperação o outro é a competição o outro é a assimilação o outro é a acomodação... eu faço esse paralelo... o que é a assimilação eu faço porque eu gosto faço porque eu quero eu faço porque me entusiasma eu faço porque vale a pena e o que é a acomodação eu faço porque senão eu serei sancionado eu faço porque me obrigam a fazer eu faço porque na verdade é:: eu sou obrigado eu por exemplo nunca fiz chamada em sala de aula... porque eu não quero os corpos ali eu quero as mentes... e como eu não posso fazer chamada das mentes que estão atentas não me interessa a presença eu não quero missa de corpo presente porque é sempre um ato fúnebre... então eu na verdade nunca fiz chamada eu sou meio é:: é: rebelde a esse coisa e essa rebeldia me aproxima da arte porque a arte se não for rebelde não é arte... a arte que não seja rebelde ela não é arte né... então essa ideia de que o direito tenha que ser construído numa rebeldia competente numa rebeldia que não aplique a lei mas que construa leis que nos possibilitem a vivencia mais saudável por exemplo eu participei da comissão do estatuto da Universidade Federal do Sul da Bahia e inclui lá um artigo "todos tem direito a ser feliz"... então isso tá no estatuto da Universidade Federal do Sul da Bahia né.. nós só pudemos todos os membros da comunidade acadêmica tem o direito de ser feliz... então essa é digamos uma coisa que você vai dizer bom mas como é que eu aplico isso? ó cê tá me infelicitando com esse tipo de coisa isso tá me fazendo infeliz... então cê tá infligindo o estatuto eu tenho o direito de ser feliz né.. então construíram o direito à felicidade... o que é que na verdade qual é que é a importância pra que eu possa na verdade ter temas que ingressem no mundo jurídico a partir da arte quer dizer a arte como porta de abertura pra o direito a arte como matéria prima que vai inspirar o direito que vai assimilação e não a acomodação vamos dizer você assimila uma religião mas você se acomoda a norma jurídica... e a partir dai por exemplo eu to orientando uma tese de doutorado que chama Sanções Premiais.. que que significa isso que ao invés de eu restringir alguém que fez isso eu estimulo alguém a fazer aquilo... tipo que nos Estados Unidos os carros que são flagrados dentro do limite de velocidade são sorteados pra ganhar um prêmio isso tá reduzindo muito as infrações porque você está estimulado à se comportar dentro de uma coisa porque você assume de dentro é muito mais efetivo que você assume de fora então essa compreensão artística de que o poeta é na verdade alguém que transmite a alma e que os juristas só transmitem o corpo *corpus juris civilis* etc etc etc é uma ideia de tornar o direito mais alma e menos corpo né.. quer dizer ou pelo menos integrar a alma ao corpo né.. porque às vezes você diz mas o direito que eu vejo do outro lado é outro... então essa questão de que a arte tem um grau de

universalidade é maior... eu quero me apropriar da arte porque ela é mais universal que o direito essa é uma concepção filosófica do direito mais do que um espaço físico o espaço físico é o canal é o ambiente próprio de você se sentir solto das amarras da faculdade

E.: professor muito obrigada

C.C.: nada

E.: eu adorei entrevistar o senhor

APÊNDICE F – Entrevista com Cristina Stolze

E.: bom a senhora tava me explicando do acesso lateral

C.S.: ai o acesso lateral era estreito né... então... o pessoal da cantina tinha que passar com alimentos essa parte de insumos ele tinha que passar por dentro da escola ai sujava o mármore e tal... ai eu dei a ideia durante a obra de alargar aquela passagem ai a gente duplicou duplicou pavimentou né pra poder permitir o acesso e deixar uma área também lateral pra o lixo da cantina pra não ficar o lixo dando pra o lugar... cê vê que ali só fica::... raramente quando é alguma coisa mais imediata que ele tira pela aquela porta... a gente tentou tirar aquela porta daquela posição mas realmente durante a obra não deu e tal porque já tava revestido... ai... pois é mas ai o primeiro passo foi tirar esse comungo que eu te falei e botar o vidro e ai tava o matagal o professor Celso designou um funcionário da fundação pra limpar aquela área pra começar tipo a gente sentir assim o lugar...

E.: sim

C.S. ai compramos tudo esses instrumentos de jardim né... de fazer... trabalho de agricultor... uma pá um ancinho essas coisas facão pra poder começar a tirar o mato e limpar ai tinha muito resto de vidro... resto de tudo de lixo mesmo... quando foi limpando eu fui lá e cadastrei aquelas três arvores... loquei que ela não tinha indicado na planta em relação ao prédio né então eu medi as arvores então ela tinha formado formam um triangulo... assim as formas que elas estão dispostas e ai eu tive a ideia de fazer um círculo de trabalhar com a formula circular já que era pros estudantes uma forma de integrar que o círculo essa tendência ne como uma forma de uma de uma... cezarina essas coisas que sempre a forma circular... então eu tive a ideia de botar os bancos redondos em volta da das arvores daquelas três arvores... os bancos e o piso fazer aquela diferença de cor do piso de cimento acompanhando também aquela forma circular tiveram alguns ajustes durante a obra porque sempre tem né de.. coincidir com o passeio que já tinha então a gente pensou nisso... depois disso depois desse banco desse piso ai foi quando implantou o coral aqui da faculdade... ai... a professor Ana Paula³⁷... que é da Congregação que também ajudava nessa coisa do coral sugeriu porque que não faz um piso um pisosinho

³⁷ Ana Paula Bonfim.

pro pessoa do coral se apresentar ai então deu essa ideia... a gente ai fez foi ai que deu a ideia do palco de subir mais um pouquinho ai depois o pessoal começou a gostar muito e a gente teve a ideia de cobrir... ai não queria cobrir uma coisa que inicialmente seria descoberta depois começou essa coisa dos professores que tinham banda né... que tem banda aqui na faculdade ai o pessoal foi se apresentar botar instrumento caixa de som... ai tivemos a ideia de cobrir daquele jeito... ai eu queria fazer uma cobertura bem leve uma coisa assim bem suave que eu acho que ficou assim apesar de não proteger totalmente contra a chuva...

E.: que é aquele toldo branco né...

C.S.: aquela lona branca... então ela não... a função protege mas não é 100% numa chuva que seja uma chuva mais forte com o vento realmente molha... mas no geral ela protege e da leveza eu acho mais do que se fosse outros tipos de cobertura... e começamos a planejar o entorno né... em termos assim de vegetação... mas como não tinha projeto de paisagismo nada... a gente foi trazendo mudas... eu trazia mudas de planta pra aqui a gente pegava ali de ADM daquela talude ali que dá pra ADM tinha algumas plantas a agente ia pegando e plantando com a ideia de fazer também uma cerca viva proteger as pessoas pra não acontecer ninguém já que agora é um espaço frequentado de não cair ninguém naquela ribanceira né...

E.: sim

C.S.: que dá pra ADM... então a gente tentou fazer uma... cerca viva... com... esse próprio funcionário da fundação que não é jardineiro mas que tem que gosta dessa parte de natureza de verde ai começamos a proceder essa limpeza ai eu trouxe resto ai as manilhas velhas daqui que tavam jogadas no mato a gente aproveitou pra fazer floreiros aquelas coloridas... o resto de tubulação que tava ali jogada tubulações de construções assim até desses prédios da Graça... a gente aproveitou e fez floreiros... ai com as luminárias velhas a gente fez floreiras também botei ali... e depois... depois da aula do professor Ponciano a gente começou a ver o lugar frequentado... a gente achou que tinha pouco lugar assim pras pessoas ficarem sentadas... a gente viu que os estudantes gostaram de ocupar aquele espaço então eu tive a ideia de fazer aquela arquibancada naquela local... aproveitando assim o máximo que a gente podia... pra dar uma boa quantidade de alunos também que desse visibilidade a forma o local que ela tá situada que desse visibilidade uma visibilidade boa pra pra o palco... né então... assim foi tudo previsto ponto de tomada pra 110 220 que piso de borracha pra evitar choque no caso da banda

que vai se apresentar a parte de fiação e muito material aproveitado assim piso piso que tem acesso do:: o acesso do da plateia vamos dizer assim pro palco foi aproveitado de obra uma obra que eu fiz sobrou ai o rapaz me deu eu trouxe pra aqui a gente aproveitou aquelas madeiras do entorno foram aproveitadas também de obra que eu trouxe pra aqui... fio não isso tudo foi a gente que a fundação que fez a parte elétrica... eu resgatei a aluminação dum poste que eu achei no mato que tava jogado caído a gente levantou puxei a fiação iluminou ali mais de uma forma... tem iluminação nessas arvores também tem foi planejada tem iluminação em torno tudo tal tava desativada a gente reativou... é: ponto de água que tava desativado a gente reativou pra lavar botar uma mangueira comprei uma mangueira pra lavar ali de vez em quando molhar as plantas... então... foi essa parte ai que nós fizemos...

E.: foi bem planejado então né... a partir da ideia...

S.C.: foi tudo a partir da ideia foi num crescente e depois do uso... a gente foi tentando melhorar em função do uso que os alunos foram dando a gente viu que os alunos... o que podia melhorar como eu falei essa arquibancada e essa coisa de tomada já tinha sido feito dessa forma mas de aumentando estendendo o entorno aquele banquinho feito tudo sobre de obra que eu botei pros alunos ficarem contemplando ali aquela paisagem ali o banco verde e a ideia de usar a cor fazendo um espaço bem bem assim alegre mesmo assim entendeu e ai... pintamos tinha uns versos de uns alunos nas paredes umas poesias a gente perguntou aos alunos se podia tirar... eu fotografei e eles disseram que podia tirar... e ai ficou pintadozinho e agora por fim a gente arranjou as mesas de... de colos de fio que a gente vai finalizar já comprou rodízios e a gente já encomendou os banquinhos também de madeira pros alunos ficarem ali em volta das mesinhas...

E.: que legal

C.S.: ai vão ser 3 mesas cada mesa vão ter 2 bancos 6 bancos pra 3 mesas foi o que a gente... mesinha toda colorida o banco todo colorido... encomendei com um artesão na Estrada do Coco ele tá fazendo pra trazer pra cá... ai o que tá faltando assim a gente tá tentando conseguir mas... como tudo é difícil a gente tava tentando conseguir uns banquinhos de eucalipto ali naquela área que é de chão batido vamos dizer... a gente queria integrar o que tá faltando em termos de projeto é isso a gente queria botar esses bancos mais bancos ali que as pessoas os meninos gostam de ficar naquela área menos pavimentada né... mais natural assim... a gente queria fazer isso...

E.: sim... deixa eu ver mais o que que eu posso perguntar... a senhora é formada em arquitetura?

C.S.: eu sou arquiteta é...

E.: pela UFBA?

C.S. pela UFBA é...

E.: e aí é arquiteta só da Faculdade de Direito

C.S.: dessa faculdade... eu não sou funcionaria da Universidade fui contratada pela Fundação da Faculdade pra ficar aqui neste período da gestão do professor Celso no início das obras né... aí vou ficar mais um tempo aqui até o dia que o Doutor Celso... até o dia que finalizar completamente o auditório talvez eu não fique aqui depois eu não sei ainda...

E.: É né... que pena... e sobre a senhora tava falando mais cedo quando a gente tava falando aqui na outra sala que o professor Ponciano promoveu uma aula aberta e a partir dessa aula a senhora começou a pensar em outros...

C.S.: eu comecei a pensar na arquibancada quando vi eles botando as cadeiras... puxa as cadeiras traz cadeira eu achei que era ficava alguns alunos em pé e não tinha mais cadeiras foi aí que eu pensei nas arquibancadas... que a arquibancada ocupa um lugar que antes era desocupado e ficava a arquibancada mais as cadeiras então tipo duplicou a quantidade de lugares sentados entendeu...

E.: sim

C.S.: então a ideia foi essa depois dessa aula do professor que eu tive essa ideia...

E.: e aí eu percebi que no estacionamento dos professores onde tem esse acesso lateral onde a senhora falou existe uma placa designando o local como Espaço das Artes... mas oficialmente o nome agora é Espaço Luiz Gama...

C.S.: a sim... a gente vai ter que... ali foi só porque a gente queria... eu queria privilegiar que o acesso fosse lateral... no dia dum evento... que as pessoas não precisassem entrar na escola e tanto que eu fiz com um artista foi tudo vidro reaproveitado madeira reaproveitada foi uma parta de vidro de um trabalho que eu fiz e aí eu trouxe pra aqui o cara de meu o artista pintou pra identificar que o acesso fosse mas aí a tinta não resistiu era uma tinta acrílica mas que com a chuva começou... diz disseram que tavam tirando não sei com a unha não sei viram alguém tirando mas a ideia... agora a gente vai

redesignar agora que mudou né... a gente vai fazer outra placa chamando Espaço Luiz Gama...

E.: e sobre esse nome Luiz Gama... a senhora concorda discorda

C.S. eu concordo

E.: tem que pensamento a respeito

C.S. eu acho que com essa ideia de... hoje de... é... de versa/ não é nem versatilidade... é de... essa ideia daqui da escola de homenagear acho que ele foi um cara que... quer dizer eu num num num li muito sobre Luiz Gama mas lembro que ele nessa época abolicionista tal né que ele foi... então ali um espaço versátil ele queria fazer uma coisa mais abrangente... pras pessoas que não tinham sido homenageadas ainda... professor Celso indicou esse nome na reunião mas eu achei ótimo

E.: sim... porque antes também eu ouvi falar não lembro de quem que o nome do espaço seria Raul Seixas... antes da ideia de Luiz gama...

C.S.: eu não me lembro disso não... o professor professor Celso queria homenagear ate uma parede branca uma parede uma parede do fundo dos prédios ele queria fazer um painel com grafite homenageando os ex-alunos ilustres daqui então pensou em fazer um painel que de alguma forma lembra-se remete-se a Raul Seixas que foi aluno daqui é:: João Ubaldo Milton Santos então ele pensava em fazer uma coisa dentro dessa dessa ótica entendeu de homenagear essas pessoas mas não em nenhum momento eu me lembro dele ter falado de ser Espaço Raul Seixas...

E.: sim entendo... porque outro nome também que as pessoas usam né é a Árvore que o nome mais informal

C.S.: isso eu nem sabia depois que eu comecei a ver no facebook que os alunos chamavam a Árvore... que eles tinham se referido ali a Árvore... eu sei que assim... minha impressão é desde o dia da inauguração que o professor Celso tirou... acho que eu lhe contei isso que o tapume ele tirou no dia que ele ia fazer uma surpresa... no dia que ele inaugurou o espaço ai o tapume ficou até... o tapume é aquela madeira né ninguém tinha visão de fora quem tava dentro não sabia o que tinha fora e a gente veio pra cá cedinho cinco e meia da manhã pra tirar.. e eu fiquei esperando os alunos chegarem pra ver a reação deles né tava a porta aberta e os alunos um mais feliz que o outro quando... as expressões assim de felicidade né.. “oh que bacana oh meu deus que muito bom não vou

sair daqui vou estudar aqui vou não sei o que” então fiquei super feliz... era uma coisa prevista mas a gente não pode prever também tanta reação exatamente que não é uma coisa matemática né uma coisa exata essa coisa da emoção então cê via que os alunos estavam super felizes eu sinto eles assim totalmente relaxados ali de deitar na arquibancada deitar no banco sentar assim com a perna esticada e ficar ali lendo olhando o céu... acho que ali eu vejo ali como um lugar totalmente relax assim...

E.: sim... ai sobre essa emoção dos alunos que a senhora tá falando quando o tapume foi retirado a senhora atribui isso a alguma coisa especifica? como é que eu posso formular essa pergunta? na verdade o que eu quero perguntar é que a faculdade é um espaço muito fechado...

C.S.: isso eu atribui assim a quando você tá num lugar muito fechado que abre um janela... algumas pessoas gostam disso entendeu... de... de ver... no caso aqui você vai ver a natureza né... eu faço muito trabalho nesse sentido fora daqui daqui... vejo uma janela pequena a pessoa quer abrir botar aquele peitoril baixinho pra poder cê ver a parte de fora quando tem a visão bonita as pessoas ficam felizes eu nunca vi ninguém se arrepender de abrir uma janela de aumentar o tamanho de uma janela é... acho que as pessoas gostam no caso aqui dos alunos eu atribuo a isso que eles ficavam confinados a sim... meio... apesar de ter esse jardim... ali é um lugar que abre assim os horizontes né... você olha assim aquela visão ampla de você... ali administração... aquela coisa mais sem limite entendeu...

E.: sim

C.S.: eu acho que o... a alegria deles foi decorrente disso... daquela tudo fechado...

E.: é... quando a senhora estudava na faculdade a senhora se recorda de ter algum espaço em que a senhora tivesse alguma relação como hoje existe o Espaço Luiz Gama e a relação dos alunos da Faculdade de Direito... você fala na minha escola...

E.: isso...

C.S.: lá em arquitetura não sei se você conhece a Escola de Arquitetura lá é o tempo todo integrada com a vegetação assim então... muito cimento... muita coisa que não tem aqui muita coisa natural assim então... as salas de aulas... tinha determinadas salas de aula que chamava taba que era assim em níveis e sempre redonda então também assim muitos vidros grandes que a gente ficava vendo assim muito o exterior... então tem um projeto muito bonito o da faculdade então a gente gostava disso também entendeu... você ia de

uma sala pra outras não era de um corredor de salas era sempre assim uns caminhos meio de curvas você subia você descia a Escola era muito em níveis entendeu e assim não tinha essa... essas informações assim de um corredor com salas de um lado e do outro essa coisa meio estática era uma coisa bem aberta... então na minha cabeça acho que ficou também esse conceito de sala de aula assim né... de espaço aberto...

E.: sim é... eu acho que do instrumento de pesquisa eu não tenho mais nenhuma pergunta mas do que a senhora achar de interessante pra relatar a senhora pode...

C.S.: eu vou focar uma última...

E.: pode ficar à vontade

C.S.: não eu queria falar só do... essa parede que tinha que fazer o grafite a gente não fez ainda... mas estamos com um... Bel Borba veio aqui... eu não sei se eu lhe falei isso... veio fazer um orçamento de um projeto dele de realidade ornamentada que ele quer fazer aqui na faculdade e ai ele viu aquela parede ele teve o mesmo sentimento... sabe que artista... eu fui recepciona-lo porque o o professor Celso teve um evento ai eu falei dessa... ele gostou muito do local tanto que ele lançou ele fez a entrevista dele pra aquele programa Mosaico e fez a entrevista ali naquele local porque ele adorou aquele lugar foi todo filmado ali... ai quando ele viu a parede... essa parede tá pedindo uma coisa essa parede pede uma coisa... ai eu contei a história dos painéis dos orçamentos que a gente nunca pode viabilizar em função do custo que o artista pra pintar aquele muro... cê sabe onde é que eu to falando né...

E.: sim... é aquela parede da arquibancada né...

C.S.: ai o artista pra viabilizar o acesso do artista ali é muito complicado né... não é um simples andaime... a gente testou tudo... pessoal de camarote pessoa de... caminhão munck pra vir mas tudo era muito oneroso ai eu falei dessa dificuldade e ele falou que tinha um painel que ele usou no Iguatemi na fachada do Iguatemi em determinado ano que ele podia doar só tinha a foto dele mas que ele tirava a foto o painel muito bonito e que ele doaria só faria custear a estrutura... mas a estrutura também é cara por isso até hoje tá guardado... disse a ele que ia querer que a gente não ia dizer que não queria um painel de Bel Borba painel de vinte e dois metros e meio por nove... ai a gente tá aguardando ter o recurso pra poder botar esse painel ai... ali era parede de tijolos assim muito suja... a gente rebocou pintou a fundação fez isso tudo pra a gente poder fazer esse grafite entendeu... mas agora vai ser provavelmente esse painel que a gente tá guardando

que eu acho que vai:: melhorar ainda mais ali entendeu e... aquele painel que os alunos pintaram também aquele grafite que eu achei... eles perguntaram se podia claro que eu ia dizer que sim que eu acho que ali como eu lhe falei é pra várias manifestações artísticas e ficou muito bonito no dia eles até mandaram a foto pra mim... foi um grupo teve uma apresentação teve um debate... eu fiquei muito feliz assim gostei muito daquele trabalho ali... agora próxima etapa é esse painel de Bel Borba e a gente tirar aquelas cortinas do SAJU que estão quebradas e tá dando um visual... bem feio ali né... então a gente e tem esse funcionário da Fundação que fica ali sempre pra poder manter aquilo limpo entendeu.. varrendo limpando e tal.. o professor Celso a ideia dele é que aquilo esteja sempre cuidado entendeu.. como eu acho que tá ficando mais um pouquinho...

E.: sim... de fato... mas a ideia das cortinas do SAJU cês tão pensando em fazer como? vocês tão pensando em tirar?

C.S.: a gente tá pensando em tirar...

E.: da parte interna só

C.S.: ali em um determinado momento a gente pensou em botar plotagens com ex-alunos... preto e branco... desses ex-alunos ilustres... aquele... são quadrados de mais ou menos um metro por um metro a gente pensou em botar essas plotagens mas depois que veio essa pintura que veio o mural de Bel Borba eu fiquei achando que ia ficar muita informação ai a ideia agora a gente vai tirar as persianas que tão bem estragadas e depois a gente vai botar outras persianas

E.: ah sim não ficar... aberto

C.S.: pra não ficar aberto... já é um espaço fechado né... que ali são as salas que o SAJU atende... ai a gente botou a persiana pra não tirar a atenção do pessoal de dentro né... e também por causa da claridade... do computador... mas a gente vai tirar agora porque estão totalmente quebradas e tão enfeiando a visão pra quem tá no Espaço das Artes agora vão ter as mesinhas ali né... ai... pronto...

E.: que legal... ta bom

APÊNDICE G – Entrevista com L.L.

E.: pode... inclusive fica melhor... ó eu vi a divulgação desse evento no Facebook a alguns dias... e vi que o CARB tava organizando um arraiaá na FDUFBA... ai eu queria saber de você enquanto membro da gestão DESSA gestão... quais são as propostas por que esse evento no espaço das artes? por que vocês pensaram esse evento? é::... a proposta das gravatas que eu vi o pessoal do Coletivo LGBT usando... ai eu perguntei pra eles se era uma ideia do coletivo eles falaram que não que foi uma ideia passada do CARB e ai eu queria saber disso tudo... sobretudo por que a escolha do espaço...

L.L.: na verdade... o evento... ele vem com uma proposta de integração no período junino e também por conta do ocorrido no... a questão da sala de convivência nós é:: pra enfrentarmos a questão fizemos um evento que se chama arraia da diversidade... o GT de arte e cultura do CARB... e é simplesmente o:: o evento também é político mas é sobretudo cultural pra integrar e num lugar bem simbólico que o lugar de integração da faculdade que é o Espaço... das Artes... foi basicamente por isso que a gente... criou o evento...

E.: sim... e eu tava conversando com alguém eu não lembro quem foi que me disse que a ideia foi pensada também meio que uma contraposição ao evento da atlética que aconteceu na semana passada

L.L.: é... pode ser que seja também mas não era exatamente um enfrentamento dessa forma que a gente queria fazer mas na verdade uma resposta política a atitudes desrespeitosas... entendeu...

E.: entendo

L.L.: é um evento sobretudo político... e: foi por isso que a gente se juntou... o pessoal do GT outras pessoas também que não são do GT mas são da gestão ajudaram e ai conseguimos arrecadar... a gente já tinha um fundo reserva pra comprar as coisas é tudo de graça ali ninguém tá comprando nada... e a gente queria vender algumas coisas pra juntar dinheiro pra levar pra... pra uma ONG que que -não é ONG meu deus eu esqueci o nome agora - é uma ocupação que tem lá no Comércio que dá aula de cursinho... é que eu esqueci o nome... a gente ia juntar hoje só que não deu certo eu perdi essa parte eu acho que não deu certo mas... o que a gente conseguiu comprar foi tudo ali de graça e tudo

sendo distribuído pra galera aqui justamente por por uma questão de permanecer de estar e de existir aqui na Faculdade de Direito

E.: entendi... e a escolha do espaço vai também nesse sentido do ato político ou é só porque ou também porque é o único espaço que dá pra fazer isso aqui...

L.L.: também porque é o único espaço que dá pra fazer isso aqui mas... tem uma questão também que é um espaço meio que de resistência da galera né... o pessoal que é os diferentes sempre se encontram ai... e::... a ideia era meio essa né o arraiá da diversidade onde todo mundo adora se encontrar num lugar legal da faculdade de direito... e nem todos os lugares aqui são legais né...

E.: mais alguma coisa assim que você queira... acrescentar... você enquanto membro da gestão atual do CARB...

L.L.: é isso a gestão do CARB ela surgiu com essa proposta... se chama mutirão e a proposta de agregar... ela é uma gestão aberta qualquer um pode participar e a muito tempo não se via algo do tipo aqui na Faculdade de Direito... então qualquer um que chega dando sugestão pra pra pra gestão tanto em qualquer GT... nós somos formados por GT's não há uma hierarquia...

E.: GT que você fala é grupo de trabalho, né?

L.L.: Grupo de trabalho... não há uma hierarquia um presidente é um secretário geral não somos grupos de trabalho que se juntam com a orientação de todo mundo do CARB pra fazer coisas na faculdade pra fazer encontros pras questões burocráticas também na faculdade temos GT pra isso... então é mais ou menos isso... é::: o evento veio mais na onda do próprio da própria gestão do CARB que é uma gestão aberta e bem democrática...

E.: entendo... obrigada...

APÊNDICE H – Entrevista com M.L.

E.: Sim M.L. você é da gestão mutirão atual do CARB... hoje eu entrevistei L.L. mas ele disse que não estava no GT de Arte e Cultura que foi o GT que pensou o evento... e você tava participando desse evento de Arte e Cultura... aí a minha pergunta inicial então é por que esse evento? por que no Espaço das Artes? e como foi que surgiu a ideia do CARB encabeçar?

M.L.: bom assim primeiro porque esse evento a gente se:: organizou durante a campanha pra fazer diversos eventos na::... na Faculdade de Direito... o objetivo da gente em fazer na Faculdade de Direito era pra conseguir trazer as pessoas da própria faculdade pra um... um momento de diversão aqui mesmo porque geralmente quando a gente pensa em festa a gente nunca pensa na Faculdade de Direito e a gente tá tentando mudar isso um pouco... não só em relação as festas mas também aos projetos acadêmicos e tudo o mais a gente vai tentar realizar as coisas sempre aqui... o Espaço das Artes porque como é imaginável claro é o único espaço que a gente tem de interação social um pouco mais aberto que parece menos manicômio que o resto da faculdade e que realmente atende as expectativas tem um palco e tudo o mais a gente infelizmente não conseguiu a luz mas fora isso sempre dá pra as pessoas ficarem por aí... e o evento da diversidade é porque a gente sempre vai tá fazendo nossos eventos com pautas pra diversidade cultural pras questões de opressão tentando ao máximo rever todo o esquecimento dessas questões durante toda a história da Faculdade de Direito...

E.: sim até perguntado pro pessoal do Coletivo LGBT por causa das gravatas e aí eu achei que era uma ideia deles e aí alguém falou não foi uma proposta do CARB inclusive... isso tem alguma coisa a ver com o episódio que aconteceu na sala de convivência?

M.L.: exatamente a gente pensou... tipo quando a gente pensou no forró a gente já tinha pensado num arraíá no caso a gente já tinha pensando em trazer algum tema pra o arraíá a gente já tinha pensado primariamente em fazer sobre terceirização mas como houve o acontecimento... foi tipo um senso comum que seria interessante fazer um arraíá da diversidade inclusive um arraíá que abarcasse outros tipos de casamento... um arraíá que tivesse um outro viés mesmo... eu acho que daqui a pouco inclusive vai acontecer o

casamento na roça a quadrilha e tudo o mais... e esse foi visando sim o acontecimento que veio o insight pra a gente produzir o arraiá da diversidade

E.: sim aí você falou do Espaço das Artes também porque é o espaço que atende as expectativas né de ter um palco e de ter um espaço assim foi só pensado ele chegou você cogitarem em algum momento vocês fazerem em outro espaço que não fosse esse?

M.L.: sim a gente trouxe pro Espaço das Artes mas a gente tinha pensado em fazer na FACED na Faculdade de Educação devido a impossibilidade de bebidas aqui... inclusive a gente tentou mandou um ofício pra Diretoria perguntando se seria possível é:: fazer um... realizar um evento com bebidas licor principalmente... a gente ia trazer uma pessoa da residência que ele produz licor seria algo dos estudantes para os estudantes mas a gente foi impossibilitado exatamente por causa dessa regra de que aqui não pode ter bebida alcoólica

E.: a direção da faculdade então não autorizou?

M.L.: não autorizou... lembrando que devido a isso a gente pensou em fazer na FACED mas aí a gente repensa... se a gente quer fazer uma coisa para que os estudantes de Direito saiam da mesmice da Faculdade de Direito eu acho que deveria ser feito realmente aqui porque talvez os estudantes não se locomovessem até lá pra esse arraiá.. até porque é segunda-feira é véspera de de São João então muitas pessoas já estão viajando e por ser no Espaço das Artes é próximo de onde todo mundo circula hoje é dia letivo comum então.. a gente..

E.: quando você fala de mesmice da faculdade... existe tipo um padrão que você quer que você nota assim que você quer ressaltar...

M.L.: quando eu falo mesmice eu quis dizer na verdade com... com a... com o dia-a-dia de aulas e sem um intervalo entre essas aulas a gente vê uma coisa quando a gente entra na faculdade que quando a gente espera interação muitas vezes a gente não tem isso.. logo quando a gente é calouro a gente fica pensando não vou ter muito tempo pra conversar com os outros com as outras pessoas e a gente percebe que isso não acontece principalmente porque as aulas as vezes tem um intervalo muito curto porque as aulas é: ou tem um intervalo muito longo que você volta pra casa ou você tem que estudar e quando você ouve um som logo da sala ou cantina você fica tentado a ir e você vai com outras pessoas conversa com outras pessoas então você necessariamente isso pra mim é considerado fugir da mesmice da faculdade

E.: e isso também faz parte da proposta política do CARB né... segundo L.L. tava me dizendo

M.L.: sim exatamente

E.: que é um CARB que se propõe ser democrático e plural e sobretudo abarcar todas... as questões... da faculdade...

M.L.: quando a gente era chapa a gente se comprometeu a algumas coisas como já foi dito inclusive por L.L. só ressaltando e uma dessas coisas era não só a proposta democrática a proposta plural mas em fazer os eventos com que abarcassem todo tipo de pessoa de pessoas... quando a gente coloca o arraiá da diversidade a gente percebe que não só quem não é dessa diversidade também aparece no arraiá da diversidade mas as pessoas que fazem parte dessa nomenclatura diversa também se sentem à vontade de participar desse arraiá então é exatamente com esse objetivo..

E.: muito obrigada

M.L.: de nada

APÊNDICE I – Instrumento de pesquisa para estudantes

Questionário caso a pessoa frequente o Espaço das Artes:

1. Você costuma frequentar o Espaço das Artes? Por quê? Para que?
2. O que você faz quando está no Espaço das Artes?
3. Geralmente, quais são os dias e horários em que você está no Espaço das Artes?
4. Quais são as atividades desenvolvidas por você no Espaço das Artes?
5. Como você enxerga o Espaço das Artes e as pessoas que o ocupam? Por quê?
6. Você costuma passar quantas horas por dia na Faculdade?
7. Você já desenvolveu pesquisa na Faculdade?
8. Você participa de algum projeto de extensão na Faculdade?
9. Você já realizou atividade de monitoria na Faculdade?
10. Você realiza ou já realizou algum estágio jurídico?
11. Você pretende seguir alguma carreira jurídica ao concluir a graduação? Qual?
12. O que você costuma fazer fora da faculdade, no seu tempo de lazer?
13. Você concorda com o pronome de tratamento “doutor” para bacharéis em Direito?
Por quê?
14. Qual o seu sentimento em relação à FDUFBA?
15. Você costuma frequentar os eventos realizados pela/na faculdade? Se recorda de qual mais gostou?

Questionário caso a pessoa **não** frequente o Espaço das Artes:

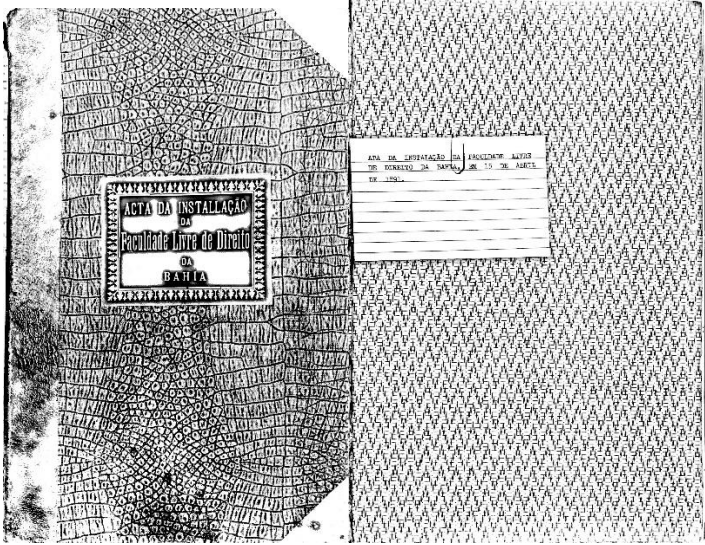
2. Quais espaços da faculdade você costuma ocupar? Por quê? Para que?
3. Você costuma passar quantas horas por dia na Faculdade?
4. Como você enxerga o Espaço das Artes e as pessoas que o ocupam? Por quê?
5. Você já desenvolveu pesquisa na Faculdade?
6. Você participa de algum projeto de extensão na Faculdade?
7. Você já realizou atividade de monitoria na Faculdade?
8. Você realiza ou já realizou algum estágio jurídico?
9. Você pretende seguir alguma carreira jurídica ao concluir a graduação? Qual?
10. O que você costuma fazer fora da faculdade, no seu tempo de lazer?

11. Você concorda com o pronome de tratamento “doutor” para bacharéis em Direito? Por quê?

12. Qual o seu sentimento em relação à FDUFBA?

13. Você costuma frequentar os eventos realizados pela/na faculdade? Se recorda de qual mais gostou?

ANEXO A - ATA DE INSTAÇÃO DA FACULDADE LIVRE DE DIREITO DA BAHIA



Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Atta de instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia...

Segue una lista de nomes
 de pessoas que se acham
 em Lisboa, e de suas
 qualidades, e officios
 de que se occupam
 no presente anno de 1714
 e de 1715
 e de 1716
 e de 1717
 e de 1718
 e de 1719
 e de 1720
 e de 1721
 e de 1722
 e de 1723
 e de 1724
 e de 1725
 e de 1726
 e de 1727
 e de 1728
 e de 1729
 e de 1730
 e de 1731
 e de 1732
 e de 1733
 e de 1734
 e de 1735
 e de 1736
 e de 1737
 e de 1738
 e de 1739
 e de 1740
 e de 1741
 e de 1742
 e de 1743
 e de 1744
 e de 1745
 e de 1746
 e de 1747
 e de 1748
 e de 1749
 e de 1750
 e de 1751
 e de 1752
 e de 1753
 e de 1754
 e de 1755
 e de 1756
 e de 1757
 e de 1758
 e de 1759
 e de 1760
 e de 1761
 e de 1762
 e de 1763
 e de 1764
 e de 1765
 e de 1766
 e de 1767
 e de 1768
 e de 1769
 e de 1770
 e de 1771
 e de 1772
 e de 1773
 e de 1774
 e de 1775
 e de 1776
 e de 1777
 e de 1778
 e de 1779
 e de 1780
 e de 1781
 e de 1782
 e de 1783
 e de 1784
 e de 1785
 e de 1786
 e de 1787
 e de 1788
 e de 1789
 e de 1790
 e de 1791
 e de 1792
 e de 1793
 e de 1794
 e de 1795
 e de 1796
 e de 1797
 e de 1798
 e de 1799
 e de 1800

ANEXO B – ATA DA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO QUE APROVOU O NOME DE LUIZ GAMA PARA BATIZAR OFICIALMENTE O ESPAÇO DAS ARTES



ATA DA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2017.

HORA DO INÍCIO: 10:00 h (dez horas)

DATA: onze de maio de dois mil e dezessete.

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados Professor J. J. Calmon de Passos.

PRESIDÊNCIA: Professor Celso Luiz Braga de Castro.

PRESENCAS: Professores: Julio Cesar de Sá da Rocha, Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado, Antonio Sá da Silva, Bernardo Silva de Lima, Fredie Souza Didier Junior, Isabela Fadul de Oliveira, Iran Furtado de Souza Filho e Nilza Maria Costa dos Reis.

Ausências Justificadas: Heron José de Santana Gordilho, Daniel Otavem Pumponet Miguel, Francisco Bertino Bezerra de Carvalho e Saulo José Casali Bahia.

Representantes do corpo discente: Valmir Chaves de Oliveira Neto, Gildasio Alves de Souza Júnior e Victor Bruno Marinho Pereira.

O presidente abriu os trabalhos e deu-se seguimento à Sessão com a pauta seguinte:

1) Critérios e Cronograma para eleições aos cargos de Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFBA, para o quadriênio 2017-2021. Decidiu-se pela formação de uma Comissão, composta pelo professor Bernardo Silva de Lima, a técnica administrativa Nocy Nunes de Almeida e o discente Luiz Expedito Machado Rodrigues, com a finalidade de processar uma Consulta à Comunidade Acadêmica, de acordo com o calendário estabelecido pela Congregação, que se encontra anexo a essa Ata, dela fazendo parte, doravante, Consulta que deixa de ser eletiva para ser um referendo. Dia 05 de julho de 2017, a Congregação se reunirá para compor a lista tripartite, acolhendo o resultado da Consulta.

2) Processo nº. 23066.019205/2017-56 de Daniela Vieira de Melo e Outros – Recurso Administrativo em face de deliberação proferida pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direito. Pedido de vista da Conselheira Nilza Maria Costa dos Reis. A Congregação, por 08(oito) votos a 05(cinco), seguiu o voto do Relator, vencidos os conselheiros, Julio Cesar de Sá da Rocha, Antonio Sá da Silva, Fredie Souza Didier Junior, Iran Furtado de Souza Filho e Nilza Maria Costa dos Reis. Registrando-se que o voto vista, que, doravante, passa a integrar essa Ata em anexo, negou provimento ao recurso.

3) Processo nº. 23066.024121/2017-34 Proposta de Criação de Curso de Mestrado Profissional e Direito e Processo do Trabalho, sob a Coordenação do professor

Ata da reunião da Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, realizada no dia 11 de maio de 2017.



Edilton Meireles de Oliveira Santos, Relator: Conselheiro Antonio Sá da Silva. Item retirado de pauta, para aprofundamento do assunto e inclusão em próxima Sessão da Congregação.

4) Solicitação do Centro Acadêmico Ruy Barbosa (CARB), para a Semana do Calouro – SUCAL, de 15/05/2017 a 19/05/2017. O CARB solicitou que as aulas dos Calouros fossem suspensas que esses participassem do Evento. Ficou estabelecido que os próprios membros do CARB fizesssem a solicitação, diretamente, aos professores das Turmas de calouros.

5) Sugestão para nominar o “Espaço das Artes”. Acatada, por unanimidade, a sugestão do Presidente de nominar o Espaço como “Espaço das Artes Luiz Gama”, em homenagem ao rábula e escritor, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, que se tornou o primeiro escritor brasileiro a assumir, explicitamente sua identidade negra, sendo, assim, o fundador da literatura de militância dos negros no Brasil. O Espaço ganhará uma placa de bronze com a biografia do homenageado.

6) Projeto de Monitoria para 2017.1 e 2017.2, do professor Durval Carneiro Neto, encaminhado pela Chefia do Departamento de Direito Público. Relator: Conselheiro Bernardo Silva de Lima. Aprovado, por unanimidade, com a observação de a Monitoria, se possível, ser com Bolsa e na impossibilidade, dessa hipótese, que seja voluntária.

7) Relatório do Projeto de Extensão “Direito, Trabalho e Marx: A Regulação Jurídica no Capitalismo Brasileiro”. Relator: Conselheiro Antonio Sá da Silva. Aprovado, por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

8) O que ocorrer: a) O Conselheiro Iran Furtado de Souza Filho, solicitou esclarecimentos sobre os critérios que definem a antiguidade do Professor na Instituição para, na hipótese de haver pertinência temática e vinculação à Matéria, definir-se a preferência na escolha dos horários. Esclareceu-se que os critérios sempre foram estabelecidos pela data de ingresso do Docente na Faculdade. Decidiu-se, por sugestão do Presidente, à unanimidade, encaminhar ofício aos Departamentos I, II e III, dando-lhes ciência que o critério de antiguidade do Professor, corresponde à antiguidade na Faculdade tendo, desse modo, prioridade nas escolhas dos horários das Disciplinas. b) Ficou decidido que a bibliografia constante nos Editais do Programa de Pós-Graduação em Direito, continham obras existentes na Biblioteca da Faculdade. c) O Conselheiro Fredie Souza Didier Junior, solicitou ampla divulgação aos alunos da Graduação, que eles podem ser alunos especiais do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). d) A Conselheira Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado, solicitou que fosse divulgado, em Edital, os requisitos para a inscrição como aluno especial da Graduação.

Não tendo mais nada a ser discutido, o presidente encerrou a sessão da qual, eu, Nocy Nunes de Almeida, Secretária da Congregação, lavrei a presente ata a seguir.

Ata da reunião da Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, realizada no dia 11 de maio de 2017.



devidamente, assinada, após sua aprovação, onde constam todas as decisões e deliberações votadas. Salvador, 11 de maio de 2017.

Celso Luiz Braga de Castro

Julio Cesar de Sá da Rocha

Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado

Antonio Sá da Silva

Bernardo Silva de Lima

Fredie Souza Didier Junior

Isabela Fadul de Oliveira

Iran Furtado de Souza Filho

Nilza Maria Costa dos Reis

Gildasio Alves de Souza Júnior

Valmir Chaves de Oliveira Neto

Victor Bruno Marinho Pereira

Ata da reunião da Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, realizada no dia 11 de maio de 2017.